

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

**AMBIENTE E CIDADANIA:
ESTUDO SOBRE A AÇÃO DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO
NA INCLUSÃO SOCIAL E NA SUSTENTABILIDADE**

Márcia Scherer

Lajeado, novembro de 2008.

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

**AMBIENTE E CIDADANIA:
ESTUDO SOBRE A AÇÃO DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO
NA INCLUSÃO SOCIAL E NA SUSTENTABILIDADE**

Márcia Scherer

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, como exigência parcial para obtenção do grau de Mestre em Ambiente e Desenvolvimento.

Orientador:

Prof. Dr. Valdir Morigi

Co-orientadora:

Prof^a. Dr^a. Jane Marcia Mazzarino

Lajeado, novembro de 2008.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Professor Valdir Morigi pela sua paciência e compreensão como meu orientador.

À atenção da Professora Jane Márcia Mazzarino em momentos de dúvida.

À secretaria do PPGAD e à Coordenação sempre disponíveis para auxílio.

Um especial agradecimento aos Agentes do Município de Estrela sendo generosos e incansáveis na democratização dos seus saberes, pela cedência de materiais e a solicitude sempre dispensada.

Aos trabalhadores da UTL que participaram das entrevistas e cuja vida foi uma das motivações principais deste trabalho.

Agradeço ao meu namorado Paulo Rogério Farias Medeiros pelo apoio incondicional e o auxílio nas intranqüilidades.

À Deus – a vida em *Gaia* - perante a sua Criação me curvo!

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. DO PARADIGMA MECANICISTA À COMPREENSÃO DE GAIA.....	19
2.1. O surgimento do Estado de Direito e a sua relação com a cidadania	25
2.2. O liberalismo e a cidadania.....	31
2.3. A consolidação histórica dos direitos sociais como inclusivos da cidadania. O fundamental novo papel do Estado.....	34
2.4. Sociedade de consumo e a crise da cidadania liberal.....	37
2.5. A compreensão de GAIA – a vida no Planeta é um ato solidário.....	47
2.6. Por uma nova noção de cidadania frente à sustentabilidade.....	50
2.7. O novo paradigma da ecosustentabilidade.....	52
2.8. O cotidiano como espaço das transformações: o novo olhar planetário.....	56
2.9. O conteúdo da cidadania planetária.....	58
3. ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS, CIDADANIA, INCLUSÃO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	65
3.1. O papel do Estado.....	66
3.2. A democratização do Estado e a ampliação da cidadania	69
3.3. A capacidade do Estado Democrático de Direito como promotor dos direitos humanos de solidariedade e da cidadania planetária.....	73
3.4. A ação do Estado Democrático de Direito na sociedade – Políticas públicas.....	76
3.5. Políticas para inclusão social e desenvolvimento sustentável.....	78
3.6. As dimensões da Cidadania.....	81

3.6.1. Dimensão do eu – a cidadania subjetiva: emancipação, empoderamento e dignidade	81
3.6.2. A dimensão político-social – a cidadania vertical e a cidadania horizontal	85
3.6.3. Dimensão Planetária – a ecocidadania. Pertencimento e solidariedade..	87
4. METODOLOGIA – ESTUDO DE CASO.....	89
4.1. Procedimentos de Pesquisa.....	90
5. A POLÍTICA PÚBLICA BRASIL JOGA LIMPO.....	94
5.1. Cenário inicial.....	94
5.2. Configuração da Política Pública a nível federal.....	95
5.2.1. Fórum Nacional Lixo e Cidadania.....	98
5.3. Como a proposta se instalou em Estrela – histórico.....	102
5.3.1. Histórico da instalação da UTL	102
5.3.1.1. A readequação do Projeto.....	105
5.3.2. Como se implementou o aspecto social proposto pelo PBJL.....	106
5.3.2.1. A compreensão dos gestores municipais anterior ao PBJL.....	106
5.3.2.2. O descompasso inicial e o Plano Social.....	108
5.3.2.3. Primeira etapa do programa social	108
5.3.2.3.1. Ações realizadas com os catadores em 2004.....	110
5.3.2.3.2. Segunda Etapa: Enfoque do trabalho social e ações a partir de 2005	114
5.4. Sobre o Fórum Municipal LIXO e CIDADANIA.....	117
5.5. Avaliação do PBJL pelos Coordenadores	122
5.6. Perfil dos trabalhadores da UTL e avaliação do PBJL por estes atores.	129
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	140
REFERÊNCIAS.....	153
ANEXOS.....	161
ANEXO A – Objetivos, fontes, procedimentos e detalhamento.....	162
ANEXO B – Termo de consentimento.....	165

ANEXO C – Questionário dirigido aos responsáveis técnicos profissionais diretamente envolvidos no Projeto Brasil Joga Limpo.....	166
ANEXO D – Questionário dirigido aos trabalhadores da UTL.....	167

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS E TABELAS

FIGURA 1 - Organograma do PBJL em Estrela elaborado em 2004.	105
TABELA 1 -Faixa etária dos catadores de Estrela - 2004	107
.....	107
TABELA 2 - Escolaridade dos Catadores – 2004.....	107
TABELA 3 - Origem da renda das famílias.....	108
TABELA 4 - Renda mensal dos catadores em reais – 2004.....	108
GRÁFICO 01 - Sexo dos trabalhadores.....	124
GRÁFICO 02 - Idade dos trabalhadores.....	125
GRÁFICO 03 - Estado civil dos trabalhadores	125
GRÁFICO 04 - Escolaridade dos trabalhadores.....	126
GRÁFICO 05 - Trabalhadores da UTL que já trabalharam com reciclagem antes de ingressarem pelo concurso público.....	127
GRÁFICO 06 - Origem dos catadores: migrações	127

LISTA DE SIGLAS

a.C. – antes de Cristo

CF – Constituição Federal

CONDEMA – Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente

d.C. – depois de Cristo

DF – Distrito Federal.

FATEC – Fundação de Apoio a Tecnologia e Ciência

FNMA - Fundo Nacional do Meio Ambiente

FUNASA – Fundo Nacional da Saúde

IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal

IBES – Associação Brasileira de engenharia Sanitária e Ambiental

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MMA - Ministério do Meio Ambiente

MP – Ministério Público

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

NASA – National Aeronautics and Space Administration

ONG – Organização não governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PBJL - Programa Brasil Joga Limpo

SQA - Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UTL – Usina de Tratamento de Lixo

RESUMO

A partir do paradigma liberal/mecanicista o homem estabeleceu um modelo predatório de progresso que tem provocado desequilíbrios ambientais que colocam em risco a sobrevivência de toda a biosfera. O Estado de direito liberal e a cidadania liberal se estabeleceram também dentro deste contexto paradigmático alicerçados na livre competição e no individualismo. Historicamente, face às movimentações sociais, a categoria de cidadania tem se ampliado para permitir a inclusão de mais direitos e de mais categorias sociais, sendo que o Estado também se adaptou para a sua configuração Social. Porém, o suporte individualista da cidadania liberal continua e agora se verifica a sua acomodação na igualdade do consumo. A manutenção da vida em *Gaia*, no entanto, exige solidariedade. Com esta necessidade deve-se estabelecer uma nova cidadania comprometida com a ecossustentabilidade. Embora o alcance das ações e omissões seja planetário, o cotidiano será o local das transformações, e através da educação ambiental se fomentará os valores para a cidadania planetária. O Estado Democrático de Direito assume posição central neste redirecionamento paradigmático como assegurador do espaço público para a interação dos atores sociais como também através da sua ação positiva em políticas públicas garantidoras e promotoras dos direitos de solidariedade, entre os quais a sustentabilidade ambiental e a inclusão social. Nesta conformação estabelece-se o conceito de ecocidadania que abarca as dimensões da cidadania subjetiva, a cidadania político-social e a cidadania planetária. O estudo de caso será o método usado para analisar se uma política pública, voltada para a promoção de sustentabilidade ambiental, tem condições de promover também a inclusão social e a cidadania. O Programa Brasil Joga Limpo – PBJL é uma política pública federal que se operacionalizou em Estrela-RS com aporte de recursos para a conclusão da Usina de Tratamento de Lixo. Em contrapartida o município realizou atividades de inclusão com os catadores de lixo, e, na realização do Fórum Lixo e Cidadania tem a sua

principal atividade de educação ambiental. A avaliação do PBJL mostrou que a ação do Estado Democrático de Direito é positiva na promoção da sustentabilidade, inclusão social e cidadania, no entanto, os esforços devem continuar na implementação da solidariedade para a sustentabilidade de Gaia.

Palavras-chave: Paradigma liberal/mecanicista, cidadania, sustentabilidade e ecocidadania, Estado Democrático de Direito, políticas públicas.

ABSTRACT

From the Liberal/Mechanicist paradigm the man established a predatory pattern of progress which has created an environmental unbalance that puts the surviving of the whole biosphere in risk. The state of liberal right and the liberal citizenship also established themselves into a paradigmatic context, built in a free competition and individualism. Historically, because of the social moves, the citizenship category has broaden to let the inclusion of more rights and more social groups, knowing that the state also has adapted itself for its social configuration. However, the individualist support of the liberal citizenship goes on and now we see its accommodation in the consumption of equality. The maintenance of the life in Gaia, however, requires solidarity. With this need, it is necessary to establish a new citizenship committed to the ecosustainability . Even the reach of the actions and omission is planetarium, the everyday life will be the place of the transformation, and through the environmental education, the values for the planetarium citizenship will be based. The Democratic State of Right assumes a central position on this paradigmatic redirection this is to ensure the public space for the interaction of the social actors, as well through their positive actions into public politics which assure and promote rights of solidarity, where is the sustentability and the social inclusion. In this, the concept of ecocitizenship which takes the dimensions of the subjective citizenship and the planetarium citizenship are established. The case study will be the method used to analyse if a public policy, focused to promote an environmental sustentability, has conditions to also promote the social inclusion and the citizenship. The program Brasil Joga Limpo – PBJL, is a federal public policy that operated in Estrela – RS with the resources for the conclusion of the trash treatment plant. This way the municipality improved the inclusion activities with the trash collectors, and, in the achievement of the Forum Trash and Citizenship has as its main activity the environmental education. PBJL considerations showed that the action of the democratic state of right is positive in promoting sustentability, social inclusion and citizenship, however, the efforts must

continue in the implementation of the solidarity for sustentability from Gaia.

Key Words: Liberal/Mechanicist paradigm, citezenship, sustentability and ecocitizenship, Democratic State of Right, public policy.

1. INTRODUÇÃO

A inteligência e o fazer humano têm trazido grandes avanços para a sociedade global. Historicamente instituiu-se a lei e o Estado, estabeleceu-se a sociedade, consolidou-se o capital, desenvolveram-se tecnologias. Nunca se viveu tanto tempo e tão bem como neste início de século XXI. Em alguns pontos deste Planeta, o ser humano pode se considerar em pleno exercício da sua dignidade e civilidade. Contudo, o desenvolvimento social, tecnológico e econômico não alcançou da mesma forma todas as nações do mundo, notadamente nos países sub-equatoriais, onde as condições de sub-humanidade são presentes, e, mesmo no interior das sociedades consideradas desenvolvidas, a exclusão social e cultural é visível. A incapacidade do convívio com as diferenças humanas tem sido a motivação de hostilidades oficiais, como também, vê-se presente na violência institucionalizada que empurra os pobres para as margens das cidades, em populações que estão se tornando cada vez mais urbanas.

Quer-se, como um ideal de humanidade, a inclusão social e desenvolvimento para todos. Deve-se, no entanto refletir sobre qual proposta de desenvolvimento que se quer oferecer para os excluídos do progresso capitalista. Se a proposta é incluir todos no modelo de bem-estar dos países europeus e dos EUA, o planeta Terra sucumbiria de vez esgotado. Conforme Portilho (2005) sabe-se que 20% da população mundial, que habita principalmente os países efluentes do hemisfério norte, consome 80% dos recursos naturais e energia do planeta, e produz mais de 80% da poluição e da degradação dos ecossistemas, enquanto que os 80%, que habitam principalmente os países pobres do hemisfério sul, ficam com apenas 20% dos recursos naturais. Além disto, ganhou força a argumentação de que se os habitantes dos países do Sul adotassem padrões de consumo e estilo de vida semelhantes a um norte-americano médio, seriam necessários, pelo menos, mais

dois planetas Terra. Exclusão social e o esgotamento dos recursos naturais e a degradação ambiental (com a emissão de gases e efluentes, como também resíduos sólidos) são os fantasmas que ofuscam o sucesso do paradigma construído a base do mecanicismo e do individualismo - âncoras do capitalismo.

Os excluídos do sistema têm buscado uma fonte de sustento na catação de recicláveis. O paradoxo da existência de pessoas obtendo renda do lixo é a existência de uma parcela da população que produz resíduos pós-consumo em abundância¹. O lixo é de fato um produto da sociedade consumista: é necessário mais produzir e mais consumir para fazer girar o capital, gerando maior progresso econômico. Porém, o processo gera esgotamento de recursos naturais e resíduos em profusão, além de alcançar um conforto individualista do cidadão e exclusão daqueles que não tem a mesma capacidade de consumo. Neste sentido, o lixo brasileiro revela a nossa condição de um dos países mais desiguais do mundo: 10% da população concentram mais da metade da riqueza, gerando lixo em profusão, enquanto quase um terço dos habitantes vive em precárias condições. O lixo das cidades brasileiras é um dos mais ricos do mundo em matéria orgânica, demonstrando um grande desperdício de comida, além de conter cada vez mais embalagens, outros produtos descartáveis, objetos e materiais de valor².

Se se quer a sustentabilidade, Sachs (2007) alerta que o lixo deve ser reduzido e reciclado, e, para tanto, sugere a alteração dos padrões de produção e de consumo. A pergunta continua: como a humanidade vai continuar se desenvolvendo tendo que reduzir o consumo, se a lógica capitalista é: maior consumo (leia-se também: desperdício), maior produção (também: maior consumo dos recursos naturais e degradação ambiental)? Para se promover estas mudanças são necessárias reformas de corações e mentes. A mudança do ponto de vista sobre as relações entre seres e sobre os fatos são essenciais. Para tanto, temos que ampliar os horizontes e superar a visão segmentada e mecanicista do mundo.

Daí surge a necessidade de repensarmos a centralidade do consumo na sociedade atual e construirmos uma nova proposta de cidadania que supere o

1 Em matéria publicada por Santos (2006) em Zero Hora, usando por referência dados da FEPAM, dá-se conta que na Região Metropolitana de Porto Alegre cada pessoa produz 800 gramas de lixo por dia, totalizando 3.234 toneladas diárias.

2 Fonte: site IBAM acessado em 18.mai.2008

individualismo do modelo liberal, sendo capaz de promover uma inclusão social não com base em padrões de consumo e igualdade, mas de compreensão da diversidade e com a promoção da sustentabilidade ambiental. Como promover cidadania inclusiva, dignidade humana e desenvolvimento de forma sustentável? É possível estabelecer uma nova visão de cidadania fomentando valores de solidariedade planetária? Quem implementará esta proposta para a nova cidadania? Se for o Estado o gestor das mudanças, quais as ações podem ser desenvolvidas através de uma política pública?

Por meio da pesquisa: “Ambiente e Cidadania: o estudo sobre ação do Estado democrático de direito na promoção da inclusão social e da sustentabilidade” vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento da UNIVATES – PPGAD, busca-se examinar uma proposta de transformação social, ambiental e humana promovida a partir da ação do Estado Democrático de Direito no município de Estrela-RS. A política pública federal identificada como Programa Brasil Joga Limpo – PBJL se propõe a, no plano municipal, realizar adequado destino dos resíduos sólidos urbanos através de um processo de gestão democrática de resíduos e, paralelamente promover a inclusão social e promoção de cidadania destes que sobrevivem da coleta e venda de resíduos: os catadores de recicláveis.

É objetivo geral da pesquisa:

Geral:

Compreender como uma política pública voltada para a questão ambiental auxilia na promoção da sustentabilidade, construção da cidadania e inclusão social.

Para alcançarmos o objetivo geral, estaremos trabalhando com os seguintes objetivos específicos:

- Caracterizar o Projeto de Estado Brasil Joga Limpo como proposta de política pública a partir do Estado Federal, identificando os objetivos, as metodologias/estratégias originariamente propostas para a questão dos resíduos sólidos e de inclusão dos catadores;

- Historicizar como o Projeto Brasil Joga Limpo foi implantado em Estrela, conhecendo o que motivou, a nível local, os agentes políticos e públicos a buscar esta alternativa;

- Verificar que ações o Projeto Brasil Joga Limpo realizou desde a sua implantação e, o que especificamente propõe para a questão dos resíduos sólidos e para as pessoas que sobrevivem da catação;

- Identificar quais as estratégias utilizadas pelo Projeto Brasil Joga Limpo para a divulgação de informações relativas à questão ambiental;

- Identificar quem foram e são os principais atores responsáveis pelo Projeto Brasil Joga Limpo de Estrela e junto com eles avaliar os resultados que foram alcançados;

- Identificar os atores que participam do Programa;

- Identificar como as ações de educação ambiental estão sendo incorporadas pelos catadores;

- Analisar como o Projeto Brasil Joga Limpo interferiu na vida destas pessoas e auxiliou na construção da cidadania.

Assim, com o capítulo *Do paradigma mecanicista a compreensão de Gaia* pretende-se entender como a humanidade construiu o pensamento a partir do paradigma mecanicista. Paradigma este que, orientando as ações humanas, trouxe progresso econômico e avanços tecnológicos que, de outra forma, promoveu esgotamento dos recursos e desequilíbrio ambiental. Porém, é preciso promover solidariedade para a sobrevivência de *Gaia*, se promovendo a revisão do paradigma cartesiano mecanicista e da visão liberal de cidadania que está em forte crise porque se contenta na igualdade do consumo e não tem dado resposta a exclusão social. Propõe-se a ecocidadania a ser exercida no espaço planetário – que, incluindo a participação cidadã, e uma nova consciência a partir dos conceitos articulados através da educação ambiental, possibilite a promoção de uma nova racionalidade que envolve a sustentabilidade ambiental.

No capítulo *Estado, Políticas Públicas, Cidadania, Inclusão Social e Sustentabilidade Ambiental* procura-se refletir sobre o quanto a cidadania, direitos humanos e Estado são instituições mutuamente dependentes e condicionantes. O que exige a cidadania planetária para prosperar? Identifica-se a imprescindibilidade do Estado Democrático de Direito como fomentador de políticas para a sustentabilidade, e, em sendo democrático, abrirá e permitirá a abertura para a participação de atores sociais promotores dos valores de sustentabilidade e solidariedade. Nestes espaços deve acontecer a educação ambiental, e, a partir dela, formar-se o ecocidadão.

O estudo de caso foi o método utilizado para melhor analisar o PBJL – Programa Brasil Joga Limpo - que é uma política pública federal de promoção da sustentabilidade ambiental no que tange o adequado destino dos resíduos sólidos, e, para tanto, alcança recurso do FNMA – Fundo Nacional do Meio Ambiente, para os Municípios implementarem seus projetos na área. Quer-se compreender se, paralelo a promoção da sustentabilidade, esta ação de Estado consegue promover inclusão social e cidadania na compreensão da complexidade do tema ecosustentabilidade, que inclui também a sustentabilidade humana.

No capítulo 5 fazemos a exposição, a discussão e a reflexão hermenêutica das informações que logramos recolher sobre o PBJL nos *sites* oficiais constantes na rede mundial de computadores, de como - uma vez que o Município de Estrela se habilitou a receber recursos pela via do PBJL para a ampliação da UTL (Usina de Tratamento de Lixo) - ocorreu a implementação da política pública em nível local, e como o Município implementou o plano social envolvendo a inclusão dos catadores de recicláveis e a educação ambiental em outras frentes. Avaliamos os resultados através das categorias eleitas: cidadania, inclusão social, educação ambiental e auto-gestão, junto com os Agentes da Administração que coordenaram a proposta e junto com os principais beneficiários – os catadores de recicláveis, sendo os que foram incluídos no emprego formal junto à UTL – Usina de Tratamento de Lixo.

Em últimas considerações, poderá se ver que os objetivos propostos no presente foram alcançados, que o Estudo de caso sobre o PBJL nos permitiu ter uma boa visão de como se efetivou a proposta concebida em nível federal no plano local, das diferenças que fez na vida dos atores sociais envolvidos e das transformações

que já foram possíveis. O caminho apontado com o Estado investindo em educação ambiental inclusiva mostra-se adequado. Tem que se persistir nesta senda de alcançar informações – de forma democrática – aos cidadãos, capacitando-os a assumirem o compromisso solidário com o equilíbrio da vida em *Gaia*.

2. DO PARADIGMA MECANICISTA À COMPREENSÃO DE GAIA

Para entender a construção da racionalidade instrumental e do pensamento do mundo Ocidental partimos do paradigma mecanicista. Paradigma este que tem orientado fortemente as ações humanas e também tem sido responsável pelos avanços tecnológicos e um tipo de desenvolvimento econômico substancializado na visão liberal de cidadania que trouxe esgotamento dos recursos naturais e os desequilíbrios ambientais. Neste sentido, surge a necessidade de rever as relações dos homens com a natureza propondo a solidariedade para a sobrevivência de *Gaia*. Assim, nos apoiamos de algumas informações históricas para fundamentarmos nosso raciocínio.

Os antecedentes da espécie humana são desabonatórios no sentido da consciência da manutenção do ambiente. Fernandez (2004) revela que o homem sempre foi predador da natureza, fazendo uso indiscriminado do seu meio para a sua sobrevivência e o seu conforto, e, ao contrário do que se pensava, afirma o autor que:

[...] o homem já extinguiu, sim, a maior parte das espécies de grande porte que encontrou neste planeta. Os povos que hoje dizemos que coexistem em harmonia com a natureza, coexistem apenas com as espécies difíceis de extinguir, porque as fáceis já foram exterminadas há muito tempo. (FERNANDEZ, 2004, p. 5. Grifo do autor).

Os estudos históricos revelam que intercâmbios inadequados com o meio levaram à extinção civilizações inteiras. Um exemplo eloquente desta realidade é a história do povo conhecido como Anasazi, que viveram no Chaco Canyon, nos Estados Unidos, por volta do ano 900, os quais deixaram surpreendentes construções feitas com milhares de troncos de árvores em pleno deserto do Novo México. Além destas construções, são apenas lembrados na referência cultural dos índios navajos em cuja língua “anasazi” que dizer “povo antigo”.

Pelo que os estudos paleobotânicos indicam, ainda citado por Fernandez, a madeira usada nas magníficas construções, embora localizadas pelos pesquisadores no meio do deserto, teria vindo dali mesmo. Quando os *pueblos* (nome dado às construções) foram construídos, eram cercados não por um deserto nu, mas por uma gloriosa floresta de árvores decíduas e de pinheiros. Sendo os Anasazi uma civilização de milhares de pessoas, estas foram desmatando as florestas gradualmente para agricultura e para serem usadas como lenha e madeira para construção. Os Anasazi, à medida que derrubavam as suas matas, passaram então a ir cada vez mais longe para buscar madeira, percorrendo até 80km.

Os estudos citados por Fernandez mostram também que os Anasazi lutaram bravamente para salvar a sua agricultura da erosão do solo exposto. Porém, a batalha estava perdida para os efeitos da devastação que eles próprios haviam provocado. No fim de uns trezentos anos, os *pueblos* estavam no meio de deserto hostil criado por seus próprios habitantes, que tiveram que abandoná-los. Ninguém mais sabe o que aconteceu com o Anasazi depois.

Segundo o autor, há outros tantos fatos históricos que indicam a desaparecimento de civilizações, geralmente de maneira trágica pelo fato de terem destruído o seu ambiente e, com ele, suas bases de recursos. Soffiati (2005) menciona que Platão observa um processo clássico de erosão provocado pela derrubada de florestas de encostas na Grécia e os efeitos provocados pelo arraste do solo das partes altas para as partes baixas e demais conseqüências desastrosas para o Ambiente.

Veiga (2005) cita este mesmo problema ambiental na Grécia resultante da pressão demográfica que “tornou carecas as colinas do Ática” (VEIGA, 2005, p. 71), sendo que em 590 a.C., através de reforma constitucional proposta por Sólon, chegou a prever a proibição da agricultura nas áreas de declive. Veiga (2005) também menciona outros casos em que o declínio de muitas sociedades esteve ligado a processos erosivos decorrentes de devastação florestal. A civilização Maia desapareceu entre 800 e 900 d.C. na mesma ordem povos da Mesopotâmia e no vale do Indus, em 1900 a.C. Podemos, pois, entender que alterações de origem antrópica ocorreram em vários pontos do planeta em distintas épocas, algumas com a conseqüência da extinção do grupo humano local.

Se já houve estas extinções locais e o *Homo sapiens* continua vivo, poder-se-ia concluir que não é necessário preocupar-se com a ameaça de extinção que esta sendo anunciada. Qual é então a singularidade da crise atual? Soffiati (2005) responde que o perigo da crise ambiental deste século está exatamente na combinação de seu caráter antrópico com sua extensão planetária. Além, das extinções locais que citamos supra, o biólogo Edward O. Wilson (apud Soffiati, 2005)³ esclarece que cinco grandes crises planetárias abalaram profundamente a vida e provocaram extinções maciças de espécies muito antes de os hominídeos e o *Homo sapiens sapiens* se constituírem como família e espécie:

As cinco extinções em massa ocorreram na seguinte ordem, conforme o período geológico: Ordoviciano, 440 milhões de anos atrás; Devoniano, 365 milhões; Permiano, 245 milhões; Triássico, 210 milhões; e Cretáceo, 66 milhões. Houve muitos outros altos e baixos secundários, mas estes cinco estão no limite superior da curva da violência e destacam-se dos demais [...] a vida foi depauperada em cinco grandes eventos e, em menor grau, aqui e ali em todo o mundo em incontáveis outros episódios. Depois de cada declínio voltou a recuperar pelo menos o seu nível original de diversidade. (WILSON apud SOFFIATI 2005, p. 46-47).

As crises citadas por Wilson, conforme Soffiati (2005) tiveram duração, profundidade e extensão bem mais acentuadas que a atual. O diferencial é que foram provocadas por fenômenos astronômicos, climáticos e geológicos e não pela ação do ser humano que apareceria milhões de anos mais tarde. O autor declara então que é possível responder a pergunta do porquê da singularidade da crise atual:

*[...] ocorreram crises planetárias não-antrópicas na história da terra e crises antrópicas não-planetárias na história da humanidade; entretantes, é a primeira vez, nos 4.500.000 de anos de existência do nosso planeta, que se constitui uma crise ambiental oriunda das atividades exercidas por uma só espécie – no caso, a nossa – que assume um caráter global. Jamais uma espécie de qualquer de um dos cinco reinos foi capaz de tal façanha.[...] Nenhum [...] obteve a proeza desastrosa do *Homo sapiens sapiens*, qual seja, a de constituir dois modos de produção⁴ capazes de produzir mudanças ambientais profundas em nível planetário. (2005, p.47. Grifos do autor).*

Compreendemos, portanto, que ocorreram extinções completas da vida sobre o Planeta Terra, anteriores a esta atual que está em curso. Todas estas extinções

3 SOFFIATI, Arthur. Fundamentos filosóficos e históricos para o exercício da ecocidadania e da ecoeducação. LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo, LAYRARGUES, Philippe Pomier, CASTRO, Ronaldo Souza de (Org.). **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania**. 3. ed. São Paulo: Cortez. 2005. p. 23 – 67.

4 O autor se refere aos sistemas econômicos capitalista e socialista.

anteriores foram provocadas por fatores naturais, e, após cada uma destas, a vida se regenerou em outros ecossistemas. Agora estamos diante de uma crise que não é natural, mas provocada pela espécie *Homo sapiens*. Se o processo de extinção do Ambiente que está em andamento não for estancada, a espécie humana com ele desaparecerá. Porém, contrário ao exemplo da extinção local dos Anazasi, agora todo o conjunto humano mundial está sob ameaça, pois a inadequada ação antrópica sobre o meio agora atinge extensões planetárias.

O distanciamento do ser humano da natureza o levou ao seu descomprometimento. Conforme Morin (1975, p. 19) desde Darwin admitimos que “[...] somos filhos de primatas, mas não que nós próprios somos primatas. Admitindo isto, admitiríamos que somos animais!” Morin afirmando que, descendo das árvores, estamos convencidos de que nos livramos da nossa origem animal e “construímos, fora da natureza, o reino independente da cultura.”

Embora o Humanismo tenha feito conquistas impressionantes para a dignidade humana e a cidadania, construiu, de outra sorte, um pedestal muito alto para o *Homo sapiens*, dando-lhe a falsa convicção de que nenhum laço mais o unia aos outros seres. Soffiati (2005) cita que a filosofia cartesiana criou um dualismo entre corpo e espírito. Referindo-se ao pensamento cartesiano e mecanicista, afirma:

Essa concepção obteve um sucesso tão grande numa economia racionalista de mercado que acabou por impregnar completamente a sociedade européia, além de ter sido imposta às sociedades do Mundo. Cristianismo, humanismo e mecanicismo foram as primeiras ideologias de um mundo ocidentalizado, que culminou, até agora, no que é chamado de globalização. O mecanicismo, principalmente, com seu antropocentrismo, culturalismo e utilitarismo exacerbados, tornou-se um paradigma ecologicamente insustentável. (SOFFIATI, 2005, p. 31).

Descobrimo-nos dono de inteligência própria, muito superior aos demais primos primatas, o homem entendeu-se o dono absoluto de natureza, podendo dela dispor à vontade. O ser humano construiu na arrogância do conhecimento científico, o seu auto-endeusamento, pairando como ser superior sobre demais animais e reinos naturais.

Nas eras primitivas, esta compreensão do homem como ser absoluto não se caracterizava. As mais antigas sociedades *sapiens* viviam da coleta, pesca e caça.

Eram nômades. Com a domesticação de animais e plantas fixaram residência. Para estes humanos, conhecer a natureza não era compreendê-la, mas adorá-la. Os povos arcaicos não se vêem separados da totalidade do cosmos. Para Soffiati (2005), a invenção da agricultura e pecuária representou o primeiro passo para o processo de dessacralização do mundo. O processo avançou com a revolução urbana, em torno de 3.500 anos a.C. As teorias religiosas seriam uma resposta elaborada para responder a uma questão basilar do ser humano: a consciência da vida e da morte.

Sabe-se hoje, que todo ser processa informações sobre o seu meio para sobreviver nele. Morin (2005) afirma que no *Homo sapiens*, porém, além do processamento do meio, também é capaz de fazer cogitações. O cérebro humano realiza a ponte entre natureza e cultura. A sociedade e a cultura aparecem, pois como expansões do funcionamento do cérebro humano. O Homem passa, pois a se agrupar, promover a construção de culturas (o resultado do processo do seu envolvimento com o meio) e a constituir civilizações.

Conforme Soffiati (2005), o espaço original da civilização ocidental é a Europa Ocidental. Suas raízes culturais provêm por, um lado, da civilização siríaca e judaíta, do outro, da civilização greco-romana e, ainda, dos germanos e eslavos – todas foram fundidas na forma complexa do Cristianismo católico romano, junto com o fator de unidade que era a língua latina. O autor reporta-se ao império de Carlos Magno no século IX, como marco inicial deste processo de fusão.

Esgotado o espaço territorial interno e por pressões demográficas, a civilização ocidental tenta conquistar áreas extra-européias. Primeiros avanços infrutíferos sobre a Islândia, da Groenlândia e da costa setentrional da futura América do Norte – no século XI e XV. Nos séculos XI e XIII as Cruzadas em direção ao norte da África e ao Oriente Médio. Finalmente, no séc. XV e XVI, o Atlântico atraiu conquistadores, inaugurando-se, já nesta fase, a era planetária, da qual a globalização é a fase contemporânea.

As incursões da civilização européia disseminam junto consigo a sua cultura e sua visão da natureza. Encontra-se na tradição judaico-cristã como a raiz intelectual mais profunda do domínio da natureza não-humana pelo ser humano. Aos poucos, a

sacralidade difusa do cosmos concentra-se no único Deus. A história do povo hebreu-judeu, e posteriormente o da humanidade cristã, divorciam-se da história do cosmos. Em seguida a história humana torna-se uma entidade com vida própria num universo progressivamente reificado. (SOFFIATI, 2005).

Descartes propunha substituir a ciência incerta da Idade Média por uma ciência cuja certeza se igualasse à matemática. Descartes também fundou a teoria geral dos animais-máquinas, pelo qual são aplicadas aos corpos vivos as leis universais da física mecanicista. Culmina-se com a visão newtoniana, que explica o universo como um grande mecanismo de relojoaria, funcionando com precisão absoluta. Neste contexto histórico está o surgimento do capitalismo comercial que junto com o mecanicismo, preparam as condições para a Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Alicerçado no paradigma mecanicista, o positivismo alimentou a paixão de atingir a objetividade absoluta na busca de conhecer a realidade. Uma das ambições do positivismo era avançar no conhecimento do mundo pouco a pouco, até dominá-lo por inteiro para todo o sempre, mediante um processo de acumulação de informações. O conhecimento completo conferiria ao sujeito o domínio absoluto sobre o objeto, a ponto de poder-se arquivá-lo, encerrando-se as discussões, as divergências sobre ele. O conhecimento progrediria de forma contínua e constante, passando-se de um objeto conhecido para um objeto desconhecido, até que esse novo objeto também tivesse seus segredos inteiramente desvendados (SOFFIATI, 2005).

O paradigma mecanicista como forma de pensamento se espalhou e criou raízes nos campos mais diversos inclusive na forma como o Estado liberal se configurou historicamente, influenciando enormemente na concepção e na constituição de cidadania liberal. A constituição deste tipo de Estado de Direito (Estado liberal), e sua relação com a cidadania, expressa através da teoria de Marshall sobre a cidadania, é o que vamos ver a seguir.

2.1. O surgimento do Estado de Direito e a sua relação com a cidadania

Não vamos nos alongar na descrição de como surgiu o Estado, pois isso demandaria tempo. Traremos alguns elementos importantes no que diz respeito a sua constituição, relacionando aos objetivos deste estudo.

A origem do Estado nos remete ao contratualismo e as suas vertentes. A mais conhecida delas é do contratualismo vertical cunhado por Hobbes, porque evidencia o poder instaurador do *Leviatã*, e um tipo horizontal em Locke, porque criador de uma *societas* entre indivíduos. A passagem do Estado absolutista para o Estado de Direito encontraria fundamento na teoria política de Locke e nos princípios que tutelam os direitos fundamentais do homem nas constituições modernas. O contrato social deixa de ser apenas uma teoria sobre a origem hipotética do Estado para integrar sua história através do poder constituinte originário. Neste sentido é pertinente a observação de Bobbio (2001) de que o Estado somente é Estado porque é de direito.

A idéia de que os homens livres pudessem organizar o Estado e a sociedade de acordo com sua vontade e razão, desconsiderando a tradição e os costumes, foi uma das grandes bandeiras do Iluminismo. Ele representou a revolução paradigmática que se consolida nos séculos XVII e XVIII que permitiu o reconhecimento da racionalidade e igualdade de todos os homens. O princípio da legitimidade dinástica foi substituído pelo princípio da soberania popular, de origem contratualista.

Assim, o Estado de Direito como realidade histórico-política surgiu a partir da Revolução Francesa, e, enceta características cujas mutações determinam a evolução do próprio conceito. Neste período assiste ao surgimento do indivíduo, destacado do estamento, portador de direitos próprios – conferidos a ele pela condição da sua humanidade e não pelo fato do privilégio de nascimento. (JACINTHO, 2006).

Jacinto (2006, p.177) afirma categoricamente que: “[...] o Estado de Direito é condição *sine qua non* sem a qual a dignidade humana não florescerá.” Muito embora, continua a autora, a teoria dos direitos fundamentais preceda historicamente

à do Estado de Direito, é inegável que, na atualidade, estes não possam alcançar sua positivação à margem do Estado. Deve-se, portanto, a criação de condições adequadas pelo Estado o desenvolvimento e garantia daqueles.

Invertendo a relação tradicional de direitos dos governantes e deveres dos súditos, agora o indivíduo é reconhecido como portador de direitos, e o Estado obriga-se a não violá-los. A concepção jusnaturalista dos direitos do homem consubstanciada na Declaração de Virgínia (1776) e na Declaração Francesa (1789) terminou por se incorporar, no século XX, ao artigo primeiro da Declaração Universal dos Direitos do Homem da ONU, de 1948: “Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos.”

O direito natural inaugura o Estado Moderno, baseado em princípios, na lei e na administração especializada da justiça. No direito tradicional, a lei era imposta por poderes seculares ou teocráticos, tomada como convenções transmitidas pela tradição. O direito tradicional era, portanto, particularista. Já o Direito moderno é baseado em princípios legais e universalistas. As normas não são mais estabelecidas pela tradição, mas são promulgadas segundo princípios estabelecidos livremente por acordos racionais (VIEIRA, 2005). Esta passagem tornou-se possível através do estabelecimento da consciência histórica da desigualdade: os homens eram diferentes, o que não implicava em que tivessem que ser desiguais.

Mondaini (2003) destaca que os processos de secularização, racionalização e individualização foram modificando a visão tradicional fundamentada na concepção teológica das coisas, alimentada pela Igreja Católica Romana. A sociedade hierarquizada em privilégios de nascença perdeu força. Com a crítica interna da Reforma Protestante e a crítica externa dos cientistas do Renascimento, inviabilizou-se a continuidade absoluta de uma maneira transcendente de compreender a História. “O homem passou não apenas a traçar o seu destino, mas também a ter total capacidade de explicá-lo.” (MONDAINI, 2005. p. 115). Continua o autor mencionando que:

Contra um mundo de ‘verdades reveladas’ assentado no trinômio particularismo/organicismo/heteronomia, construiu-se um outro pautado no trinômio universalidade/individualidade/autonomia, no qual a descoberta das verdade depende do esforço criativo do homem. (p.116).

As revoluções de idéias e de novas organizações sociais e estatais não foram pacíficas e nem democráticas. A histórica ampliação das categorias de direitos humanos e da evolução de uma cidadania na Europa centro-ocidental transcorre por, pelo menos, durante três séculos de acirrados conflitos sociais. Junto com os reconhecimentos de garantias, o Estado de Direito inicialmente liberal, também teve que se adaptar para responder às reivindicações sucessivas resultantes das relações entre indivíduos, sociedade e aparelho estatal.

Embora se declarasse o reconhecimento da humanidade de cada ser humano e a sua capacidade de ter direitos, isto não representava a sua imediata inclusão na condição de cidadão. Muito pelo contrário, ser cidadão representava o exercício de privilégios sociais como afirma Araújo (apud CORCZEVSKI, 2005/b, p. 24)⁵ *“el status de ciudadano se contrapone generalmente a outra condicion que varía según las épocas y lugares. Ser esclavo, extranjero e mujer ha sido en diferentes épocas lo ‘opuesto’ a ser ciudadano.”* O conceito de cidadania nasce, historicamente, como oposto ao de súdito, mas sem a aspiração de incluir a todos os indivíduos da nova sociedade que vai se formando.

Nesse sentido o pensamento expresso em 1949, Thomas H. Marshall propôs a primeira teoria sociológica de cidadania ao desenvolver os direitos que lhe são inerentes, mostrando, a partir do exemplo inglês, como a cidadania liberal se configurou e como o conceito de cidadania foi-se ampliando na medida em que agregava mais direitos. Conforme Vieira (2001) essa abordagem sobre a cidadania tornou-se clássica.

Marshall (1967) estudou o reconhecimento dos direitos de que os indivíduos se tornaram portadores no contexto da sociedade inglesa,⁶ reconhecendo neles o elemento civil, o elemento político e o elemento social. Os direitos civis são uma construção do século XVIII, os políticos do século XIX - ambos chamados de direitos de primeira geração. Os direitos sociais, conquistados no século XX – chamados direitos de segunda geração. (VIEIRA, 2005). Os direitos de primeira geração se

5 GORCZEVSKI, Clovis. **Direitos humanos:** dos primórdios da Humanidade ao Brasil de Hoje. Porto Alegre: Imprensa Livre. 2005/b, p. 24.

6 Conforme Grande Barsa DVD, a revolução industrial inglesa (1640-1688), considerada a primeira revolução burguesa da História, deu origem ao primeiro país capitalista do mundo. É no contexto desta formação, que Marshall estudada a implementação dos direitos humanos.

efetivam com o fortalecimento do indivíduo frente ao Estado: limitam o poder do Estado na livre disposição da vida, da liberdade e da propriedade dos súditos. Os direitos de segunda geração, implementados no século XX exigem a ampliação de atribuições de Estado, que agora passa a intervir para garantir a justiça distributiva aos seus cidadãos – que já era então uma categoria muito mais ampliada.

O elemento civil, conforme a classificação de Marshall (1967), é composto dos direitos necessários à liberdade individual: liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à propriedade e de concluir contratos válidos e o acesso à justiça. Na Inglaterra, esta construção dos direitos civis se dá desde o início do século XIII. Surgem, paulatinamente, pela construção por diversos atos, nos quais a garantia do *Habeas-Corpus*, a instituição do direito e dos tribunais. Estas instituições se formam para o fortalecimento do indivíduo frente ao Estado, do qual o *Habeas corpus* é adequado exemplo: é remédio legal que coíbe a livre disposição da liberdade do súdito pelo soberano.

No setor econômico, o direito civil básico é o direito à liberdade de trabalhar: ocupação e local da escolha do indivíduo, podendo este direito somente estar sujeito à exigência de um aprendizado preliminar. O direito ao livre trabalho foi limitado pelo costume e pela edição da Lei Elizabethan Statute of Artificers⁷ o qual determinou que certas ocupações deveriam pertencer a certas classes, como também o costume reservava o emprego numa cidade aos habitantes daquela cidade, sendo o uso da aprendizagem como instrumento de exclusão ao invés de recrutamento. A Lei caiu porque as restrições eram uma ofensa à liberdade do súdito, recém garantida, e uma ameaça à prosperidade da nação.

A história dos direitos civis é feita pela adição gradativa de novos direitos a um *status* de cidadão já existente que pertencia a todos os membros homens adultos da comunidade. Todos os homens eram livres. Havia lei, e esta lei valia para todos os homens e os tratava da mesma forma. Inicialmente a liberdade acontecia somente nas cidades. Mais adiante esta liberdade se transformou de uma instituição local para uma nacional. Diversas categorias reivindicavam participar deste *status* de homem livre, portanto, de cidadão para poder dispor de si.

7 Lei Elizabethana Estatuto dos Artesãos – em tradução desta autora.

Por elemento político da cidadania, conforme continua Marshall (1967), deve-se entender o direito de participar no exercício do poder político, como um membro de um organismo investido da autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo. As instituições que se formaram para garantir estes acessos são o Parlamento e Conselho de Governo. Chamamos a atenção para o aspecto de que os direitos políticos do séc. XIX não representaram a criação deste direito como um novo direito, mas a extensão de este antigo direito a novos setores da população.

No século XIX, a cidadania na forma de direitos civis já era universal (todos os homens eram livres). Os direitos políticos não estavam incluídos nos direitos da cidadania, eram privilégios de uma classe econômica limitada. Estes limites, no contexto da história inglesa, foram reduzidos por cada reforma legal sucessiva. A sociedade capitalista do séc. XIX tratava os direitos políticos como produto secundário dos direitos civis: era necessário antes reunir todos os requisitos da cidadania civil para poder reivindicar a capacidade política.

O séc. XX passou a associar os direitos políticos com a cidadania como tal através da adoção do sufrágio universal. Com isto ocorreu a transferência da base dos direitos políticos do substrato econômico para o *status* pessoal. Cada homem poderia votar e ser votado desde que fosse livre, não precisando provar ser detentor de propriedade para tanto.

O século XX assiste a emancipação das categorias trabalhadoras, que se fortalecem e fazem estender também os direitos sociais à categoria de cidadãos. Marshall (1967) destaca este aspecto, pois antes desta extensão, ao depender da assistência do Estado, o homem deveria abrir mão da sua condição de cidadania (gozo de liberdade, igualdade e dos seus direitos políticos). O indivíduo, ao internar-se em uma casa de assistência do Estado (por velhice, incapacidade, ou outro) perdia o respeito dos demais co-cidadãos, pois denotava a sua ociosidade. Sendo dependente do Estado, o indivíduo deixava de ser cidadão: era despojado dos seus direitos de liberdade e igualdade, como também, dos seus direitos políticos⁸. Instituições formadas na história da Inglaterra, conforme Marshall, que mais

⁸ Esta noção de desprezo pela pessoa dependente de assistência estatal continua presente nas culturas de origem anglo-saxônicas que vêem no trabalho um valor fundamental (Weber, 2004).

intimamente são ligadas com este elemento de cidadania são o sistema educacional e os serviços sociais instituídos através da *Poor Law* e da *Factory Acts*.

A *Poor Law*⁹ foi um sistema de regulamentação de salários em âmbito nacional. Este plano entrou em decadência no séc. XVIII porque a regulação de salários infringia o princípio individualista do contrato de trabalho livre. Os direitos sociais vêm-se, então, entrando em choque com os direitos civis: com base no princípio da liberdade e igualdade, tarefa e salário eram livremente acordados entre as partes, observando-se a auto-regulação do mercado¹⁰ que estabelecia preços de produtos e serviços pela oferta e procura.

Em 1834 a *Poor Law* saiu da esfera de invasão do livre mercado, passando a dar assistência somente àqueles que devido à idade ou doença eram incapazes de trabalhar. Como já dito, os direitos de assistência não eram parte integrante dos direitos de cidadão, mas era uma alternativa a eles. As necessidades assistenciais destas pessoas somente poderiam ser atendidas se deixassem de ser cidadãos. Abriam mão do direito civil de liberdade pessoal devido internamento na casa de assistência e não lhes era permitido exercer seus direitos políticos. Esta noção de incapacidade permaneceu até 1918. As pessoas dependentes da assistência estatal eram estigmatizadas pelo grupo social que entendia que aqueles que a aceitavam deviam cruzar a linha que dividia a comunidade de cidadãos da companhia dos indigentes.

A *Factory Acts*¹¹ regulava condições de trabalho e redução de horas de trabalho nas fábricas para mulheres e crianças. Os homens adultos não gozavam desta proteção, pois eram cidadãos e tinham liberdade para contratar. As mulheres e crianças eram protegidas porque não eram consideradas cidadãs, se quisessem gozar de cidadania deveriam abrir mão da proteção estatal. Observa-se que direitos civis e políticos conflitaram com os direitos sociais, até que o momento em que estes últimos foram também considerados integrantes da cidadania – o que ocorreu no

9 Lei dos Pobres.

10 Referimo-nos a auto-regulação feita pela “mão invisível” no mercado, conforme teoria de Adam Smith. Adam Smith é citado por Comblin (2000) que critica o liberalismo: “O mercado livre não existe entre os seres humanos reais. É uma construção teórica, ideal entre entes abstratos que supostamente seriam trabalhadores e consumidores. O liberalismo poderia funcionar num mundo feito de robôs, mas não pode funcionar no mundo dos seres humanos vivos que existem realmente.” (COMBLIN, 2000, p. 17).

11 Atos para os trabalhadores das fábricas.

início do século XX com as primeiras positivações dos direitos sociais nas Constituições Federais dos Estados de Direito que se formaram.

2.2. O liberalismo e a cidadania

Conforme Marshall (1967), no liberalismo os homens são livres e capazes de gozar de direitos. A cidadania se desenvolveu neste contexto pelo enriquecimento do conjunto de direitos de que estes homens livres eram capazes de gozar. E, estes direitos não estavam em conflito com as desigualdades da sociedade capitalista – entendia-se, ao contrário, que eram necessários para a manutenção de uma relativa desigualdade necessária para a manutenção do sistema.

Os direitos civis eram indispensáveis a uma economia de mercado competitivo. Eles conferiam a cada um o seu *status* individual, o poder de participar como unidade independente na concorrência econômica, e tornava possível negar-lhes a assistência estatal com base na suposição de que o homem estava capacitado a proteger a si mesmo. O contrato no Estado Liberal é essencialmente um acordo entre homens que são livres e iguais em *status*, embora não necessariamente iguais em poder. A liberdade e igualdade de tratamento perante a lei representavam a libertação e a emancipação daqueles indivíduos perante um Estado monárquico que lhes tolhia a criatividade.

A cidadania não era a garantia de igualdade material, mas era um *status* de homem livre, integrante do Estado. Trata-se de um *status* não mais associado ao privilégio de nascimento da Idade Média, mas pelo “simples” fato da existência do indivíduo. Todos os privilégios foram substituídos pelo único *status* uniforme de cidadania que ofereceu o fundamento da igualdade formal. Esta igualdade de *status* é mais importante do que a igualdade de renda. Marshall (1967) cita exemplos desta realidade: o direito de adquirir propriedade (e de protegê-la caso a alcance) é mais importante que o fato de possuir, em si, a propriedade. A cidadania liberal então estabelece a liberdade e igualdade permitindo que cada cidadão possa ter direito a ter uma propriedade, porém, não garante que todos os seus cidadãos efetivamente tenham propriedade.

O objetivo original do estabelecimento do Estado Liberal identificado com o avanço do capitalismo, da racionalidade tecnológica, do utilitarismo, não era estabelecer uma instituição de poder que promovesse a extensão da igualdade material a todos os habitantes do Estado-nação. A concepção original é o que Estado Liberal deve, sim, garantir a liberdade e a igualdade formal (perante a Lei) para todos que estivessem na condição de homens adultos conferindo-lhes, portanto, o *status* de cidadãos. Neste espaço de liberdade poderão, estes cidadãos, prosperar (ou não) em competição com os demais – a capacidade destacaria os melhores. Trata-se, portanto, de um sistema egoísta, sendo o individualismo a marca do liberalismo¹².

No universo da diversidade humana poucos eram cidadãos. E, somente entre os que ocupavam o *status* de cidadão havia igualdade formal. Juridicamente, havia então duas categorias de pessoas: ou se era cidadão livre para contratar, ou se era outra coisa: ou incapaz, ou dependente de assistência, ou mulher, ou criança, idoso, indigente. Eram os excluídos da cidadania. Somente eram dignos e reconhecidos socialmente os que gozavam de cidadania. Vê-se, então, que na sua concepção originária a cidadania liberal, enquanto um *status* concedido, era elemento mantenedor de desigualdade social.

Contudo, já no interior da categoria dos cidadãos inicia-se a caracterização de um novo tipo de desigualdade: a dos que possuíam capital e o dos que somente dispunham de sua mão-de-obra. Por certo, os donos de capital acumulariam mais riqueza do que outros que somente dispõem da sua força para vender. A preocupação que então surge é remover diferenciações sociais que não podem ser consideradas legítimas. Marshall (1967) entende então que as desigualdades podem ser toleradas numa sociedade fundamentalmente igualitária desde que sejam transitórias, isto é, que não criem incentivos para o descontentamento.

Assim, na concepção de Marshalliana, a desigualdade social pode ser justificada somente se for dinâmica e se oferecer um estímulo para a mudança e melhoria. A lei e o Estado regulariam a sociedade garantindo a igualdade formal. Desigualdade e exclusão social seriam próprias do sistema, desde que não

12 “O mercado dispensava os valores morais, os preceitos, a subordinação a princípios éticos que entravam em contradição com o dinamismo da economia. No mercado, os ‘vícios privados geram virtudes públicas’. O egoísmo de todos produz a promoção de todos.” (COMBLIN, 2000, p. 16).

excessivamente injustas. O Estado deveria intervir assistencialmente para garantir os desamparados. Marshall (1967) refere que os serviços sociais estatais não são um meio de igualar rendas, não tornado possível pelo liberalismo, mas se destinam a minimizar as carências. Com a presença dos serviços sociais o que interessa é que haja enriquecimento geral da substância concreta da vida civilizada, uma redução geral do risco e insegurança, uma igualação entre os mais e menos favorecidos em todos os níveis – entre o sadio e o doente, o empregado e o desempregado, o velho e o ativo. A assistência social, na sua concepção original, ofereceria então, aos desfavorecidos, um mínimo de dignidade.

Continua Marshall (1967) afirmando que a cidadania do final do século XIX pouco fez para reduzir a desigualdade social, de outra sorte, porém, ajudou a guiar o progresso para o caminho que conduzia diretamente às políticas igualitárias do século XX. Cita que um dos triunfos do século XIX foi o reconhecimento do dissídio coletivo. Mas, embora possamos interpretá-lo como importante conquista de direito social, na verdade, este expediente representava a procura do progresso social por meio do fortalecimento dos direitos civis e não pelo estabelecimento de direitos sociais; uma vez que consiste exatamente na barganha feita pelo sindicato na fixação de salário através do uso do contrato no mercado livre e, negando, desta forma, a adoção de um salário mínimo e previdência social estabelecidos pelo Estado. A novidade é que a aceitação do direito de barganha não se constituiu simplesmente numa extensão natural dos direitos civis, mas representou também a transferência de um processo importante da esfera política (o poder exercido através da palavra e da negociação no Parlamento para a negociação de salários) para a esfera civil da cidadania.

Na linha histórica que desenvolvemos com Marshall, os direitos sociais só se desenvolvem no século XX e, com plenitude, depois da Primeira Guerra Mundial. A referência destes direitos é a classe trabalhadora e são aplicados através de múltiplas instituições que, no conjunto, constituem o Estado Social de Direito - o *Welfare State*¹³. O processo significou a integração política das classes trabalhadoras no Estado capitalista. Daí que as lutas pela cidadania social culminaram por dar maior legitimação do Estado capitalista, na medida em que efetivamente, tornando-o

13 Traduz-se Estado do bem-estar – tradução feita por esta pesquisadora. *Welfare State*, Estado do Bem-Estar e Estado Social de Direito são signos que se equivalem.

mais democrático o socializaram. O capitalismo transformou-se profundamente para ao final estar mais hegemônico do que nunca.

Entretanto, a plena afirmação dos direitos sociais, incluídos também como direitos de cidadania, só veio a ocorrer no século XX com a Constituição Mexicana de 1917 e a Constituição de Weimar de 1919. Nestes movimentos as classes operárias incluíram nas Constituições dos seus países a garantia de assistência estatal aos trabalhadores, sem que, com tanto, perdessem a sua condição de cidadãos (direitos civis e capacidade política).

2.3. A consolidação histórica dos direitos sociais¹⁴ como inclusivos da cidadania. O fundamental novo papel do Estado

Comparato (2007) afirma que a emancipação do indivíduo perante os grupos sociais que o submetiam: a família, o clã, o estamento, as organizações religiosas se materializou nas declarações de direitos norte-americanas juntamente com a Declaração Francesa de 1789. O autor afirma que as revoluções liberais e individualistas somente foram possíveis porque o terreno foi preparado dois séculos antes pela Reforma Protestante que afirmou a importância decisiva da consciência individual pela qual o homem passou a compreender que forja sozinho o seu próprio destino e o destino do seu povo.

Porém, em contrapartida desta liberdade e igualização formal, o indivíduo perdeu a proteção da sua família (clã)¹⁵, a estamental e a religiosa e tornou-se vulnerável. O Estado liberal ofereceu-lhe a segurança da legalidade, com a garantia da igualdade perante a lei. “Porém, esta igualdade se mostrara pomposa e inútil para a legião crescente de trabalhadores, compelidos a se empregarem nas empresas capitalistas.” (COMPARATO, 2007, p. 53). A lei assegura a imparcialidade perante

14 Os direitos sociais englobam, de um lado, o direito ao trabalho e os diferentes direitos do trabalhador assalariado; de outro lado, o direito à seguridade social (saúde, previdência e assistência social), o direito a educação, e, de modo geral, como se diz no Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966 (art. 11), “o direito de toda pessoa a um nível de vida adequado para si próprio e sua família, inclusive à alimentação, vestimenta e moradia adequadas, assim como a uma melhoria contínua de suas condições de vida”. Comparato, 2007, p. 65.

15 Kesselring (2007) afirma que as famílias tinham muitos filhos porque eles deveriam amparar os pais na velhice. Com a previdência estatal, não haveria mais a necessidade de filhos, pois o Estado deve garantir a velhice.

todos, tanto ricos e pobres, jovens e anciãos, homens e mulheres dispõem de liberdade jurídica para buscar sua subsistência e enfrentar as adversidades da vida mediante a disciplina e o hábito da poupança. A idéia era que o trabalhador deveria ter disciplina e fazer poupança enquanto economicamente ativo para garantir os dias de doença e senilidade. Segundo Comparato, a história revela uma brutal pauperização das massas operárias já na primeira metade do século XIX, o que demonstrou a total incapacidade da efetivação do princípio liberal da realização de poupança pela população. Esta situação suscitou a organização das classes trabalhadoras.

Comparato (2007) afirma que o reconhecimento dos direitos humanos de caráter econômico e social foi o maior benefício que a humanidade recolheu do movimento socialista iniciado na primeira metade do século XIX. O titular destes direitos não é o indivíduo, com quem o capitalismo sempre se relacionou muito bem, mas é o conjunto dos grupos sociais esmagados, ou marginalizados, pela miséria, doença, fome. Os socialistas compreenderam que estes fenômenos sociais não eram cataclismos da natureza ou necessárias acomodações do capitalismo, mas sim, a lógica do sistema que atribui maior valor aos bens de capital que às pessoas. Entende este autor que os direitos humanos de proteção do trabalhador são, portanto, essencialmente anticapitalistas, e prosperaram a partir do momento que os donos do capital, para manter a paz e segurança, resolveram compor com os trabalhadores. (COMPARATO, 2007).

Santos (2000) não tem a mesma certeza de Comparato (2007) em a que fator deva ser atribuído o crédito da conquista dos direitos sociais, afirma ele que ainda se tem por discussão em que medida são uma conquista do movimento operário ou uma concessão do Estado capitalista, porém, parece não restar dúvida de que, pelo menos, sem as lutas sociais do movimento operário, tais concessões não seriam feitas. Santos (2000) entende que nos países centrais o segundo período do capitalismo, o capitalismo organizado, caracteriza-se pela passagem da cidadania cívica e política para o que foi designado por “cidadania social”, isto é, a conquista de significativos direitos sociais no domínio das relações de trabalho, da segurança social, da saúde, da educação e da habitação por parte das classes trabalhadoras das sociedades centrais.

Jacinto (2006) afirma que se entendeu o Estado Social de Direito como vocacionado a minimizar as contradições que geravam a pujança da doutrina do individualismo e da teoria econômica do liberalismo. Foram então atribuídas ao Estado competências e objetivos materiais de forma a contribuir na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Esboçou-se o Estado de Social de Direito que pretendia acrescentar ao regime das liberdades tradicionais (os direitos de primeira geração) as exigências de justiça social.

Com esta assunção de responsabilidades pelo Estado social face às demandas da ampliação da cidadania liberal para a social, houve a superação do caráter de negatividade dos direitos humanos como limitadores da ação do Estado de Direito. Entende Jacinto (2006) que os direitos passam a transmutar-se em ferramentas de controle da ação positiva estatal, orientando para a participação coletiva e individual na formação e exercício da vontade estatal. Bobbio (1992) explica no mesmo sentido de que a primeira geração de direitos corresponde a um “não-agir” do Estado, aos segundos, os direitos sociais, uma ação positiva do Estado.

Porém, a História ainda deveria descobrir a imprescindibilidade do caráter democrático de Estado, face os desvios na institucionalização do modelo social de Estado, que, conforme Jacinto (2006) se configuraram nas violações aos direitos humanos perpetrados pelo Alemanha Nazista na Segunda Guerra Mundial. Fixa-se a idéia primordial do Estado Democrático de Direito, estabelecido na legitimação do poder político fundado na soberania popular e não na mera soberania estatal.

Redescoberto no ambiente do Estado Social de Direito, o princípio democrático serviu para indicar o perfil do Estado que busca na participação popular na formação da vontade política estatal a sua fonte legitimadora, especialmente na geração de instâncias garantidoras dos direitos fundamentais, ao mesmo tempo em que limita o poder estatal.

Bobbio define assim a democracia:

É uma das várias formas de governo, em particular aquela em que o poder não está nas mãos de um só ou de poucos, mas de todos, ou melhor da maior parte, como tal se contrapondo às formas autocráticas, como a monarquia e a oligarquia. (BOBBIO, 1997, p. 7)

Na perspectiva de Bobbio (1997) somente os Estados nascidos das revoluções liberais são democráticos e apenas os Estados democráticos protegem os direitos do homem: todos os Estados autoritários do mundo são ao mesmo tempo antiliberais e antidemocráticos. Jacintho (2006) afirma, então, que o liberalismo é moderno, enquanto a democracia, como forma de governo, é antiga. O liberalismo tem, no entanto, na democracia um dos seus pilares de sustentação. A História Moderna não logrou alcançar instituir a democracia no modelo clássico - direto. Todavia remodelou-a para então apresentá-la sob a forma representativa, que, embora em crise constante, é imprescindível à organização do Estado e para a garantia dos direitos humanos.

A segurança propiciada pelos direitos sociais tornou possíveis vivências de autonomia e de liberdade e de promoção educacional até então inacessíveis à classe trabalhadora. Santos (2006) aponta que este processo de alargamento da cidadania abriu novos processos de desenvolvimento da subjetividade. De outro lado aumentou o peso burocrático do Estado e a vigilância controladora sobre os indivíduos, sujeitos estes mais do nunca as rotinas da produção e do consumo.

2.4. Sociedade de consumo e a crise da cidadania liberal

A cidadania moderna, fortemente alicerçada no individualismo, enfrenta o estado de apatia. Santos (2006) critica que no liberalismo o princípio da cidadania abrange exclusivamente a cidadania civil e política e o seu exercício reside exclusivamente no voto. Os históricos movimentos da classe operária e dos sindicatos, através do compromisso social-democrático, foram propulsores das transformações socializantes do capitalismo obtidas à custa da transformação socialista da sociedade e por sua vez houve ampliação de direitos. Com a integração política do operariado ao capitalismo, há um processo lento de desradicalização das reivindicações operárias obtido com a crescente participação social nas políticas de rendimentos e preços e até na gestão de empresas. O capital aproveita algumas reivindicações dos movimentos contestatórios dos últimos 30 anos, e, incorporando-se destes valores, legitima-se e fortalece-se.

Porém, a elaboração destes novos preceitos gerou prejuízos à cidadania:

A aspiração de autonomia, criatividade e reflexividade é transmutada em privatismo, dessocialização e narcisismo, os quais acoplados à vertigem produtivista, servem para integrar, como nunca, os indivíduos na compulsão consumista. [...] subjetividade sem cidadania conduz ao narcisismo e ao autismo. (SANTOS, 2006, p.255 e 256).

Da mesma forma, a evolução do capitalismo, criou um espaço urbano desagregador e destruidor das solidariedades das redes sociais de interconhecimento e de entreatajuda. Transformou, pois, a subjetividade num processo de individualização e converteu o sujeito em objeto de si próprio.

Velloso (2005) afirma no mesmo sentido que Santos quando refere que na sociedade de consumo os homens tornam-se consumistas e vítimas do desperdício. Já Baudrillard (2004) faz violenta crítica à sociedade que resulta deste progresso de natureza individualista, acomodada em seu conforto, amorfa e apática. Ele a identifica como a sociedade de massas, pelo que descreve:

A massa é característica da nossa modernidade, na qualidade de fenômeno altamente implosivo, irreduzível a qualquer prática e teoria tradicionais, talvez mesmo irreduzível a qualquer prática e a qualquer teoria simplesmente. [...] A massa é sem atributo, sem predicado, sem qualidade, sem referência. Aí está a sua definição, ou a sua indefinição radical. (BAUDRILLARD, 2004, p. 10 e 12.)

O consumo acompanha a história da humanidade. Entretanto, é a partir da Revolução Industrial que ele passa ocupar o papel central na vida da sociedade pós-moderna quando ele se transforma de consumo familiar para consumo individual, e do consumo de pátina para consumo de moda. As mudanças históricas que levaram ao consumo somente foram possíveis a partir da aquisição de renda individual. Temos então que a mesma relação que instaurou o assalariado também instaurou o consumidor.

Com a melhoria da capacidade de consumo, se justifica a sucessão de modas: a não preservação de objetos e bens que são sucessivamente substituídos por novos modelos – o que representa novas compras - gerando novas alegrias e satisfações no consumidor – mais comércio, mais produção industrial. Ambos movimentos econômicos que geram mais empregos e mais consumo, e também mais extração de matéria prima da natureza e mais resíduos.

Outro aspecto histórico fundamental que Barbosa (2004) cita foi a expansão da igualdade (formal) entre as pessoas o que levou a democratização do consumo. As leis suntuárias da Idade Média não permitiam que pessoas de outros estamentos vestissem modas umas das outras. As modas eram duradouras e indicativas de nobreza. Na sociedade pré-moderna os nobres não podiam trabalhar. Mesmo que não tivessem rendas, somente eles poderiam ostentar as modas que identificavam os mesmos. Os burgueses ansiavam poder usar estas modas, porém, não podiam ostentá-las. Este aspecto originava casamentos entre nobres e burgueses, permitindo somente então o acesso destes últimos ao uso de adereços exclusivos.

A igualdade promovida pelo liberalismo e pelo Estado de Direito elimina as diferenças de permissões e proibições originadas do nascimento, iguala todos os personagens. Chega-se ao império da ética do *self*, pela qual cada um de nós se torna árbitro fundamental de suas próprias opções e possui legitimidade suficiente para criar sua própria moda de acordo com o seu senso estético e conforto. Todos agora podem consumir: desde que alguém tenha dinheiro para adquirir o bem desejado, não há nada que o impeça de fazê-lo.

No contexto da sociedade de consumo, conforme crítica de Baudrillard [1995] a propensão natural para a felicidade é igualada com o atendimento das necessidades. Na sociedade de consumo, felicidade e consumo se equivalem. Mas que felicidade é esta que é gerada pelo consumo? Pergunta Baudrillard. Ele entende que não é aquela que vem associada à imagem da felicidade que cada indivíduo vai realizar por si mesmo, como pretendia Jefferson na Declaração dos Direitos de Virgínia (COMPARATO, 2007). Baudrillard aponta que esta felicidade vem na sociedade moderna associada ao “mito da igualdade”. Toda a virulência política e sociológica acerca do mito da igualdade, alastrado desde a Revolução Industrial e as Revoluções do séc. XIX, foi transferida para a felicidade na igualdade do consumo na sociedade moderna.

No mundo moderno o consumo se tornou o foco central da vida social, ele é o fim de si mesmo. Práticas sociais, valores culturais, idéias, aspirações e identidades são definidas e orientadas em relação ao consumo ao invés de se dirigirem para outras dimensões sociais como trabalho, cidadania e religião, entre outros. Conforme Barbosa (2004) isto permite, no ponto de vista de alguns, descrever a sociedade

contemporânea de uma forma negativa, na qual o valor social das pessoas é aferido pelo o que elas têm e não pelo o que elas são, como também, o seu grau de felicidade se dá pela quantidade de bens materiais que acumularam.

Entretanto, as necessidades do consumidor parecem ser insaciáveis. Ao mesmo tempo em que isto indica a opulência de uma civilização e o refinamento do comprador, e de outra forma é indicado como condição de sobrevivência do capitalismo. O consumo seria a força cultural que mantém o capitalismo. A cultura do consumidor identifica a escolha individual da compra com a sua vida íntima.

Baudrilard [1995] afirma que a “Revolução do Bem-Estar” é a herdeira da Revolução Burguesa ou simplesmente de toda a revolução que erige em princípio a igualdade dos homens sem poder (ou sem conseguir) realizar esta igualdade a fundo. O princípio democrático acha-se então transferido de uma igualdade real, das capacidades, responsabilidades e possibilidades sociais, da felicidade (no sentido pleno da palavra) para a igualdade diante do objeto e outros signos evidentes do êxito social e da felicidade. Continua o autor afirmando que tem-se, então, a democracia do “standing”, a democracia da TV, do automóvel, da instalação estereofônica - democracia aparentemente concreta, mas também inteiramente formal, correspondendo para lá das contradições e desigualdades sociais à democracia formal inscrita na Constituição. Servindo uma à outra de mútuo álibi, ambas se conjugam numa ideologia democrática global, que mascara a democracia ausente e a igualdade impossível de achar.

Na mística da igualdade, continua Baudrilard [1995], a noção de “necessidade” é solidária à de bem-estar. As necessidades descrevem um universo tranquilizador de fins e semelhante antropologia naturalista cimenta a promessa da igualdade universal. A tese implícita é a seguinte: perante às necessidades e do princípio de satisfação todos os homens são iguais, porque todos eles são iguais diante do valor de uso dos objetos e dos bens. Porque a necessidade se cataloga pelo valor de uso, obtém-se uma relação de utilidade objetiva ou de finalidade natural, em cuja presença deixa de haver desigualdade social ou histórica. (BAUDRILARD, [1995]). Pode-se então resumir o pensamento de Baudrilard sobre a sociedade de consumo com a equação de que felicidade = igualdade, igualdade = igualdade no consumo, logo felicidade = igualdade no consumo.

Barbosa (2004) na sua observação da sociedade atual argumenta que mesmo o limite de renda funciona como uma barreira transponível para o acesso ao consumo. A lógica do mercado seria que: se os pobres querem consumir bens acessíveis somente às camadas com melhor renda, então tornemos estes bens mais baratos. Os produtos similares e “piratas”, portanto, vêm permitindo que estilos de vida sejam construídos e desconstruídos e lançados ao mercado e utilizados por pessoas cujas rendas certamente são incompatíveis com estes bens originais.

Com a popularização dos bens de luxo criou-se outra distinção social necessária, agora vinculada com a questão muito mais de legitimidade e de conhecimento sobre “como usar” do que “o que está sendo usado”. As noções de gosto – ou melhor, de bom ou mau gosto e de “estilo pessoal” – tornaram-se um dos mecanismos fundamentais de diferenciação, inclusão e exclusão social. Sinaliza para a individualidade, auto-expressão, estilo pessoal e auto-consciente. O consumo, nesta seqüência, na sociedade moderna se tornou uma atividade individual, uma expressão de um dos valores máximos das sociedades individualistas – o direito de escolha (BARBOSA, 2004).

A carência da construção de uma subjetividade emancipada, o indivíduo compreende que a sua aceitação social depende da sua capacidade de consumo onde, conforme as observações de Baudrillard [1995], tem-se construído a noção de igualdade do cidadão contemporâneo, uma vez que, em frente ao objeto de desejo todos são iguais, e, se todos puderem adquiri-lo e dele usufruir, serão de fato iguais e felizes. Na seqüência do pensamento de Baudrillard, poder-se-ia dizer que os pobres, através do consumo de produtos “piratas” têm podido gozar de um sentimento de “igualdade no consumo” com os ricos.

O consumo, com este enfoque, deixa de atender a sua função antropológica de satisfação das necessidades pessoais e familiares, para ser um meio de ostentação e distinção, ao mesmo tempo de busca desta igualdade passa a ser o centro da vida dos cidadãos, os quais se reduzem a condição de consumidores. De outra sorte, cria distanciamento social e não aceitação dos que não têm a mesma capacidade de consumo, como também, gera prejuízo à subjetividade do cidadão, enquanto estimula a insegurança e uma auto-imagem negativa em quem não pode consumir.

Barbosa (2004) afirma que da mesma maneira que a cultura do consumo não restringe quem vai ao mercado, ela também não pode restringir o que vai ao mercado. Tanto que é possível qualquer coisa ou serviço ser comoditizado. Tudo pode ser vendido e comprado. Diversos autores apontam que todas as esferas da vida têm sido mercadorizadas: as relações sociais, a natureza, o tempo e o corpo transformam-se em mercadorias. Deus também tem sido vendido. Conforme Garcia-Canclini (2006), a própria política virou uma questão de mercado. O mercado invadiu a política, comercializando a participação cívica e misturando valores comerciais com valores cívicos. O mercado desacreditou a política, não apenas lutando contra ela e exibindo-se mais eficaz para organizar a sociedade, mas também devorando-a, submetendo-a a política às regras do comércio e da publicidade, do espetáculo e da corrupção (GARCIA-CANCLINI, 2006).

Para atender as necessidades do mercado, o sistema econômico acaba com a solidariedade, o comunitarismo e o cooperativismo. Na seqüência, desorganiza os sistemas ecológicos quando submete a natureza ao ritmo da exploração capitalista. O cidadão é reduzido à esfera do consumo já que consumir torna-se sinônimo de participar da esfera pública. Para participar, então, o cidadão deve consumir, e aceita ser chamado de cliente e usuário. O conformismo generalizado, a perda do espaço público, o declínio da política e a aversão à limitação e à auto-limitação têm como resultado a apatia e o sofrimento humano, gerando incerteza, insegurança e a falta de garantias quanto ao futuro. A obrigação de participar estaria em “votar com a carteira” (PORTILHO, 2005). A redução do cidadão a condição de consumidor o torna alienado no seu conforto individualista e imediatista. Nestas condições passa totalmente despercebido das apreciações individuais que, como processo social, o consumo começa antes da compra e termina até o descarte final da mercadoria e/ou embalagem. O padrão de escolha de bens tem normalmente sido definido pelo aspecto da felicidade e satisfação imediatas que eles proporcionam. Alguns podem observar a origem do produto, porém, a questão da geração do resíduo do pós-consumo não tem sido levada em conta pelo consumidor.

Embora os citados prejuízos que o liberalismo representou para a cidadania, o igualitarismo radical totalitarista não deu melhores respostas. Santos (2006) critica a formulação da doutrina de Marx, entendendo que a subjetividade coletiva da classe

tende a destruição da subjetividade individual dos seus membros. A titularidade política do partido, por sua vez, tende a destruir a titularidade política individual da cidadania. Isto significa que a tensão entre subjetividade individual e cidadania foi falsamente resolvida pela destruição de ambos. Neste mesmo sentido também tem-se manifestado Giddens (1996) para quem a subjetividade coletiva da classe reduziu à equivalência e indiferença as especificidades e as diferenças que fundam a personalidade, a autonomia e a liberdade dos sujeitos.

O capitalismo revalidado neste século tem, no entanto, diversos problemas para resolver. Giddens (2002, p. 13, grifos no original) acusa que “A modernidade, não podemos esquecer, produz *diferença, exclusão e marginalização*.” É o objeto do presente trabalho o estudo do tema exclusão social. Este tema é complexo e tem muitas nuances, sendo que não iremos aprofundá-lo, apenas fazemos referência alguns aspectos dela enquanto um produto do modo de produção capitalista que produziu diversos tipos de exclusão.

Conforme Martins (1997) o problema da exclusão nasce com a sociedade capitalista. A lógica do capitalismo é o movimento, o mercado, a circulação: tudo tem que ser sinônimo ou equivalente de riqueza que circula, de mercadoria. Demo (2006) já afirma que o sistema capitalista, embora suas claras condutas anti-sociais contribuiu para a integração social, oferecendo emprego e a condição de assalariado para parte expressiva da população ativa. O *Welfare State* foi notável nos países centrais, não somente porque permitiu a elevação do bem-estar geral com a implantação de processos de efetiva redistribuição de renda, mas igualmente porque assistiu de maneira convincente aos pobres, enquanto apenas eram resíduos sociais. Entende-se que esta pobreza seria então aceitável conforme concepção liberal original.¹⁶

Contudo, a exclusão social que parecia ocorrência residual, vai ganhando contornos preocupantes, e tem gerado inquietação na camada social devidamente incluída dos cidadãos que pleno acesso ao consumo: os consumidores-cidadãos. A vontade de não sair da pobreza também é apontada por Demo (2006) como efeito

¹⁶ Conforme já estudamos em Marshall (1967), as desigualdades podem ser toleradas numa sociedade fundamentalmente igualitária desde que sejam transitórias e que não criem incentivos que originem descontentamento. A desigualdade somente poderia ser justificada se fosse dinâmica oferecendo um estímulo para a mudança e melhoria.

perverso e globalmente negativo das políticas de justiça social, meio pelo qual, acusa o autor, que o *Welfare State* produz uma cortina moralista no próprio sistema.

A exclusão se definiria então pela destruição de liames coesivos na sociedade como o seu aspecto mais preponderante. A pobreza material é sempre marcante, mas esta condição nova passaria também pela perda do sentido de pertencimento ao conjunto social, dando a entender que tais populações experimentaríamos o sentimento de abandono por parte de todos, acompanhado da incapacidade de reagir (DEMO, 2006). Ou de outra forma, há a reação violenta dos excluídos, onde lideranças negativas se formam a partir de éticas próprias.

A exclusão também vem com a nuance cultural. Veiga (2005) alerta que se a pobreza é uma idéia essencialmente econômica, ela não pode ser entendida sem sua dimensão cultural. Considera ele que a pobreza assume a forma bruta de fome e privação física, mas também que ela pode surgir nas dificuldades que alguns segmentos encontram para participar da vida social e cultural da comunidade.

O Relatório de Desenvolvimento Humano da ONU de 2004 reconhece que a cultura estabelece uma importante relação entre rendimentos relativos e capacidades humanas absolutas (VEIGA, 2005). A noção de inclusão passa então pelo esforço dos que buscam ser incluídos – estes que movimentam a economia e promovem o consumo de toda a natureza de produtos necessários e culturais criados para tanto. De outra sorte, do outro lado está uma comunidade preconceituosa que em tese, olha com desconfiança os diferentes dos seus padrões culturais – neste caminho estão tanto as diferenças econômicas, quanto de opção religiosa, na própria forma de consumir, de expressões culturais de uma etnia ou de um povo.¹⁷

17 Demo (2002) cita outro problema cultural a ser resolvido. Na visão weberiana, nas culturas ligadas ao ascetismo do trabalho e do investimento, trabalhar é o sentido da vida, quase no contexto de uma ética de mercado, concluindo-se que “pobre é aquele que não trabalha ou não quer trabalhar” (Demo, 2006, p. 14). Nos Estados Unidos, expressões típicas como *self-made man*, ou *american way of life* representam esta maneira de ver e estigmatizam os excluídos, culpando-os pela sua situação. O trabalho continua como valor referência de inclusão. A assistência é pejorativa, e no máximo entendida como condição transitória até se recompor as condições de trabalho. Neste contexto, difunde-se um conceito duro de emancipação: o indivíduo emancipado é o que sabe impor-se agressivamente. Em outras culturas, mais ligadas ao senso lúdico, trabalho não tende a ser categoria essencial da vida, mas é facilmente entendido como castigo, donde resulta expectativa diferenciada e dúbia dentro da sociedade e do mercado. Nestes contextos a competição é menos exacerbada, mas a miséria é presente. Entre os problemas destes contextos estão a visão parasitária da vida, o pouco gosto pelo trabalho e principalmente à produtividade do trabalho – até pode-se trabalhar muito, mas não bem. Tende a aceitar-se ajudas definitivas, espoliação do Estado, são modelos altamente concentradores de

Temos então um novo conceito de pobreza, o conceito vai além da carência material, e que passa a definir a exclusão social. Conforme outro documento da ONU - Relatório de desenvolvimento humano de 1997- passa a incluir outros aspectos além da mera carência material como fator de pobreza – passou-se a entender desenvolvimento como oportunidade, identificando-se que o maior problema das populações pobres não é propriamente a fome ou a ausência de recursos materiais, mas a falta de cidadania que os impede de se tornarem sujeitos. (DEMO, 2002).

Exclusão ou pobreza o fato é que o capitalismo produziu inúmeras formas de degradação da vida desde aquelas relacionadas à falta de condições econômicas e também de acesso a serviços públicos (saúde e educação) até a degradação ambiental. Por isso, a necessidade de uma mudança paradigmática no pensamento capaz de produzir ações no sentido de rever a idéia de progresso, desenvolvimento e civilização que transforme a vida do Planeta e dos cidadãos.

Neste sentido, aponta Leff (2001) que a visão mecanicista da razão cartesiana converteu-se no princípio constitutivo de uma teoria econômica que predominou sobre os paradigmas organicistas dos processos da vida, legitimando uma falsa idéia do progresso da civilização moderna. Desta forma, a racionalidade econômica banuiu a natureza da esfera da produção, gerando processos de destruição ecológica e degradação ambiental.

Nesta perspectiva alerta Hobsbawm (2007) que é momento da humanidade rever o paradigma mecanicista, pois se a taxa de crescimento econômico como da segunda metade do século XX for mantida indefinidamente, haverá conseqüências irreversíveis e catastróficas para o ambiente natural deste Planeta. Também, a moderna tecnologia aumentou a capacidade de nossa espécie de transformar o ambiente é tal maneira que, mesmo supondo que não vá acelerar-se, o tempo disponível para tratar do problema deve ser medido mais em décadas do que em séculos.

renda, poder e terras. O Estado é visto como fonte inesgotável de recursos para todas as assistências imagináveis, sobretudo lança-se sobre ele e governos a esperança de salvação nacional – o que revela uma cidadania domesticada, que se entende cumpridora das suas funções quando vota e pagam impostos. As políticas públicas, como o próprio mercado, funcionam muito mal, representando, para os pobres, o acesso a migalhas e favores, e, para os ricos, oportunidade para desviar recursos (DEMO, 2006).

Além disso, o racionalismo instrumental da ciência levou “ao desencantamento do mundo”, à sua “dessacralização”, pois agora a ciência, na explicação do mundo substituiu a religião, antes preocupada, juntamente com a filosofia, com o sentido da vida. “A modernidade ordenou o mundo, mas deixou-o sem sentido.” (VIEIRA, 2005, p.34).

O homem, através do paradigma mecanicista, quis apreender a natureza dentro do seu conhecimento, para justificar-se, definitivamente, como o seu proprietário. Sendo, pois a natureza previsível, a dominaria por absoluto. Mas, face às novas descobertas, o paradigma do absoluto passou a perder sua força, sendo que na primeira metade do século XX, a concepção mecanicista começa a desmoronar. Os determinismos e a certeza das concepções clássicas perdem força já que se passou a compreender que o universo não é tão ordenado assim como Newton dizia. Teorias como relatividade de Einstein, a Física Quântica foram relevantes para esta desconstrução. Paralelo, a Biologia Molecular estabeleceu um elo entre o vivo e não vivo, o que indica que o ser humano não pode mais ser compreendido fora do contexto biológico e ecológico, pois os traços atribuídos a ele são extremamente comuns na natureza.

A Antropologia também demonstrou que os seres humanos não conseguem ter acesso à realidade perceptível por seus sentidos senão por meio de representações mentais construídas pelo cérebro em conexão com o ambiente cultural em que vivem. Assim, se efetivamente o paradigma mecanicista tivesse permitido ao homem definitivamente apreender a natureza, ainda assim, cada um faria uma leitura diferente, pois a faz em vista dos seus padrões culturais.

A teoria da complexidade de Morin (2006) parece encontrar eco nesta transformação paradigmática, pois ela questiona as formas de educar que compartimentam o conhecimento. O autor critica o conhecimento fragmentado do especialista, que ganha em profundidade, mas que perde a visão colateral, com grave prejuízo da dimensão do todo.

Em todos os níveis, da cosmologia à vida social, passando pela Geologia e a Biologia, o caráter evolutivo da realidade afirma-se mais claramente. Ou seja, a

ordem do universo só pode ser mantida por meio de um processo incessante de auto-organização, com a permanente adaptação ao meio ambiente.

Se a vida é um ato solidário, por certo, a sustentabilidade prevê o exercício de empatia e cuidado da espécie humana com os demais seres animados e inanimados, como também dos seres humanos entre si. Em termos de sociedade, esta constatação cria a necessidade de uma nova cidadania, não mais a cidadania liberal - que se estrutura no individualismo e na relação vertical com o Estado. Da mudança paradigmática do pensamento surge a necessidade da revisão destes valores para a construção de uma nova proposta de cidadania que se desdobra com a cidadania planetária - a ecocidadania.

O conceito de ecocidadania vem se demonstrando como capaz de abarcar todos os conceitos já apropriados pelo conhecimento como sendo definidores de cidadania, com a ressalva da necessária revisão de valores individualistas e de exclusão, readequando-os para solidariedade e pertencimento, sempre com vistas à sustentabilidade planetária. A sociedade-mundo será o espaço de exercício da solidariedade garantidora da vida em *Gaia*.

2.5. A compreensão de GAIA – a vida no Planeta é um ato solidário

Contrário ao individualismo do mecanicismo, é momento de se fomentar a solidariedade com vistas à sustentabilidade. Para esta compreensão, trazemos à reflexão o estudo que Lovelock (2001). Conforme este cientista, tradicionalmente fomos ensinados que a vida recebeu o ambiente terrestre pronto para habitar – e que o comportamento do Planeta poderia ser exclusivamente explicado pelas leis da Física e da Química. Da mesma forma, dizia-se que o clima era uma consequência natural da posição da Terra no espaço, girando em torno desse imenso e constante irradiador, o sol. A biosfera era considerada somente testemunha ou espectadora deste processo e não tinha permissão de participar do jogo. Os seres humanos, tanto quanto os demais tipos de vida, eram seres afortunados e confortavelmente instalados nestas condições adequadas de vida.

Contratado em 1965 pela NASA, Lovelock passou estudar as condições de vida em Marte. Fez para tanto, estudo comparativo da atmosfera de Marte com a

atmosfera da Terra onde há vida, para responder a esta questão. Ficou surpreso com o que constatou da atmosfera terrestre:

O argumento é o seguinte: temos uma abundância de oxigênio, 21% da atmosfera, e um vestígio de metano 1,5 parte de milhão. Sabemos, através da química, que o metano e o oxigênio reagem quando iluminados pela luz solar e sabemos também a proporção de reação. Diante disso, podemos concluir, com certeza, que a coexistência dos dois gases reativos, metano e oxigênio, a um nível estável, requer um fluxo de metano de 1.000 megatons por ano. Este é o montante necessário para repor as perdas pela oxidação. Além disso, deve haver também um fluxo de oxigênio de 4.000 megatons por ano, porque esta quantidade é gasta na oxidação do metano. Não há reações conhecidas em química que possam produzir essas enormes quantidades de metano e oxigênio, partindo das matérias-primas disponíveis, água e dióxido de carbono, e com a utilização da energia solar. Portanto, deve haver algum processo na superfície da Terra, capaz de agregar, de uma forma programada, a seqüência de intermediários instáveis e reativos, para alcançar esse objetivo. Muito provavelmente esse processo seja a vida. (LOVELOCK, 2001, p. 81).

Em 1966, o citado cientista chega à conclusão que talvez o ar não fosse apenas um meio ambiente para a vida, mas também uma parte da própria vida. Em outras palavras, parecia-lhe que a interação entre a vida e o ambiente, da qual o ar é uma parte, era tão intensa que o ar poderia ser considerado como uma pele de gato ou o revestimento de um ninho de vespas: sem vida, mas feitos por seres vivos para suportar um dado ambiente.

Conclui Lovelock que são os próprios seres vivos que, em plena simbiose e em delicado equilíbrio entre si e com o ambiente, criam as condições de vida para si e para os demais seres vivos. Lovelock chamou de *Gaia* (como os gregos denominavam a Terra) – esta “[...] entidade que abrange todo um planeta e que tem a poderosa capacidade de regular o seu clima e sua composição química.” (2001, p. 81) “*Gaia* [...] será o nome de um sistema hipotético que mantém o equilíbrio deste planeta.” (p. 82.) Cita que o sol provavelmente elevou a sua temperatura entre 30 a 50 por cento desde que a vida teve início. Isto é próprio das estrelas que envelhecem. Significaria que estaríamos em ponto de ebulição atualmente se não tivesse havido adaptação do Planeta. Porém, a temperatura na Terra tem se mantido admiravelmente constante – no entender de Lovelock estas adaptações foram feitas por *Gaia* no equilíbrio entre a redução ou aumento da manta de gás que a conserva aquecida, no qual intervém a vida de todos os seres vivos.

Cita o estudioso que se o equilíbrio da quantidade de oxigênio na biosfera fosse alterado em apenas 1%, aumentar-se-ia em 60% a probabilidade de fogo. Nestas condições um raio incendiaria até os detritos úmidos de uma floresta pluvial sendo que as florestas continuariam queimando em um nível pavoroso, tanto que a vegetação poderia ser erradicada da face da Terra. Argumenta ele que para manter *Gaia* nas condições atuais, é necessário, evidentemente, a controle do clima.

Afirma que a vida em *Gaia* não é frágil, ela se readapta – prova disto é o surgimento de novas espécies de seres que se seguiram após grandes cataclismos e que quedas de asteróides¹⁸. Ao cientista parece bastante improvável que qualquer coisa que a espécie humana faça possa ameaçar *Gaia*. Mas, se conseguirmos alterar o ambiente de forma sensível como pode acontecer no caso da concentração de dióxido de carbono na atmosfera – então uma nova adaptação pode se processar, e provavelmente, não será em benefício da espécie humana, argumenta Lovelock. Na realidade, cada estágio evolutivo de um componente da biosfera tem a capacidade de alterar o ambiente. Quando o ambiente é alterado pela formação de uma nova espécie, muitas outras são forçadas a uma adaptação. Quer dizer que, se provocada a alteração no ambiente, ou a espécie *homo sapiens* se adapta ou desaparece.

Lovelock cita que a crítica à noção de *Gaia* é de que a sua realimentação protegerá sempre o ambiente contra qualquer dano que o homem possa causar. Outras críticas apontam que a idéia de *Gaia* dá ensejo a um tipo de permissão oficial para poluir a vontade. Lovelock afirma que este é um uso desvirtuado de *Gaia*, da mesma maneira que se usou a teoria Darwiniana para justificar a moralidade do capitalismo do *laissez-faire*. Lovelock (2001, p.90) pretende enxergar outra imagem a partir de *Gaia*. Afirma ele que a decadência e a morte são certas. Porém, “[...] a própria vida pode existir pelo tempo em puder manter este planeta adequado para ela.”

18 Conforme já citamos de Soffiati no início do presente Capítulo.

2.6. Por uma nova noção de cidadania frente à sustentabilidade

A noção de cidadania inclusiva que se propõe não passa pela imposição de patamares econômicos idênticos para cada cidadão – a imposição de uma igualdade mostrou a sua negatividade para a cidadania no regime totalitário socialista. Da mesma sorte, não há como propor a inclusão de todos na mesma opulência consumista – o que já concluímos que é ambientalmente insustentável. Muito ao contrário, a nova cidadania deve se afastar do individualismo liberal – que busca a sua felicidade no consumo - para ser o espaço de comprometimento dos sujeitos com a promoção da sustentabilidade e no respeito à diversidade humana, animal e ambiental fundamental para o equilíbrio em *Gaia*. A noção de cidadania inclusiva que se propõe passa, assim pela noção de pertencimento de cada sujeito ao conjunto social o qual passa a se integrar ao ambiente planetário, entendendo-se que a diversidade é o que enriquece o tecido social.

A cidadania liberal não tem mais condições de responder a todas as nuances de promoção de ativismo social, uma vez que se resume no ato mecânico de votar. A compreensão da construção de uma nova cidadania deve responder às questões da complexidade humana, sem deixar fora os aspectos psicológico, antropológico, social do ser humano, no qual, agora, está-se incluindo a dimensão planetária e o compromisso com a sustentabilidade ambiental. Se o *homo sapiens* quiser sobreviver como espécie deve ser ensinado a cultivar a solidariedade no ambiente de *Gaia*.

A cidadania, na nova concepção, deve passar a ter a noção da presença do ser humano sobre a Terra. Trata-se da confluência dialógica com os demais seres e o ambiente. Indivíduos e grupos em ação, reação ou resistência¹⁹. Também a omissão é absolutamente relevante neste exame uma vez que o seu vácuo determinará e permitirá a ação de outros sujeitos. Seja agindo ou omitindo, o estar no mundo de um indivíduo sempre será relevante no contexto das inter-relações sociais e planetárias, estará de uma ou outra forma exercendo cidadania²⁰.

19 Foucault (2007) define a resistência como exercício de poder.

20 “[...] nós, querendo ou não, já somos sempre atores em sistemas complexos. Quase tudo que fazemos tem certas conseqüências e efeitos colaterais, que não conhecemos em todos os seus aspectos. Concluir daí que devemos nos abster de qualquer ação seria exagerado e, além disso, inconseqüente. Um grande número de processos “naturais” (biológicos, químicos, físicos) mostra há tempos influências de intervenções humanas passadas. A domesticação de plantas e animais

É necessária a visão, além de interdisciplinar, também transdisciplinar. Não há como examinarmos do fenômeno se não for pelo prisma da complexidade²¹. Não se tem como traduzir cidadania em uma única palavra chave, nem somente em uma idéia única face as suas múltiplas inter-relações, tanto indivíduo, grupo, estado, sociedade, natureza. É um fenômeno sobre o qual pode se lançar a luz de Pascal que define que todas as coisas são “[...] causadas e causantes, ajudadas e ajudantes, mediatas e imediatas, que todas (se interligam) por um laço natural e invisível que liga as mais afastadas com as mais diferentes” (apud MORIN, 2005, p. 7). Porém, como podemos determinar um estudo científico sobre este fenômeno tão complexo?

Morin (2006) responde que o conhecimento científico foi concebido durante muito tempo e ainda continua sendo concebido como tendo “por missão dissipar a aparente complexidade dos fenômenos a fim de revelar a ordem simples a que eles obedecem” (MORIN, 2006, p. 5). Poder-se-ia entender que se a cidadania é um tema complexo, também seria incerto: seja pelos limites do nosso entendimento, ou seja pela natureza deste fenômeno. Mas, a complexidade não se reduz à incerteza, “[...] é a incerteza no seio de sistemas ricamente organizados”. (MORIN, 2005, p. 35, grifos do autor no original).

A ecocidadania que se propõe, conforme Soffiati (2005), não é mais exercida no Estado-nação, mas no ecossistema planetário. Neste pensar, então, embora esta instância seja fundamental, a cidadania que se propõe vai além da clássica teoria das garantias individuais – que, como diz o substantivo – é garantida pela Lei e pelo Estado. Soffiati afirma que a eco-cidadania se compreende dentro de um ecossistema, sem mais “centrismos”, não será mais construída tomando o ser humano isolado (individualismo), a sociedade (sociocentrismo) e a cultura (culturocentrismo) como referenciais, mas o ecossistema como gerado pela atividade

há uns dez mil anos atrás é um belo exemplo, e o desmatamento de muitas florestas no torno do mar Mediterrâneo há dois ou três mil anos é um exemplo menos belo. Também o lento e progressivo aquecimento climático e a extinção de espécies são exemplos de “fenômenos naturais” induzidos pela civilização. É improvável que esses processos, se, ficando de braços cruzados, deixarmos que eles aconteçam sem freá-los, tragam consigo conseqüências menos nocivas do que o nosso esforço de intervir reguladoramente.” (KESSELRING, 2007, p. 48).

21 A definição de complexidade pode ser explicada no pensamento de Morin como: “[...] no sentido de “o ‘todo’ que não se reduz à ‘soma’ de suas partes constitutivas” (MORIN, 2006, p. 20)

coletiva dos seres (SOFFIATI, 2005). A ecocidadania dará suporte para aquisição de uma nova racionalidade direcionada à ecosustentabilidade.

2.7. O novo paradigma da ecosustentabilidade

Em uma nova concepção de desenvolvimento, não se pode mais pensar que eficiente economicamente é somente aquilo que traz lucro para o empresário, mas será eficiente aquilo que, do ponto de vista da sociedade inteira, constitui uma utilização racional dos recursos (Sachs, 2000). Leff (2001) observa que estamos em um momento histórico que tem permitido surgir uma nova visão de desenvolvimento:

[...] uma nova visão do desenvolvimento humano, que reintegra os valores e potenciais da natureza, as externalidades sociais, os saberes subjugados e a complexidades do mundo negados pela racionalidade mecanicista, simplificador, unidimensional e fragmentadora que conduziu o processo de modernização. (LEFF, 2001, p. 17)

Traz-se para análise a proposta de Sachs (2007) de ecodesenvolvimento com vistas à sustentabilidade. O autor organiza o seu pensamento em cinco dimensões. Por primeiro entende que para alcançarmos o ecodesenvolvimento devemos promover a sustentabilidade social, que entende como a equidade na distribuição de renda e bens – deve-se diminuir o abismo entre os padrões de vida dos ricos (*haves*) e dos pobres (*have-nots*). Por segundo na sustentabilidade econômica – a eficiência econômica deve ser avaliada em termos macrossociais, e não por meio do critério da rentabilidade empresarial de caráter microeconômico.

Na terceira dimensão, o aspecto da sustentabilidade ecológica, Sachs cita que é necessário: a) ampliar a capacidade de sustento do planeta Terra com novas soluções para uso dos recursos com o mínimo de danos ao ambiente; b) limitar o consumo de combustíveis fósseis; c) reduzir o volume de resíduos e de poluição; d) promover a autolimitação no consumo material; e) intensificar a pesquisa para obtenção de tecnologias limpas e, f) Definir normas para a adequada proteção ambiental.

Na sustentabilidade espacial, o autor propõe uma melhor distribuição dos assentamentos humanos com a redução da concentração das áreas metropolitanas; freando a destruição de ecossistemas frágeis; a promoção de

práticas modernas e regenerativas de agricultura e agrossilvicultura, exploração do potencial da industrialização descentralizada, da criação de uma rede de reservas naturais.

Numa quinta e última dimensão, a dimensão cultural, orienta que a humanidade deve procurar as raízes endógenas de modelos de modernização ajustadas à especificidade de cada contexto sócio-econômico.

Acrescentamos de Gutierrez (1999) que cita de Weinstein²² os cinco “Es” básicos que devem ser respeitados e integrados de acordo com as exigências do novo paradigma científico, assentando a consciência global em pautas claras relacionadas com o: espiritual, ético, existencial, ecológico e epistemológico. Gutierrez interpreta que estas características identificam os valores do novo paradigma: a formação de pessoas - homens e mulheres - capazes de desenvolver formas de vida, em correspondência com a nova cultura social do desenvolvimento sustentável. A construção de formas de convivência humana em escala planetária tanto no plano comunitário como institucional, redefinindo-se globalmente das relações com o meio ambiente e a tecnologia que ajudem a que cada um se encarregue das necessidades e das diversidades humanas inerentes à cidadania planetária. Destaca também Gutierrez (1999) a aposta nas potencialidades do ser, especialmente daquelas faculdades como a participação, a criatividade, o afeto, a solidariedade, a flexibilidade e a colaboração que tornarão possível o equilíbrio harmônico entre os gêneros. Aposta, pois, na emancipação das pessoas.

O compromisso de cada um dos bilhões de habitantes deste Planeta é fundamental e insubstituível para a implementação das mudanças que o momento exige. Para se alcançar este comprometimento é preciso dispor de um instrumento adequado para sensibilizar os cidadãos para os novos desafios. Conforme Sorrentino (2005) muitas belas iniciativas deram errado. Conforme o mesmo autor, isto ocorre como expressa o linguajar dos excluídos: “no mínimo estes não se identificaram com as decisões da ‘chefia’ e não se responsabilizam por elas”. (SORRENTINO, 2005, p.16). Giddens (1991) alerta também que se o consumidor entender as exigências relativas às questões ambientais como uma moral absoluta, poderá opor uma contra-

22 GUTIERREZ, Francisco. Ecopedagogia e cidadania planetária. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire. 1999.

reação rejeitando a sua responsabilidade ambiental numa tentativa de contrariar a super-racionalização da esfera íntima. O instrumento do qual se deve dispor então, além de ser acessível e ter o dever de alcançar todos os públicos, também deve disseminar os novos valores de sustentabilidade por um exercício democrático de sensibilização e comprometimento e não por imposição.

A educação ambiental quer ser este instrumento. A proposta é que os cidadãos se apropriem destes novos conceitos através de processo educativos, promovendo a sua emancipação para condição de atores sociais pela sustentabilidade. A necessidade de harmonizar o indivíduo com a realidade natural leva consigo a formação e conformação de espaços que, em consonância com exigências da sociedade planetária, sejam trabalhadas pedagogicamente a partir da vida cotidiana (GUTIERREZ, 1999). Loureiro (2005) entende que para a real transformação do quadro de crise estrutural e conjuntural que vivemos, a educação ambiental é um elemento estratégico na formação de ampla consciência crítica das relações sociais e de produção que situam a inserção humana na natureza.

A pedagogia da cidadania ambiental da era planetária extrapola, em consequência, os estreitos limites da educação tradicional centrada na lógica da competição e acumulação, e na produção ilimitada de riqueza sem considerar os limites da natureza e as necessidades dos outros seres do cosmos.

Loureiro define a educação Ambiental como:

[...] uma práxis educativa e social que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento da realidade da vida e a atuação lúcida e responsável dos atores sociais individuais e coletivos no ambiente (LOUREIRO, 2005, p. 69).

Para o autor, a educação ambiental contribui para a tentativa de implementação de um padrão civilizacional e societário distinto do vigente, pautando-se agora por uma nova ética da relação sociedade-natureza. Acredita também Loureiro que a educação ambiental é o elemento estratégico na formação de uma ampla consciência crítica das relações sociais e de produção que situam a inserção humana na natureza. (Loureiro, 2000). Ressalta-se que a consciência que cita o autor, refere-se como a *consciência* entendida no sentido proposto por Paulo Freire (1983) que implica o movimento dialético entre o desvelamento crítico da realidade à

ação social transformadora, incluindo o princípio de que os seres humanos se educam reciprocamente e também mediados pelo mundo.

O que se quer na práxis educativa, continua Loureiro (2005), é sensibilizar, minimizar ou mitigar os problemas existentes no contexto atual, por uma correta gestão dos recursos naturais. O autor é veemente em afirmar que a educação ambiental não deve deixar de relevar a sua magnitude política. Afirma isto por dois motivos: primeiro - pelo fato do conhecimento técnico-científico conferir ao indivíduo maior consciência de si mesmo e capacidade de intervir de modo qualificado no ambiente e, segundo - porque esta ação permitirá entender a sua posição de inserção social e construir a base de respeitabilidade para com o próximo. Os espaços da educação ambiental, pois, sendo formal ou não, se constituem locais para exercício da cidadania; ampliando-se, a partir deste novo exercício, a capacidade de compreensão da ecocidadania.

Entendo-se que a história das sociedades humanas não é previamente determinada, mas resultante de processos dinâmicos estabelecidos, construídos e transformados por sujeitos históricos: os cidadãos, sejam em suas ações individuais ou coletivas. A educação ambiental, neste contexto, fomentando cidadania, pode se revelar transformadora e revolucionária.

Sachs (2007) também propõe que as estratégias de codesenvolvimento não podem ser impostas de cima para baixo, mas sim ser projetadas e implementadas pela população, auxiliadas por políticas de capacitação eficazes. Novos comportamentos e atitudes devem ser tomados a partir da autonomia livre do indivíduo, no seu comprometimento com o global – a garantia da vida de todos é um processo coletivo: por mais que o indivíduo possa ter riquezas materiais, estas de nada lhe valerão diante do colapso natural. Não há como um único indivíduo manter-se vivo em meio a morte de toda a biosfera!

Continua Loureiro (2005) afirmando que se a modernidade quer a liberdade humana contra qualquer forma de opressão e exclusão, a universalização da cidadania plena não se limita à garantia das leis e ao crescimento econômico. Deveria esta cidadania ter condições objetivas e materiais justas para florescer, assegurando a superação de padrões de Estados ditatoriais, assistencialistas e

paternalistas que inibem a participação e a ruptura com modelos societários que criam uma tradição cultural de submissão.

Em algum momento se perguntará se se poderá avaliar os resultados do processo de educação ambiental. Portilho (2005) alerta que a mudança social muitas vezes é imaginada de forma simplista e esquemática, sugerindo uma mudança em direção a uma situação diametralmente contrária ao atual e não simplesmente diferente. A imaginação moderna costuma vislumbrar apenas mudanças radicais, incapacitada de visualizar resultados intermediários e paradas temporárias no meio do caminho. Porém, deve-se recordar das frustrações que se sucederam às diversas tentativas de ‘mudar o mundo’, então, conclui Portilho (2005) que as nossas imagens de mudanças totais devem ter expectativas mais modestas.

Aposta-se portanto, na revolução do paradigma liberal para o paradigma da sustentabilidade através das pequenas transformações do dia-a-dia, que podem criar na sucessão do tempo e, na medida em que “a moda pega”, uma mudança cultural, promovendo novos comportamentos, para isto se exercendo forte divulgação destes novos valores positivos. Tudo isto, portanto, em um processo democrático, que tanto envolverá a democratização da sociedade quanto do Estado a partir de um processo de intervenção dos cidadãos emancipados.

Não há mais ambiente social e humano para as revoluções violentas, pelas quais um grupo impõe idéias através da sua superioridade numérica e tecnológica – até porque a dignidade humana resta ferida com estes processos violentos. As mudanças tendem a ser culturais, com a humanidade compreendendo novos valores, tanto quanto foi o racionalismo e o individualismo contemporâneo, agora vem se mostrando necessária a sustentabilidade solidária nesta entrada de novo século. Entretanto, as mudanças precisam ser acompanhadas de processos democráticos de discussão, envolvendo os cidadãos em questões da sua vida cotidiana.

2.8. O cotidiano como espaço das transformações: o novo olhar planetário

Embora se deva ter em mente o contexto mundial, é no cotidiano de cada indivíduo, de cada pequena coletividade, que as transformações devem se operar. Este cotidiano é construído da relação do indivíduo emancipado, incluído

socialmente, com a noção de pertencimento global. Conforme Gutierrez, (1999) embora devamos lutar pelas macrossoluções, as quais correspondem aos governos, às empresas, às grandes entidades sociais, nosso futuro passa pela preocupação imediata em levantar soluções que estão a nosso alcance e que estão fortemente marcadas por ações de sobrevivência e por uma melhor qualidade de vida. Na mesma linha, Santos afirma que o cotidiano será, um dia ou outro, a escola da desalienação. “[...] o cotidiano é também o lugar da descoberta. Aí o homem se recusa a reproduzir como certos os comportamentos impostos pela sociedade de massa.” (SANTOS, 2007, p. 71).

Se os seres humanos são, a partir de nossa cotidianidade, desarmonizadores; com a noção da nova cidadania exercida no planetário, devem ser atores da harmonia ambiental através do uso mais humano dos recursos naturais, vencendo o paradigma mecanicista tradicional. Trata-se, em síntese, de vincular os problemas ambientais e suas soluções com a vida cotidiana e com a busca daquelas relações harmônicas que garantam a sustentabilidade.

Garcia-Canclini (2006), Giddens (1996) Heller e Feher (2002), Telles (2004), Beck (1997) e Dagnino (2004) afirmam que a vida privada pode ser um espaço para a emancipação. A modernidade clássica pressupunha deixar a esfera privada para dedicar-se à pública, agora a necessidade é permitir a invasão do político na esfera privada. Este processo que era antes pensado como declínio ou morte da política, passa ser repensado como um novo posicionamento do político.

Beck (1997) afirma que muitos perigos e ameaças da modernidade estão sendo confrontados na esfera individual, e são, pois assimilados nesta esfera, onde são cada vez mais percebidos, interpretados e resolvidos pelos próprios indivíduos, dominando tanto os debates públicos quanto privados. O cotidiano privado do cidadão aberto pode contribuir para ampliar as experiências da vida diária ao aumentar o sentimento de pertencimento na sociedade, uma vez que, através de discussões e trocas dentro da sua rede social, os consumidores podem perceber o significado de suas próprias ações em relação aos seus efeitos no meio ambiente e na sociedade planetária. Poderia se produzir sentimentos de cidadania mais fortes, uma vez que os consumidores passariam a ver suas próprias práticas como

absolutamente relevantes para uma comunidade política mais ampla. (GIDDENS, 1991).

Neste contexto, o consumidor-cidadão é capaz de exercer sim um papel relevante! Conforme Garcia-Canclini (2006) o “pacífico e obediente consumidor” pode ser liberado do domínio totalizante da ideologia, tornando-se “subversivo e criativo”, emancipando-se assim da sua condição de mero receptor das mensagens publicitárias e dos interesses do mercado. O consumidor, ao contrário do que é correntemente percebido, não é o ator social privilegiado na mudança da sociedade em direção à sustentabilidade; também, não é vítima passiva e manipulada das forças dominantes de produção. Mas, se consideramos que a mudança social não se dá apenas de forma radical e grandiosa, poderemos considerar o campo do consumo como uma necessária extensão das novas práticas políticas que surgem no centro da modernidade contemporânea. (PORTILHO, 2005).

Santos (2006) observa que se o eleitor não é necessariamente um cidadão, o consumidor também forçosamente não o será. O cidadão, nesta concepção, pode existir sem que o indivíduo realize inteiramente suas potencialidades como participante ativo e dinâmico de uma comunidade. Assim, o consumidor não-cidadão e o eleitor-não-cidadão se esgotam no ato de consumir e votar, respectivamente. Das práticas cotidianas dos cidadãos pode, portanto, emergir o conteúdo da cidadania planetária.

2.9. O conteúdo da cidadania planetária

Muitos autores afirmam que a cidadania deve ser libertada de sua exclusiva conexão com o Estado²³ para abarcar as novas expectativas que se tem sobre este instituto. A conexão tolhe a expansão do termo para uma nova noção tridimensional da cidadania, que vem deste do ser humano complexo em seu *cosmos*, a sua fundamental esfera social e política e a necessária compreensão da sua relevância planetária, confrontados, como vem sendo, pela necessária solidariedade para a manutenção da vida em *Gaia*.

²³ Entre os que estudamos estão Portilho (2005), Dagnino (2004), Telles (2004), Vieira 2005, Canclini (2006).

Embora a humanidade esteja num momento de indefinição, de outra forma Giddens (1996, p.29) afirma que se pode dizer que esta é provavelmente a primeira vez na história em que podemos falar da “[...] emergência de valores universais – valores compartilhados por quase todos e que em nenhum sentido são inimigos do cosmopolitismo.” Isso fomentaria a aproximação de todos os cidadãos, relegando-se o individualismo a um segundo plano e se ensaiando o possível exercício da solidariedade.

Conforme argumenta Giddens (1996), tais valores congregadores da humanidade podem até ser, em primeiro lugar, conduzidos pela “heurística do medo” – gerado a partir das ameaças coletivas que a humanidade criou para si mesma. Porém, os valores de dignidade de vida, os direitos humanos universais, a preservação das espécies e o cuidado com as gerações presentes e futuras certamente não são valores negativos, embora possam até ter sido, a princípio, propostos como um exercício de defesa. Estes novos valores, na verdade implicam em ética de responsabilidade coletiva e individual, que, afirmados como valores da humanidade, são capazes de passar por cima das divisões de interesses.

É possível que a implementação da cidadania planetária dê respostas ao sentimento de permanente incompletude do ser humano – detectada por Heidegger na sua teoria do *eine standige Unabgeschlossenheit* (apud RÉE, 2000)²⁴. Para estas respostas o ser humano deve compreender-se como cidadão não de um Município ou de um Estado, mas do *Cosmos*, que em permanente empatia em *Gaia*, impulsionado com esta motivação para transpor do seu egoísmo, estabelecerá sinergia altruísta com os demais seres vivos e com os elementos da natureza em suas mais diversas formas. Esta amplitude é construída no encontro da subjetividade emancipada da primeira dimensão de cidadania, após o exercício social e político com vistas da noção do pertencimento de todos (por mais diferentes que sejam um do outro) até à solidariedade na esfera do Planeta.

É necessário o cidadão individualmente emancipado, mas solidário. O solidário humano se dá no respeito ao diferente, no que antes poderia ser considerado fraco e inferior. Conforme Gutierrez (1999) a viabilidade do desenvolvimento sustentável só é possível e factível dentro de um profundo respeito

24 RÉE Jonathan. Heidegger. História e verdade em ser e tempo. São Paulo: Editor UNESP, 2000.

das diferentes etnias e culturas. A compreensão da amplitude planetária constata-se no profundo sentimento de humildade do cidadão perante a criação.

A sociedade local e mundial tem oferecido este espaço para o encontro destes novos cidadãos. Embora a noção de liberdade da cidadania liberal permaneça como “essência” (DAGNINO, 2004) desta nova cidadania²⁵, é fundamental construir novas perspectivas para este novo ser humano que o faça sair da comodidade confortável do seu individualismo. O que nos motiva na formação de uma nova noção de cidadania é a possibilidade de que ela traga respostas aos desafios deixados pelo fracasso tanto de concepções teóricas como de estratégias políticas anteriores que “[...] não foram capazes e articular essa *multiplicidade de dimensões*²⁶ que, nas sociedades contemporâneas, integram hoje a busca de uma vida melhor.” (DAGNINO, 2004, p. 114-5).

Se antes o território geográfico de um país delimitava a extensão da cidadania, com a nova noção, o espaço é a esfera planetária. Não há como não se pensar globalmente, pois nossas atividades cotidianas são cada vez mais influenciadas por eventos que acontecem do outro lado do mundo. No sentido contrário, também hábitos e estilos de vida locais tornaram-se globalmente determinantes.

Dessa forma, conforme afirma Giddens “[...] a minha decisão de comprar um determinado artigo de vestuário tem implicações não só para a dimensão internacional do trabalho, mas também para os ecossistemas terrestres.” (GIDDENS, 1996, p. 13). Neste contexto, nenhum Estado ou grupo numeroso pode isolar-se da ordem cosmopolita global com muito sucesso. Embora, para os indivíduos, a saída para o isolamento seja possível em algumas situações, para entidades sociais maiores ela é impossível (GIDDENS, 2002). A globalização trata efetivamente da transformação do espaço e do tempo. “Eu a defino como ação a distância, e relaciono sua intensificação nos últimos anos ao surgimento da comunicação global instantânea e ao transporte de massa.” (GIDDENS, 1996, p. 28).

25 É importante que jamais se despreze qualquer conquista da humanidade. A conquista da liberdade e autonomia, e a noção de participação política através do voto são fundamentais. O que se busca com a nova cidadania é agregar.

26 Os grifos foram feitos por esta pesquisadora: Dagnino também que a cidadania tem dimensionamentos – conforme esta pesquisadora vem defendendo.

Surgem, neste contexto da sociedade-global (MORIN, 2003) novos espaços de interação. Conforme Portilho (2005) face aos novos grupos específicos que buscam espaço e lutam por reconhecimento, tem-se ampliado as relações além fronteiras nacionais, indo além da identidade do cidadão como membro do Estado-nação.

O mundo global então é o novo espaço para o exercício da cidadania. E isto somente é possível se conseguirmos efetivamente compreender a cidadania para além da sua noção política-liberal. Contudo, a construção de uma nova cidadania se mantém vinculada com o Estado que a institui e garante através da lei. E isto é possível porque a humanidade, desde o século passado – notadamente após as duas guerras mundiais - está organizando organismos de cooperação internacionais para garantia de direitos e promoção da sustentabilidade que vinculam os Estados membros. O Estado Democrático de Direito se mantém, portanto, como instituição absolutamente necessária para o alargamento da cidadania que passa a se exercer nos seus espaços democráticos internos e externos – estes últimos garantidos pelas organizações de Estados conforme referimos supra.

Vieira (2005) afirma em outro sentido de que o Estado já não detém mais o monopólio do espaço público, argumentando que estamos caminhando rumo à sociedade civil global. Entende ele que, como a nível mundial não temos uma instituição que tenha este poder absoluto de regulação e fiscalização, a sociedade civil global poderia ser então esta instância de poder, no qual estão as ONGs internacionais e o próprio cidadão individual na sua extensa lista de contatos virtuais, intercomunicando questões locais e globais. O argumento de Vieira é que então, a sociedade vem surgindo forte como instância de poder, cujos participantes estão cada vez mais próximos diante das facilidades tecnológicas, pelas quais as suas manifestações podem alcançar repercussões mundiais, formando-se uma opinião pública mundial capaz de determinar decisões governamentais. No entanto, há que haver orientação ética humana e ambiental para estas manifestações – formadas a partir da educação ambiental - como também, deve-se observar que as intercomunicações somente serão possíveis no espaço democrático assegurado pelo Estado de Direito.

Morin (2003) afirma que para que a sociedade-global consiga desenvolver a consciência ética coletiva, a humanidade permanecerá muito tempo em trabalho de

parto. É necessária a reforma dos espíritos, argumenta ele, a reforma das pessoas, que seria capaz de permitir a compreensão humana. Seria preciso a favor da civilização globalizada, que acontecessem grandes progressos do espírito humano. Não tanto das suas capacidades técnicas e matemáticas e não apenas no conhecimento das complexidades, mas em sua interioridade psíquica.

A exigência dessa reforma interior dos espíritos e das pessoas, tão necessária à política, é evidentemente invisível aos políticos tradicionais. Mesmo na hipótese de uma confederação planetária, o problema principal permanece: se as ambições, as sedes de lucro, as incompreensões, em suma, os aspectos mais perversos, bárbaros e viciosos do ser humano não puderem ser inibidos, pelo menos regulados, se não acontecer não somente uma reforma do pensamento, mas também uma reforma do ser humano mesmo, a sociedade-mundo sofrerá tudo o que as repúblicas nacionais têm sofrido (MORIN, 2003).

As práticas cidadãs planetárias precisam acontecer no cotidiano do cidadão, mas com a consciência da globalidade das suas repercussões. As práticas cidadãs devem acontecer em ambiente democrático, como também o Estado deve promover as suas políticas visando o espaço democrático como emancipatório dos ecocidadãos. Bobbio identifica a democracia como a sociedade dos cidadãos e afirma ele que “[...] haverá paz estável, uma paz que não tenha a guerra como alternativa, somente quando existirem cidadãos não mais apenas deste ou daquele Estado, mas do mundo.” (BOBBIO, 1992, p. 1).

Conforme Morin (2003) a esperança de que as mudanças realmente ocorrerão surgem face à grandeza do desafio. “Embora quase ninguém ainda tenha consciência, nunca houve uma tão grande, tão nobre, tão necessária quanto a causa da humanidade para, ao mesmo tempo e inseparavelmente, sobreviver, viver e humanizar-se.” (MORIN, 2003, p. 366). Kesselring (2007) observa no mesmo sentido alertando que os confrontos globais não podem ser negados pela nossa geração e aponta que a sua solução necessita de uma reforçada cooperação de todos com todos. Alerta que a cooperação requer a superação da cegueira de perspectivas, porém simultaneamente também a possibilita. Cita que o “[...] exemplo mais explícito para a necessidade de cooperação é certamente a crise ecológica.” (KESSELRING, 2007, p. 22). É desafio deste século a conscientização dos cidadãos (cidadãos-

consumidores incluídos) e o empoderamento dos excluídos – todos assumindo o compromisso com a sustentabilidade, estabelecendo o vínculo solidário entre os diferentes. O Estado de Direito, face as novas expectativas que dele se tem, é confrontado a implementar ações que visem fomentar a sensibilização dos seus cidadãos através de processos democráticos promotores de cidadania.

É na dimensão planetária que se passa a estabelecer a nova cidadania: a ecocidadania. A ecocidadania e a cidadania planetária são axiomas que se equivalem e pressupõem o exercício da solidariedade humana no movimento de unificação da humanidade para a manutenção de *Gaia*. Comparato (2007) vislumbra que a solidariedade mundial já vem se construindo a partir da solidariedade técnica – traduzida pela homogeneização universal das formas de trabalho, de produção e troca de bens, pela globalização dos meios de transporte e globalização. A globalização vem então com a positividade de encurtar distâncias e coletivizar tecnologias e idéias

A cidadania planetária não dispõe, no entanto, como já dito, de um Estado supra-nacional que a garanta. Comparato propõe então que a solidariedade ética mundial - fundamentada sobre os direitos humanos - como a instituição que deve estabelecer as bases para a construção de uma cidadania mundial, onde já não há relações de dominação, individual ou coletiva. A ética solidária mundial, com base nos direitos humanos, é que deverá servir de freio para controle jurídico e moral dos efeitos negativos da globalização.

Embora, ainda sob orientação do paradigma mecanicista, possa-se entender que a superação da crise se fará exclusivamente com mais tecnologia, Comparato (2007, p. 38) afirma que o primeiro desafio é o homem humanizar-se para compreender que é um animal. Compreendendo-se como animal entenderá que “[...] depende absolutamente do ambiente para sobreviver”. Embora possa ser um paradoxo o que afirma o autor, o distanciamento do homem da natureza exatamente ocorreu por este se considerar superior a ela, e seu legítimo dominador. A posição de humanizar é compreender-se animal (ser biológico) dependente do seu meio, pertencente à *Gaia* como todos os demais seres vivos e inanimados. Mourão (2005) também aponta que através da consciência ecológica se poderia construir o resgate

da condição de pertencimento na práxis humana, recolocando-se a produção do conhecimento na via dialógica que liga a sociedade a natureza.

Não há como superar a crise ecológica e a ameaça de extinção da espécie humana se não se exercitar a solidariedade – o que é absolutamente identificável a partir da teoria de *Gaia*, produzida por Lovelock (2001). Por certo, esta nova construção não será fácil, porque o egocentrismo faz parte da *conditio humana* e nunca se deixa superar integralmente conforme Kesselring (2007). “[...] Mas isso não é desculpa para que de antemão se omitam esforços correspondentes” adverte o autor. (Kesselring, 2007, p. 22).

Para prolongarmos então a existência do *Homo sapiens* com o equilíbrio mantido em *Gaia*, deve-se propor o congelamento da humanidade no atual estágio de evolução cultural e econômico como garantia de não mais sejam promovidas ações que ataquem o ambiente? Não, é sim possível que o desenvolvimento continue, porém, deve-se ter outro enfoque. Propõe-se que o desenvolvimento seja visto a partir do prisma da complexidade observando-se além do aspecto econômico-político, também o social e ambiental – sendo este desenvolvimento identificado como desenvolvimento sustentável, revelando-se na responsabilidade ambiental em sincronia com os co-cidadãos contemporâneos e diacronia com as gerações futuras.

3. ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS, CIDADANIA, INCLUSÃO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

O objetivo deste capítulo, em primeiro lugar, é mostrar o papel do Estado na sua relação com a democracia e sua articulação com as políticas públicas a fim de compreender como é possível construir e exercer a cidadania no contexto contemporâneo, estabelecendo relações com a inclusão social e a sustentabilidade ambiental. Em segundo lugar, sintetizar algumas categorias teóricas explanadas anteriormente as quais fundamentam a análise e a compreensão da política pública, tal como se desenha o Programa Brasil Joga Limpo – PBJL, como política pública de promoção cidadania, da sustentabilidade ambiental e da inclusão social em um contexto cultural específico. Como categoria analítica escolhemos as dimensões da cidadania, inclusão social, educação ambiental e auto-gestão.

Direitos humanos, cidadania e Estado de Direito são instituições que mutuamente se condicionam e historicamente se ampliam e se adaptam na medida em que a humanidade se vê frente a novas expectativas ou ameaças. Deve-se compreender quais os direitos que exigiam em cada época os cidadãos, o quanto em um momento o Estado foi instituído para unicamente reconhecer a liberdade dos seus cidadãos, num segundo momento ampliado para a proteção dos seus nacionais e um terceiro momento, onde, além da proteção dos seus nacionais, caracteriza-se como democrático, instituindo-se espaços para participação dos cidadãos além do tradicional voto. A capacidade reflexiva dos novos atores sociais e a sua atuação nos espaços de poder tem orientado a ação do Estado Democrático de Direito na promoção de políticas de inclusão e sustentabilidade – o que é o objeto do presente estudo

3.1. O papel do Estado

O Estado é instituição incontestada deste momento histórico. O que ocorre, dependendo da sociedade, é que ele poderá ser mais amplo ou menor. (DEMO, 2002). É atual e decisiva a discussão sobre o papel do Estado. De um lado está o neoliberalismo que quer o mínimo e submisso ao mercado, e de outro, sempre se anseia pelo Estado do social.

A crítica que se faz ao Estado social é o seu perfil histórico como Estado protetor dos pobres. O que é verdadeiro na observação de Demo (2002) que afirma que com o *Welfare State* a cidadania foi arrefecida em favor da ação quase autônoma do Estado como a própria encarnação da cidadania popular. No *Welfare State* as contestações ao sistema foram esfriadas pelo próprio bem-estar, uma vez que foram conquistadas importantes vitórias, como a integração bastante razoável pelo sistema – pleno emprego ou salariado generalizado e proteção previdenciária muito expressiva, além de educação básica universalizada (DEMO, 2002).

Portilho (2005) traz as críticas das esquerdas à configuração do Estado Liberal que prega uma igualdade inexistente e resume a cidadania à participação pelo voto periódico. A participação deste cidadão nas decisões coletivas não é direta – como na cidadania clássica - se dando de forma representativa. A única responsabilidade com o coletivo deste indivíduo, poderia se resumir, na sua vida inteira, ao ato de votar (GORCSEWSKI, 2005a). O exercício dos direitos de liberdade e políticos é a tônica principal da cidadania liberal.

Diagnostica a autora como um sintoma da crise a crescente redução da participação nas esferas políticas tradicionais, tais como eleições, partidos e sindicatos. Vieira (2005), na mesma linha, entende que a atual crise de legitimidade do Estado, revela, no fundo, a crise da democracia representativa parlamentar clássica. Os cidadãos não se reconhecem mais nas instituições que, por definição, foram por eles criadas.

Porém, pode-se entender a conduta deste cidadão no seguinte raciocínio: ele nasce, vive e se forma dentro do contexto do paradigma mecanicista/liberal/individualista cujo suporte legal e filosófico lhe ensina que a sua

obrigação cidadã unicamente é votar, resumindo-se nesta ação o seu compromisso com o coletivo! E no mais, a meta individualista é o trabalho pelo qual obtém renda que joga no consumo, e, no consumo está a sua felicidade na falsa noção de igualdade e aceitação social. São os valores que foram subjetivados pelo cidadão com a consolidação do paradigma.

Conforme Portilho (2005) com a queda do socialismo real, a esquerda agarrou-se a manutenção do Estado Democrático como a sua nova bandeira de luta. De fato, o *Welfare State* vem no sentido de amparar as extremas injustiças do liberalismo sem fronteiras. Embora esta proteção estatal seja cara e venha sendo criticada pelo neo-liberalismo (DEMO, 2002) tem-se firmado como a forma ideal de organização estatal, sempre moldável pela sociedade que vem criando cada vez mais poder reivindicatório. Aliás, o contra-poder do neo-liberalismo, se assim podemos definir, está na sociedade. Se de um lado o mercado gestiona junto ao Estado para redução de protecionismos, também a sociedade, através de movimentos sociais com diferentes representações, faz uso do espaço público através de diversos atores, e com a presença da opinião pública, exercem poder de pressão nas decisões políticas. A sociedade livre e democrática tem sido o espaço para a emancipação de novos atores sociais. A perspectiva é positiva no sentido de que a modernidade indica, conforme Giddens (1996) a presença da reflexividade²⁷.

Se, porém, o Estado Democrático e Social de Direito é conforme Jacintho (2006) o Estado que oferece as condições legais para o respeito e a consolidação da dignidade como valor de direito humano e vetor axiológico, e se, de outra banda, Touraine (2006) sentencia que o Estado Totalitário reprime qualquer possível manifestação de empoderamento do sujeito, então a legitimidade do poder estatal protetor dos direitos humanos está na base democrática, que somente é possível no Estado de Direito (BOBBIO, 1997). É somente no espaço democrático que haverá a possibilidade dos atores sociais intercambiarem informações educacionais de promoção da sustentabilidade ambiental e humana, promovendo o alargamento da

27 Giddens (1996) define a *reflexividade social* como uma das características da modernidade, uma vez que a tradição foi relativizada, não há mais valores absolutos e os indivíduos são obrigados a refletir para tomar decisões. Também, os indivíduos modernos devem se acostumar a filtrar todos os tipos de informações. “Um mundo de reflexividade intensificada é um mundo de *pessoas inteligentes*.” (Giddens, 1996, p. 15 ; grifos do autor).

cidadania com a inclusão destes novos direitos. Além disso, o espaço democrático garante o espaço de resistência cidadã a eventuais distúrbios no poder.

Na ampliação do conteúdo da cidadania, temos que o Estado Democrático de Direito conduziu à superação do caráter negativo dos direitos fundamentais como fronteiras ao poder estatal, transmutando-se em ferramentas de controle da ação positiva estatal, que deve orientar para a participação coletiva e individual na formação e exercício da vontade estatal, acrescentando-se então o elemento democrático ao compromisso social do Estado.

Os elementos do Estado liberal, tais como a divisão de poderes, princípio da legalidade e proteção jurisdicional dos direitos individuais continuam presentes nesta nova formatação. As alterações são dadas, conforme Jacintho (2006) por dois pressupostos essenciais para a eficácia do Estado Social de Direito: o incremento na atuação de controle dos governos pelo Poder Judiciário e a expansão da utilização das regras da democracia política.

Conforme Weschenfelder (2007) quer-se um Estado que valorize a sociedade civil organizada para que conjuntamente possam decidir sobre ações públicas, fazendo com que estas decisões não fiquem restritas somente ao poder estatal, ou sob influência exclusiva do mercado. Deve haver a expansão do elemento democrático, o que deve ser a propugnação dos movimentos por mais cidadania no contexto atual, ampliando-se com esta ação, os espaços de discussão dos direitos de solidariedade e da sustentabilidade – espaços para a fomentação de educação ambiental e do empoderamento dos atores sociais.

O Estado Democrático de Direito, além de abrir espaços para a auto-organização dos cidadãos, deve tomar iniciativas, através de políticas públicas, que promovam a sustentabilidade e emancipação dos seus cidadãos para o exercício pleno da cidadania.

Propõe-se que além de Social, o Estado também seja Democrático quando, além dos compromissos da sua tipologia Welfarista, também assume a condição de reconhecedor dos direitos de todos não somente dos seus cidadãos, sendo capaz de respeitar às diversidades humanas. E, tanto mais será democrático quanto maior for

a participação dos atores sociais na emanção de poder e nas decisões de governo. O Estado Democrático de Direito é o Estado onde a solidariedade tem espaço. Neste ambiente, a ação estatal interfere tanto protegendo a segurança individual do cidadão, quanto promovendo as suas garantias sociais, mas com respeito aos direitos de solidariedade.

3.2. A democratização do Estado e a ampliação da cidadania

O processo de estruturação da democracia tem sido tradicionalmente analisado pela ótica da relação entre Estado e sociedade política. Passa-se a noção de que a sociedade civil é oposição ao Estado e vice-versa. Nesta concepção, conforme Bobbio (2001) por sociedade civil entende-se então a esfera das relações sociais não reguladas pelo Estado, e, o Estado, em contrapartida, é entendido restritivamente, e quase sempre também, polemicamente, como o conjunto dos aparatos que, num sistema social organizado, exercem o poder coativo.

Porém, constituindo-se agora como Estado Democrático de Direito, o princípio democrático, além de legitimá-lo - sendo o povo a fonte de emanção do poder - também abre o espaço público para à ação de agentes que, com as suas intervenções, passam a transformar tanto a sociedade quanto o Estado. Conforme Vieira (2001), o processo de democratização passou a também ser visto como processo de mudança na cultura política, nas práticas sociais e de ação coletiva. É condição necessária da democracia contemporânea, portanto, a existência de espaços públicos independentes das instituições do governo, do governo partidário e das estruturas do Estado.

De fato, o espaço público vem sendo ocupado por significativas formas de ação por um conjunto diversificado de atores e associações, criando um pólo distinto da sociedade política para satisfação de necessidades e constituição de novas identidades. Enquanto a representação fica a cargo da sociedade política, a sociedade pode se expressar através do poder de veto influenciando decisivamente na instância política estatal. A sociedade civil, pois, surge como instância de poder, capaz de através de manifestações de opinião pública e ação dos seus atores e

movimentos, determinar direções governamentais como também influir de forma capaz nos seus próprios destinos sociais. (VIEIRA, 2005).

Giddens (1996, p. 24) propõe a nova concepção de democracia como a *política gerativa*. “A política gerativa existe no espaço e liga o Estado à mobilização reflexiva na sociedade em geral.” A política gerativa, na visão do autor, é uma política que busca permitir aos indivíduos e grupos fazerem as coisas acontecer, e não esperarem que as coisas lhes aconteçam. O autor também aponta que a política gerativa é o principal meio de se abordar com eficiência os problemas de pobreza e de exclusão social nos dias de hoje. Diante disto, é possível afirmar que a democracia pode ser cada vez mais democratizada a partir do envolvimento horizontal dos cidadãos, que, com seus movimentos, melhoram a sociedade e democratizam o Estado.

Face às deficiências da democracia liberal em uma ordem reflexiva e globalizadora, sugere-se a necessidade de incrementar formas mais radicais de democratização. Giddens afirma que se pode distinguir duas dimensões de uma ordem democrática. De um lado, define a democracia como um instrumento para a representação de interesses (seria a democracia política, vinculada aos partidos que de fato representam os diversos interesses da sociedade). A segunda possibilidade é criar uma arena pública na qual assuntos controversos – em princípio - possam ser resolvidos, ou, pelo menos, abordados por meio de diálogo e não por formas preestabelecidas de poder. A ampliação da democracia dialógica representa uma parte de um processo, defende o autor, ao qual poderíamos referir como a “democratização da democracia.” (GIDDENS, 1996, p. 24).

Conforme Vieira (2005), a abertura de espaços democráticos para a movimentação dos cidadãos possibilita a criação de redes de comunicação alternativa e tem por fim não necessariamente influenciar o Estado, mas o seu próprio desenvolvimento, fazendo avançar a conscientização. Não se trata apenas de pressionar o Estado para reivindicar direitos, mas de modernizar a própria sociedade civil, transformando as estruturas tradicionais de dominação, exclusão e desigualdade que se encontram enraizadas nas instituições, em valores e identidades coletivas.

Transformando-se, estes indivíduos acabam por irradiar também a sua nova compreensão do poder Estatal e de cidadania, e, pela via indireta, estarão democratizando o poder social. Conforme Vieira (2005), o espaço público democrático é aquele que garante que os influxos democratizantes gerados na sociedade civil se tornem fontes de democratização do poder. As mudanças na cultura política trazidas pelo incremento do associativismo, indicam a possibilidade de superação das formas tradicionais de clientelismo, populismo e corporativismo presentes na história da América Latina.

Vieira esclarece que não há afrontamento do Estado, pois se reconhece a legitimidade do Estado e do mercado no contexto democrático. A cidadania teria uma nova função – seria um princípio unificador, o local legítimo necessário para o indivíduo exercer o seu poder social, associando-se a movimentos ou não, porém, sempre com causas de interesse público e acrescentamos, com vistas a solidariedade planetária.

De outra sorte, embora possa representar pouco para alguns pensadores, o exercício do voto como demonstração da soberania popular deve ser absolutamente defendida como a única fonte legitimadora de poder. É recente na história brasileira a inclusão de categorias como os analfabetos na cidadania política – garantida a estes na Constituição Federal de 1988 no seu art. 14, § 1º, II, 'a' - esse acesso representa a inclusão desta categoria na cidadania política e representa uma grande conquista de igualdade de fato: já que o poder do voto de um é radicalmente igual ao de outro.

A ampliação da capacidade política, da igualdade formal, do direito e da democracia são conquistas da humanidade neste início de século. Temos compreendido que não há como a cidadania prosperar horizontalmente e planetariamente sem se dispor do espaço democrático, garantido pelo Estado democrático legitimado pelo exercício da cidadania vertical sendo o povo a fonte do poder. Santos (2006, p. 122) “A concessão de direitos cívicos e políticos e a conseqüente universalização da cidadania transformaram o Estado na consubstanciação teórica do ideal democrático de participação igualitária no domínio social.”

Vieira (2005) afirma, neste sentido, que a democracia exige uma cultura política cultivada na liberdade. A solidariedade deve ser praticada na diferença, e não apenas entre iguais. Daí a importância de reivindicar igualdade quando a diferença inferioriza, e o direito à diferença quando a igualdade descaracteriza. (Vieira, 2005). Por isto, conforme Jacintho (2006) para garantir direitos deve-se fazer a defesa radical da democracia²⁸. Já a cidadania participativa vem sendo construída no espaço público social – é o espaço de formação e de interação dos ecocidadãos. Notadamente, impelidos por movimentos sociais de diversas naturezas – os ecocidadãos abraçam a cidadania em todas as dimensões (subjéctiva, social e planetária) tornando o sujeito apto a promover ações pela sustentabilidade e capazes de interferir nos rumos do Estado. O Estado não tem o monopólio do espaço público (Vieira, 2005). Deve, contudo, deve ser o fomentador da participação democrática dos cidadãos, e, através de políticas de inclusão social e de assistência, ser parceiro da sociedade civil e junto com ela ser promotor e divulgador de padrões de valores que permitam a formação do ecocidadão e da sustentabilidade ambiental (Vieira, 2001).

A reivindicação política implicaria, portanto, tanto o direito de ascender e pertencer ao sistema sócio político, como o “direito de participar na elaboração do sistema, definindo, portanto, aquilo de que queremos fazer parte” (GARCIA-CANCLINI, 2006, p. 37). A cidadania atrai, pois, as pessoas que se sentem excluídas dela. O sentimento de pertencimento faz parte do sentir-se cidadão: pertencente e respeitado pelo seu grupo social.

A cidadania, neste contexto, já não é mais um conceito, mas passa a ser entendida como uma prática. Prática que progressivamente amplia sua esfera para incluir novos direitos. É um campo de disputa - a democracia assegura que permaneça assim. A cidadania não é mais um fato, mas o espaço público democrático que possibilita a luta para ser incluído no grupo social. Como também é o espaço para agregar mais direitos ao incluído.

Conforme Portilho (2005), quando se fala em direitos neste momento, não estamos nos referindo apenas às garantias estabelecidas nas leis e nas instituições.

²⁸ Vieira (2005) comenta que na América Latina a democracia vive o impasse entre as tentações de retorno autoritário e as mudanças institucionais necessárias a seu aprofundamento.

Ressalta a autora que não se trata de negar a importância da ordem legal e institucional, que garantem a cidadania e a democracia, mas deve-se pensar a questão dos direitos relacionando-os ao modo como as relações sociais se estruturam. Como forma de sociabilidade, os direitos constroem vínculos entre os indivíduos, grupos e classes sociais e estruturam uma linguagem pública que baliza as lutas por equidade e justiça.

Teeles (1994) apresenta um dos pressupostos básicos para a construção da cidadania: o de que os sujeitos lutem pela conquista dos direitos definidos por eles próprios como legítimos. Essa nova noção de cidadania constitui então um processo de aprendizado social e de construção de novas formas de relações sociais e práticas políticas concretas.

3.3. A capacidade do Estado Democrático de Direito como promotor dos direitos humanos de solidariedade e da cidadania planetária

Jacinto (2006) observa que a adequação do Estado Liberal para a configuração Social foi pacífica, sem revoluções violentas – embora a presença de virulências sociais localizadas exigindo a ampliação da cidadania. Pode-se entender que as transformações foram pacíficas pelo fato da essência liberal permanecer – a base político-filosófica das liberdades dos indivíduos defendidos pelo Estado instituído pela lei, e a economia capitalista de mercado.

Por este raciocínio entende-se o porquê do conceito de cidadania continuar tão fortemente atrelado a noção liberal e absolutamente condicionada à relação de direitos e deveres entre estes dois pólos: cidadão *versus* Estado - conforme conceitos citados em Gorczyński (2005b) Silva (2001) Manzini-Covre (2006). Face tratar-se uma solução de continuidade, a cidadania social também não resolveu este “problema” mantendo-se a absoluta marca do individualismo. Embora ela seja resultante de processos coletivos, os benefícios, no entanto, são de alcance individual: a aposentadoria é individual, o seguro-desemprego é individual, o acesso ao ensino público é um direito da coletividade, mas o beneficiado o aluno na sua individualidade. Embora os direitos alcançados sejam de interesse de uma

coletividade, referem-se a bens divisíveis individualmente e garantidos pela relação cidadão *versus* Estado. Esta relação refere-se ao princípio da nacionalidade.

A fomentação obrigatória da solidariedade planetária vê-se imprescindível para tornar aplicáveis os direitos de terceira geração. Embora Bobbio (1992, p.2) entenda que esta categoria é ainda vaga, destaca que “[...] o mais importante deles é o que é reivindicado pelos movimentos ecológicos: o direito de viver num ambiente não poluído.” O ambiente saudável é um bem coletivo impossível de ser individualizado, do qual depende a vida dos seres humanos, e que – conforme a teoria de *Gaia* – sabe-se que a diversidade é que faz subsistir o equilíbrio. A vida é um direito da geração presente, também o é das gerações futuras. As instâncias para garantia destes novos direitos devem fazer rever o princípio da nacionalidade.

Nacionalidade é o *status* que dá ao cidadão a capacidade de reivindicar e dispor da proteção estatal para a garantia dos seus direitos. A nacionalidade é (também) um princípio da cidadania liberal, que se desenvolveu nos séculos XVIII e XIX, e remodelou a sua definição. Pelo princípio do direito dos povos, a soberania é atributo da Nação, do povo, e não mais do príncipe ou do monarca. O princípio das nacionalidades lembra que a nação precede a cidadania, pois é no quadro da comunidade nacional que os direitos cívicos podem ser exercidos. Se a cidadania equivale à nacionalidade, ela fica, assim, limitada ao espaço geográfico onde o respectivo Estado-Nação exerce a soberania.

Este atrelamento a um determinado Estado distancia o conceito da cidadania dos direitos humanos. Gorczenski (2005b) afirma que nestas condições entende-se que a noção de portador de direitos humanos não equivale exatamente à condição de cidadão. Afirma que embora caminhemos para uma nova cidadania – senão universal, muito mais ampla que a atual – onde cidadania e direitos humanos efetivamente significarão o mesmo, nos dias atuais ainda é possível identificar algumas diferenças básicas. Os direitos humanos seriam humanos porque inerentes a condição de homem (COMPARATO, 2007), a origem da cidadania está nos direitos humanos, mas é mais restrita porque vinculada a um Estado que lhe presta o suporte legal. Com a instituição da soberania estatal o conceito de cidadão se aprisiona aos limites do Estado-nação que protege os seus face à conceituação de nacionalidade. A lei garantidora positivada da cidadania é exigível somente no território.

Denota-se a imprescindibilidade do Estado na configuração da cidadania sendo ele a instância jurídico-política-administrativa que a reconhece e a torna exigível. Observa Vieira (2005), que recentes concepções mais democráticas procuram dissociar completamente a cidadania da nacionalidade. A cidadania teria, assim, uma dimensão puramente jurídica e política, afastando-se da dimensão cultural existente em cada nacionalidade. A cidadania teria uma proteção transnacional como os direitos humanos. Por esta concepção, seria possível pertencer a uma comunidade política e ter participação independentemente da questão de nacionalidade. A globalização tem aproximado as distâncias. Neste contexto é que nasce hoje o conceito de cidadão do mundo, de cidadania planetária, que sendo construída pela sociedade civil de todos os países.

Conforme Vieira (2005) e Comparato (2007) os filósofos iluministas franceses imaginavam a república universal, idéia, que conforme se demonstra no construir da História, restou contrariada.²⁹ A História trouxe ao momento presente em que a sociedade mundial está distribuída em diversos Estados, todos soberanos. Esta é a organização jurídica onde as propostas de uma nova cidadania fatalmente ocorrerão. Embora imprescindível a sua soberania pela razão da sua própria existência, a proposta é que este Estado soberano seja o mais democrático possível, protegendo os seus cidadãos, mas também, estabelecendo acordos de solidariedade e comprometimento com a sustentabilidade do Planeta.

29 Comparato (2007) afirma que na sua origem, a Declaração de 1789, não se dirigia apenas ao povo francês, mas a todos os povos, e foi concebido, portanto como um documento em sua dupla dimensão, nacional e universal. As “disposições fundamentais” da Constituição Francesa de 1791 fazem a nítida distinção entre os “direitos do homem” independentemente de sua nacionalidade, e os “direitos do cidadão”, próprios unicamente dos franceses. Na sua concepção original, os direitos humanos nasceram para ser universais. Conforme Bonavides (1997) a vinculação essencial dos direitos fundamentais à liberdade e à dignidade humana, enquanto valores históricos e filosóficos, conduzirá sem óbices ao significado de universalidade inerente a esses direitos como ideal da pessoa humana. Esta universalidade, argumenta o autor, se manifestou pela vez primeira na descoberta do racionalismo francês da Revolução, por ensejo da célebre Declaração dos Direitos do Homem de 1789.

O caráter universal da declaração Francesa fica evidenciado quando que as declarações antecedentes de ingleses e americanos podiam talvez ganhar em concretude, mas perdiam em espaço de abrangência, porquanto se dirigiam a uma camada social privilegiada – os barões feudais – enquanto muito ao um povo ou a uma sociedade que se libertava politicamente, conforme era o caso das antigas colônias americanas, ao passo que a Declaração francesa de 1789 tinha por destinatário o gênero humano. (Bonavides, 1997, Comparato, 2007).

3.4. A ação do Estado Democrático de Direito na sociedade – Políticas públicas

A necessidade da instalação do Estado social deu nova centralidade à figura do Estado. Explicamos: A tese jusnaturalista teve tanta força para os liberais porque, face a contingência histórica, era necessário garantir um indivíduo livre e mais forte que o Estado. Por isto, a liberdade do homem é anterior ao Estado, o qual nasce depois pela vontade dos homens que já são naturalmente livres. Os direitos de primeira geração exigem um Estado mínimo. Já, a partir da integração dos direitos sociais como constitutivos da cidadania - sendo compromisso do Estado-Nação resguardar os seus cidadãos pelo princípio liberal da nacionalidade (que se manteve), demanda-se uma maior presença do Estado, ou seja, exigem um Estado interventor. A abstenção estatal face o *laissez faire* foi historicamente revista a partir da inclusão dos direitos sociais na categoria de cidadania. A superação da neutralidade do Estado se fez conjugando uma crescente pressão por justiça social como também, para a sobrevivência do capitalismo, se necessitava de riqueza distribuída se estendendo, com isto, a capacidade de consumo a uma maior parcela da população.

Nesta configuração, não haveria mais demandas negativas e positivas, constatando-se que, de fato, é possível a integração das gerações de direitos para todos se constituírem fundamentais. Kesselring (2007) explica esta noção quando refere que, na verdade, a cada direito de um indivíduo corresponde o dever de alguém: se a criança tem o direito de ser alimentada, corresponde ao dever dos pais de lhe dar regularmente algo de comer, se a ser humano não pode ser escravizado, a outro é tirado o “direito” de escravizar. Então o autor diz que a cada direito básico existe uma contrapartida que é válida mesmo que não escrita: “[...] se existem determinados direitos básicos universais, por exemplo, um direito à vida, então se deve formular para ele um dever (universal), a saber, o dever de não atentar contra a vida alheia.” (KESSELRING, 2007, p. 61).

Nesta ordem, Kesselring (2007) afirma que os direitos negativos subdividem-se em dois grupos: de defesa e de proteção. Uma coletividade é primeiramente obrigada a deixar intocados o corpo e a vida de seus membros, bem como determinados espaços elementares de liberdade individual. Estes são os direitos de

defesa, os quais correspondem, por parte da autoridade política, o dever de limitação do domínio. À coletividade e ao Estado cabe vigiar os espaços de liberdade, da onde deriva de direitos de *proteção*. De fato, o Estado social assumiu o papel de vigia na garantia dos direitos da criança, do adolescente, do idoso – para tanto inclusive intervindo nos ambientes domésticos.

Com a cidadania social demandou-se a constituição do Estado Social de Direito pelo qual se instalaram os direitos de *participação e prestacional*. Nesta esfera as atividades do Estado e da coletividade se situam em primeiro plano, dependentes das ações do primeiro - são direitos positivos. Com esta referência, dá-se um novo enfoque ao direito do exercício da decisão político-participativa, por exemplo: o direito de votar - que é um direito de participação - somente se efetiva com a existência de determinadas regras e instituições democráticas que devem ser garantidas pelo Estado. Além deste acesso mínimo de participação do cidadão através do processo político-eleitoral, quanto mais democrático um Estado, mais formas de participação dos cidadãos são estabelecidas – como Conselhos de Deliberação e de Gestão – nestes, há um exercício direto de poder pela Comunidade. O direito à formação, que é um direito *prestacional*, se dá com a manutenção de um sistema educacional e de docentes capacitados – condições que uma sociedade ou comunidade só pode obter se houver uma estrutura mínima garantida pelo Estado. As ações para efetivação destes direitos de natureza prestacional pelo Estado se caracterizam como de intervenção estatal na sociedade.

Temos, com estas características o desenho do Estado que, além de social, adquire as características de democrático. Jacintho (2006) então define o Estado Democrático de Direito como o Estado de Direitos fundamentais, o Estado organizado em conformidade com e para efetivar tais direitos, garantindo-os. Conforme Weschenfelder (2007, p. 304) “Esse Estado amplia os direitos e as garantias fundamentais, individuais e coletivas, tornando-se capaz de construir uma sociedade livre, de garantir o desenvolvimento social, de promover o bem-estar e de erradicar a pobreza”. Pode-se afirmar que no Estado Democrático de Direito já não há mais direitos subjetivos, por serem estes também pautas objetivas que visam a estruturação do Estado, a organização da sociedade e o comportamento inter-individual – tudo isto de maneira avançada e radicalmente democrática. Comparato

(2006) afirma que as ações positivas do Estado Democrático de Direito em meio à sociedade para o cumprimento destas suas novas finalidades, conforme citadas supra por Weschenfelder, se dá o nome de políticas públicas.

Retornando ao raciocínio de Kesselring (2007) podemos entender que quanto mais democrático for Estado, mais os atores sociais, através dos diferentes espaços públicos, estarão intervindo na decisão destas políticas públicas. Estas intervenções dos cidadãos nos centros de decisão ao mesmo tempo que democratizam o Estado, também o legitimam porque galgado em decisões com respaldo popular.

3.5. Políticas para inclusão social e desenvolvimento sustentável

Como incorporar à cidadania pessoas economicamente “dependentes”? Pergunta Santos (2007). O autor afirma que é difícil encontrar uma resposta no Brasil de hoje, já que nem o liberalismo, nem a classe operária, e talvez menos ainda, nem a burguesia, apresentam a nitidez que podemos perceber na história dos países mais modernos.

Weschenfelder (2007) atribui a dificuldade de construir-se uma cultura e um comportamento democrático como uma consequência da história brasileira, que assistiu a uma sucessão de ditaduras. Veiga (2005) explica que se constata um vício de origem na formação do Estado brasileiro. Conforme este autor, nos Estados industrializados, a identidade nacional (Estado-nação) precedeu a consolidação da autoridade estatal. O Estado-Nação, entendido como resultante do surgimento de uma burguesia e de um mercado de dimensão nacional, foi a base do Estado moderno. Essa seqüência se inverteu nos países ditos em desenvolvimento. A autoridade política (Estado) emergiu desde a independência e antes que surgisse a Nação. O Estado veio antes do desenvolvimento de uma verdadeira burguesia, e de uma economia capitalista nacional unificadora.

Qual seria o caminho para o combate à pobreza e à exclusão social e cultural: o mercado ou a assistência indiscriminada? Demo (2006) responde que as democracias precisam de outros caminhos mais bem pautados nos direitos humanos e na cidadania. Qualquer democracia mínima vai reconhecer o direito à assistência às pessoas que não podem se auto-sustentar, em particular aos portadores de

necessidade especiais, às crianças e aos idosos. Porém, o erro está em imaginar que a assistência é política social capaz de dar conta da pobreza.

Os neoliberais defendem que o melhor meio de lutar contra a exclusão reside não nas políticas públicas de proteção aos fracos, mas, ao contrário, numa política global de desregulação. Uma maior flexibilidade dos salários para a baixa é apresentada como o melhor caminho para dar um trabalho aos mais desfavorecidos, definidos como aqueles cuja produtividade é inferior ao salário mínimo. Na perspectiva dos neoliberais, portanto, renda mínima e salário mínimo não são políticas protetoras dos direitos sociais dos cidadãos, mas, ao contrário, “máquinas de excluir.” (MERRIEN, apud DEMO, 2002)³⁰.

Seria fundamental evitar a instalação durável das pessoas na assistência. Porém, de outra sorte, entende Demo (2006) que é impossível inserir todos no mercado de trabalho em vista da globalização competitiva, pois a produtividade é correlata à intensidade do conhecimento decretando o uso cada vez menor de “mão-de-obra” ou “força de trabalho”. A cobertura universalista somente é possível diante de um número reduzido de pobres e apenas em países centrais, não podendo que seja adotado como parâmetro universal. O retorno desta visão predominantemente com enfoque no mercado, torna as políticas sociais classicamente compensatórias, denega as conquistas mínimas da democracia, capazes de reconhecer que pessoa improdutivas também possuem o mesmo direito à vida e ao bem-estar.

O que pode “curar” a pobreza não são benefícios, mas a constituição de um sujeito social capaz de história própria, individual e coletiva. (DEMO, 2002). A busca que deve nos orientar é uma integração digna. As alternativas de inclusão devem caminhar neste sentido. Propõe-se, então, fazer o empoderamento do excluído promovendo a sua autonomia para uma inclusão digna. A noção de empoderamento significa a construção da cidadania ativa dos mais desfavorecidos socialmente. Conforme Iorio (2002), o empoderamento das pessoas vivendo na pobreza é um processo de obter acesso e controle sobre si mesmo e sobre os meios necessários para a sua existência. O que está em jogo é o empoderamento interno – auto-estima e capacidades, o fortalecimento da subjetividade.

30 DEMO, Pedro. **O charme da exclusão social**. 2.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

Embora o processo de empoderamento signifique a construção da autonomia do ser humano para a sua dignidade, isto não significa que os excluídos devam enfrentar sozinhos este desafio. Ações podem ser propostas pela sociedade civil organizada, como também (e é o que destacaremos no presente estudo) por agentes estatais (servidores públicos) como coordenadores e facilitadores em políticas públicas direcionadas para inclusão. Estes atores sociais passam a assumir a condição de catalisadores para o empoderamento.

É necessário também as políticas públicas revejam os processos que alimentam a exclusão cultural. Em *Gaia* a diversidade humana, animal e ambiental é fundamental para garantir o equilíbrio que, além de respeitada, deve ser promovida. A nova compreensão de cidadania – conforme estamos propondo – deve promover o respeito às subjetividades – as subjetividades tornam uma pessoa diferente da outra – por isto, o necessário respeito ao diferente. Conforme Demo (2002), então, as alternativas incluídas não devem aprofundar o fosso entre as duas sociedades (a dos incluídos e a dos excluídos) conforme diagnosticado por Martins (1997).

No contexto da sustentabilidade e na noção de cidadania planetária já se sabe que a inclusão que se quer não é igualdade econômica. O desafio das políticas públicas do Estado Democrático de Direito voltadas para a cidadania e a inclusão social é promover os direitos humanos fomentando a sustentabilidade ambiental. O Estado brasileiro assumiu este compromisso constitucionalmente.

O Estado brasileiro chamado como República Federativa do Brasil – formado pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal - se estabeleceu como Estado democrático de direito - art. 1º. da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Entre os objetivos do Estado democrático de direito brasileiro está a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais - art. 3º, III. No art. 225 a Constituição Federal declara o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, reconhecendo-o como bem comum de uso do povo e essencial para vida, e se compromete, junto com a coletividade, a defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. E para efetivar este direito, o poder público, entre outras ações elencadas, deve promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente – art. 225, VI. Este é o

suporte e o compromisso legal para compelir o Estado democrático de direito brasileiro a que promova políticas públicas voltadas para a inclusão social e sustentabilidade ambiental.

3.6. As dimensões da Cidadania

Tal como anunciamos, como síntese, selecionamos a categoria cidadania e as suas dimensões e sua articulação com outras categorias como a educação ambiental, inclusão social e auto-gestão dos atores para análise e a compreensão da política pública, entendendo-se que a visão de cidadania é um dos elementos articuladores da construção do novo paradigma da cidadania planetária e da ecosustentabilidade. Dada a diversidade de perspectivas que envolvem cada uma de suas dimensões, procuramos caracterizar cada uma delas de forma ampla para não reduzi-las demais a sua complexidade. Entretanto, é necessário deixar claro que as dimensões atuam de forma interligada e são complementares umas das outras. Assim, consideramos as seguintes dimensões que seguem.

3.6.1. Dimensão do eu – a cidadania subjetiva: emancipação, empoderamento e dignidade

Os conceitos tradicionais de cidadania têm esquecido a dimensão do ‘eu’. Embora a cidadania liberal seja uma cidadania absolutamente individualista, este indivíduo é somente reconhecido como pessoa externa. No contexto da cidadania liberal, os aspectos como emoção, psique e afetividade, face o seu evidente caráter subjetivo, deviam ser excluídas do contexto da cidadania – a cidadania era um conceito objetivo num período histórico em que se propunha a racionalidade absoluta. Neste sentido vem a crítica de Velloso (2005) afirmando que a cidadania não deve estar restrita à igualdade de direitos e deveres, mas também considerar a diferença da subjetividade, isto é, não deixar de lado diferenças peculiares entre raças, gênero, culturas e a questão dos sujeitos.

Santos (2000) pondera que construir a relação entre cidadania e subjetividade é um exercício complexo já que envolve profunda reflexão sobre a responsabilidade e a singularidade humana. Para ele a subjetividade incorpora, além de direitos e

deveres, particularidades de potencial infinito, que conferem cunho próprio e único à personalidade. Conforme este autor “A subjetividade envolve as idéias de auto-reflexividade e de auto-responsabilidade [...] a materialidade de um corpo e as particularidades potencialmente infinitas que conferem o cunho próprio e único a cada personalidade.” (SANTOS, 2000, p. 240).

Propõe-se que a cidadania na sua primeira dimensão seja o espaço da formação do sujeito e a sua capacitação para se tornar um ator social, conforme é a proposta de Touraine (2002)³¹. É o espaço da criação de autonomia e da emancipação³² que se insurge contra os papéis socialmente impostos (GIDDENS, 1996). Touraine afirma que o sujeito criativo que propõe, vai além da liberdade que é conferida ao consumidor no mercado da abundância.

Giddens (1996) explica que através do processo de emancipação o indivíduo, liberto das amarras dos paradigmas tradicionais, e munido de educação (seja formal ou informal) conseguirá processar as informações ao modo de adquirir autonomia para decidir as questões do seu dia-a-dia, tendo noção de que as suas decisões locais têm repercussão sobre toda a vida do Planeta. Nesta perspectiva, a política emancipatória é uma política de oportunidades de vida e, portanto, fundamental para a criação da autonomia do indivíduo e da sua ação.

A partir do momento em que considerarmos a subjetividade como integrante da cidadania, a esfera privada vem a ser de interesse público. Pela visão da cidadania liberal, o privado e o individual não fazem parte do público³³, que estes aspectos não são de interesse do Estado, sendo esfera de regulação do próprio indivíduo. Touraine (2002) afirma que a nossa cultura separa de maneira tão forte o mundo privado do mundo público porque a racionalização minimizou o sujeito, suprimindo progressivamente tudo o que ligava uma ordem à outra, particularmente o que dava um conteúdo social às relações interpessoais. Porém, a vida privada não

31 “O Sujeito é a vontade de um indivíduo de agir e de ser reconhecido como ator” (TOURAINÉ, 2002, p. 220).

32 Giddens (1996) entende que a emancipação significa conquistar a liberdade em vários sentidos: em relação à tradição, aos grilhões do passado, ao poder arbitrário, às restrições da pobreza ou privação material.

33 Santos (2000) critica o liberalismo, uma vez que para este somente interessa a relação Estado-indivíduo. Embora o ambiente doméstico seja fundamental para a reprodução social e da força de trabalho, o domínio doméstico é totalmente ignorado, é relegado para a esfera da intimidade pessoal, insuscetível de ser politizado. As desigualdades nele existentes além de serem consideradas naturais, são irrelevantes ao nível da relação primordial Estado-indivíduo.

mais está encerrada no reino escondido; ela se torna pública na medida em que nossa cultura dá importância tanto à afirmação e à liberdade do sujeito como também, destacando o espaço geográfico do privado e a situação temporal do cotidiano como o espaço de importantes ações dos atores que repercutirão na planetariamente.

Nesta dimensão destaca-se a dignidade humana como o direito fundamental que resume a noção da cidadania: o cidadão empoderado, atendido em suas necessidades básicas, merecedor do respeito dos seus co-cidadãos, sentindo-se pertencente ao grupo social. O ideal de dignidade para todos os seres humanos contempla as subjetividades e as criatividade humanas, pois tem a capacidade de se adaptar a cada cultura. A cultura de cada grupo social irá determinar quais são as características e bens mínimos que o sujeito deve dispor para ser portador de dignidade considerando-se participante do grupo social: portanto, para ser incluído adequadamente. Por se tratar de valores culturais, assim como o conteúdo do conceito de cidadania é histórico, também o conteúdo da dignidade é histórico e remodelável a partir da difusão de novos valores paradigmáticos.

Assim, em um Estado de direito democrático, a promoção da dignidade humana deve ser o conteúdo de todas as orientações das políticas públicas do Estado, como também quer Jacintho (2006), deve ser o princípio norteador da interpretação do ordenamento jurídico³⁴.

Tem-se dificuldade, no entanto, de se estabelecer critérios objetivos para a avaliação da dignidade. Comparato (2007) afirma que a dignidade da pessoa humana ombrea em importância talvez apenas com a vida. E, mesmo a vida deve ser vivida com dignidade. No interior do axioma dignidade há núcleos objetivos, pelo qual podemos avaliar dignidade por acessos a direitos mínimos essenciais³⁵. Mas também tão forte quanto os aspectos materiais, a presença do sentimento de auto-

34 A relevância da dignidade, conforme Comparato (2007) vem expressa na Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada por unanimidade pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, que condensou toda a riqueza dessa longa elaboração teórica, ao proclamar, em seu art. VI, que todo homem tem direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa.

35 Jacintho (2006) estabelece como integrantes do Núcleo Essencial do Direito de Dignidade das Pessoas os direitos à liberdade de crença (opinião), à alimentação, à moradia, à educação e a saúde. Barcellos (2008) estabelece como mínimo existencial a partir da concretização da Constituição Federal Brasileira de 1988 o acesso a educação básica, saúde básica, assistência aos desamparados e o acesso à justiça.

estima psicológico e de empoderamento sociológico. Sarlet constrói assim o conceito de dignidade:

[...] é irrenunciável e inalienável, constituindo elemento que qualifica o ser humano como tal e dele não pode ser destacado, de tal sorte que não se pode cogitar na possibilidade de determinada pessoa ser titular de uma pretensão (neste caso pretensão jurídica) a que lhe seja concedida e dignidade. Esta, portanto, como qualidade integrante e irrenunciável da própria condição humana, pode e (deve) ser reconhecida, respeitada, promovida e protegida, não podendo, contudo (no sentido ora empregado) ser criada, concedida ou retirada, já que existe em cada ser humano como algo que lhe é inerente. (SARLET, 2008, p. 44).

Deve-se falar em vida digna como pressuposto absoluto pertencente a cada ser humano. Psicologicamente e sociologicamente o ator social se auto-constrói através de um movimento de introspecção pela qual se compreende como ser humano consciente da sua presença no Planeta e da relevância da sua existência e suas ações nas ondas de todo o lago global – através desta subjetivação descobre a sua identidade. Portador desta consciência, terá noção da sua dignidade. A dignidade que se estabelece na sua ética e buscará materializá-la em razoáveis (e sustentáveis) condições de vida para si, e para os demais. Como sujeito de dignidade não se sujeitará a condições que lhe desviem do seu caminho de ser participante do *Cosmos*.

A cidadania de primeira dimensão é um processo de profunda reflexão do indivíduo sobre si mesmo, habilitando-o a tornar-se um ator para a solidariedade planetária. Para tanto, deve ser alimentado por processos de aquisição de conhecimentos – de reflexividade, como quer Giddens (1996). Incluindo a dimensão do privado na cidadania, eliminaremos a existência das duas éticas: a do privado e a do público. O privado será cada vez mais espaço de transformações que refletirão na sustentabilidade. A dignidade da pessoa é o referencial mínimo do exercício público da cidadania de primeira dimensão. Considerando-se digna, será capaz de compreender a relevância da sua ação na sociedade e, através de processos democráticos, interferir nas instâncias de poder.

3.6.2. A dimensão político-social – a cidadania vertical e a cidadania horizontal

A dimensão político-social da cidadania se define nas esferas exteriores do cidadão, estando neste patamar a relação vertical com o Estado e a relação horizontal com os demais cidadãos.

A relação entre o Estado com o seu nacional é a que define, no senso comum, a cidadania, é mesma forma é o conceito de cidadania reconhecido no universo jurídico-dogmático. Esta relação Estado *versus* Cidadão é o vértice da doutrina da cidadania liberal, sendo que este princípio subsistirá uma vez que estabeleceu a liberdade do cidadão, que agora que pode ser exercida um ambiente estatal democrático e socialmente justo. A cidadania, enquanto instituição jurídica, não sobrevive sem o Estado. Como também o Estado Democrático de Direito é a *conditio sine qua non* para a garantia da dignidade da pessoa conforme Jacintho (2006). Desta maneira, não há como se desvincular estas duas instituições. Touraine (2006) concorda afirmando que um regime totalitário reprime mais ativamente que qualquer outro o retorno do sujeito; a ausência de liberdade e democracia também inviabiliza o encontro do cidadão com outro cidadão não podendo se realizar a cidadania horizontal.

Entende-se a cidadania horizontal³⁶ como o espaço para o livre encontro e associação dos cidadãos, a qual somente tem condições de prosperar em uma sociedade autônoma e livre. Tem-se um caminho de mão dupla: enquanto o sujeito vai à fonte social buscar conhecimento, como o pêndulo do relógio, retornará e o processará a informação em sua subjetividade através do processo de reflexividade (GIDDENS, 1996). É o que podemos descrever como processo de emancipação, pelo qual o sujeito terá condições, num caminho do pêndulo de nova ida, interferir como ator no tecido social. O processo de pêndulo é o constante exercício de imersão social e introspecção.

O espaço social é o local onde o ser humano se revela através de suas ações ou omissões, ao mesmo tempo, a sociedade o determina culturalmente o indivíduo.

36 A noção de cidadania horizontal descende do princípio da comunidade: Rosseau afirma que enquanto o Estado “estabelecia a obrigação política vertical entre os cidadãos e o Estado, o princípio da comunidade afirmava a obrigação política horizontal e solidária de cidadão a cidadão” (SANTOS, 2001, p. 252).

Se o social é o conjunto de indivíduos, a individualidade de cada um destes sujeitos é que compõe o social. Se se analisar o resultado pelo ângulo da complexidade, a soma das individualidades no contexto social sempre terá resultado maior de que dois. O resultado será tanto maior que dois quanto maior for o potencial gerado a partir do encontro de energias e vontades.

Conforme Kesselring (2007), os seres humanos são primariamente (face a sua natureza biológica) entes individuais que perseguem os seus próprios interesses e que, em última análise, “[...] só estão dispostos a participar e colaborar numa sociedade organizada, se todos reconhecem mutuamente os direitos básicos.” (KESSELRING, 2007, p. 73). É nesta esfera que o conjunto de indivíduos: entre os seus sentimentos altruístas e egoístas, cria o Estado de Direito e garante a igualdade formal dos seus cidadãos. E nesta esfera também está a sociedade.

A sociedade é a terceira margem do rio (VIEIRA, 2001) que junto com o Estado e o mercado, na contemporaneidade, assume a condição de instância de poder que, conforme Bobbio (2001), é exercido através da opinião pública. Propõe-se, nesta esfera, a ocorrência da democracia dialógica (GIDDENS, 1996) que se define na democratização da democracia através do diálogo. Esta democracia é dependente da integração entre autonomia e solidariedade e pressupõe o desenvolvimento de relacionamentos pessoais nos quais a confiança ativa é mobilizada e sustentada por meio da discussão e do intercâmbio de idéias, e não por um poder arbitrário de um tipo ou de outro. No contexto da democracia dialógica de Giddens, o indivíduo desenvolve as suas potencialidades, e na interação com os demais, vê-se capaz de se organizar coletivamente frente às dificuldades.

É nesta esfera, como já dito, que se encontra a cidadania liberal, modelo diagnosticado como em crise - já que não alcança mais tudo o que deseja da cidadania neste momento global ambiental histórico. No entanto, a liberdade individual firmada no século XX foi fundamental para a consolidação da autonomia e do reconhecimento da dignidade de todos os seres humanos, tornando-os aptos a neste século implementar a cidadania horizontal dialógica no respeito a igualdade. É também a cidadania horizontal que abre espaço para a discussão dos desafios planetários e a tomada de consciência para novos tempos que exigem a fomentação de solidariedade na cidadania com alcance planetário.

3.6.3. Dimensão Planetária – a ecocidadania. Pertencimento e solidariedade

É na dimensão planetária que se passa a estabelecer a nova cidadania: a ecocidadania. A ecocidadania e a cidadania planetária são axiomas que se equivalem e pressupõem o exercício da solidariedade humana no movimento de unificação da humanidade para a manutenção de *Gaia*.

A cidadania de terceira dimensão é a relação com o *Cosmos*, a cinergia com todos os seres animados e inanimados. Nesta dimensão universal é que o ecocidadão compreende que os efeitos das suas ações e omissões repercutem além dos limites do Estado-nação ao qual pertence por nacionalidade. É neste espaço que a sociedade-mundo acontece.³⁷

Abarca, pois o exercício pleno da cidadania estas três dimensões que se inter-relacionam e intercompletam. É fundamental que não se excluam estágios: a pedra angular é o indivíduo. Este indivíduo deve se construir sujeito autônomo para, em pleno exercício da sua dignidade, estabelecer a convivência solidária com os seus iguais e também com os desiguais, numa atitude consciente e pró-ativa no grupo social onde todos devem estar adequadamente incluídos (cidadania horizontal). Não se pode esquecer a relevância da capacidade política: votar e/ou representar os cidadãos nos espaços de poder estatal (cidadania vertical). Já, a cidadania planetária deve liberar-se das linhas limítrofes do País, transcendendo da cidadania na sua forma convencional.

Contudo, esta concepção de cidadania, na sua dimensão mais ampla exige do instrumento da educação ambiental para realmente acontecer. É a educação ambiental que reconhece o ser humano na sua complexidade e o educa para estabelecer uma relação harmoniosa para consigo mesmo e para com o universo. A verdadeira inclusão social também somente se permitirá com esta compreensão: não é ambientalmente sustentável e também não é antropologicamente interessante todos terem os mesmos padrões de consumo e todos adotarem uma única cultura. Então não pode ser mais a igualdade material (de consumo, de religião, de etnia, de *status*) o fator para a inclusão social. A exclusão deve ser vencida pela capacidade

³⁷ Já discutimos amplamente o conteúdo da cidadania planetária no item 2.9 do presente trabalho ao qual nos reportamos.

de respeito à diversidade humana. Diversidade que, em *Gaia*, é absolutamente necessária para manter o equilíbrio da vida no Planeta. Esta compreensão nos exige que, impreterivelmente, vença-se o individualismo da cidadania estabelecida no paradigma liberal-mecanicista para se configurar a solidariedade como a principal orientadora das condutas humanas para este novo tempo. O Estado Democrático de Direito é, quem sabe, o principal sujeito para, através dos seus agentes e permitindo o encontro dos atores em espaços de discussão democrática, ser fomentador da cidadania para a sustentabilidade humana e ambiental.

4. METODOLOGIA – ESTUDO DE CASO

Para estudarmos os resultados do Programa Brasil Joga Limpo - PBJL - no Município de Estrela, nos aspectos que motivam a presente pesquisa conforme os objetivos expostos na introdução, usaremos a técnica de estudo de caso. Fachin (2003) define o estudo de caso como um método específico em ciências sociais e o caracteriza como sendo “um estudo intensivo”, pelo qual todos os aspectos do caso são estudados em profundidade (FACHIN, 2003, p. 39)

Becker afirma no mesmo sentido dizendo que “[...] o método (estudo de caso) supõe que se pode adquirir conhecimento do fenômeno adequadamente a partir da exploração intensa de um único caso” (1999, p. 117). Na definição de Vergara “[...] o estudo de caso é circunscrito a uma ou poucas unidades, entendidas essas como pessoa, família, produto, empresa, órgão público, comunidade ou mesmo país. Tem caráter de profundidade e detalhamento.” (2000, p. 49).

Na avaliação de Goldenberg:

[...] o estudo de caso tornou-se uma das principais modalidades de pesquisa qualitativa em ciências sociais. O estudo de caso não é uma técnica específica, mas uma análise holística, a mais completa possível, que considera a unidade social como um todo, seja um indivíduo, uma família, uma instituição ou uma comunidade, com o objetivo de compreendê-los em todos os seus termos. (GOLDENBERG, 2000, p. 33).

Definido o que é o estudo de caso, partimos para a classificação de pesquisa em Vergara (2004). Para esta autora a pesquisa se classifica quanto aos fins e aos meios que o pesquisador tem em mente e os objetivos a serem alcançados. Cita que quanto aos fins a pesquisa poderá ser: exploratória, descritiva, explicativa, metodológica, aplicada ou intervencionista. Quanto aos meios usados para investigar poderá ser: pesquisa de campo, pesquisa de laboratório, documental, bibliográfica, experimental, *ex post facto*, participante, pesquisa-ação e estudo de caso. Conforme

afirma a autora, diversos dos meios de pesquisa podem ser usados simultaneamente, conforme objetivo que se determine.

Com o estudo do PBJL estaremos realizando, dentro da perspectiva de Vergara, um trabalho de pesquisa observatória, descritiva e de investigação explicativa. Pretendemos, seguindo orientação de Vergara, inicialmente descrever a Política Brasil Joga Limpo conforme ela foi concebida pelo Governo Federal e como ela foi efetivamente implementada pelo Governo Municipal de Estrela-RS, se neste contexto, os atores sociais tiveram acesso à participação permitindo, com isto, a ampliação da democratização do Estado. Na seqüência estaremos investigando e interpretando como os Gestores Públicos – os atores sociais no empoderamento dos catadores (IORIO, 2002) e fomentadores da educação ambiental, avaliam os resultados da aplicação da política pública. Por último, queremos conhecer os beneficiários do programa e compreender se os conhecimentos de educação ambiental se tornaram efetivos no seu cotidiano, se ampliaram a sua noção de cidadania, se foram incluídos pela sociedade estrelense.

As falas dos atores entrevistados, após categorizadas, serão analisadas pela técnica de interpretação de discursos – na compreensão do que dizem relacionando com o pensamento dos autores referenciados.

4.1. Procedimentos de Pesquisa

Para atender os objetivos da nossa pesquisa a dividimos em três etapas³⁸.

Primeiro: A busca de informações que descrevam a política pública conforme a sua concepção original pelo governo federal. Nossa fonte para alcançar esta meta foi a rede mundial de computadores, onde acessamos os endereços de Órgãos oficiais e de entidades não governamentais pesquisando sempre pelo nome do Programa. Tentamos também entrevistar a profissional encarregada pela Caixa Econômica Federal como intermediadora da Política pública, todavia esta remetia a busca de informações juntos aos *sites* e também a manuais que teriam sido entregues à coordenação do PBJL em Estrela já no início do convênio. Fizemos

38 No anexo 1 constam as atividades desta pesquisadora para a efetivação de cada um dos objetivos específicos propostos.

buscas a estes documentos já no ano de 2007, porém logramos saber do “Guia metodológico para implantação do Fórum Municipal Lixo e Cidadania e Sistema de Gestão Participativa dos Serviços de limpeza urbanos” em outubro de 2008.

Segundo: Para compreendermos como se operacionalizou o PBJL em Estrela, pudemos confrontar as informações federais com a documentação local disponibilizada pela Secretaria Municipal da Fazenda de Estrela, através do Departamento de Elaboração de Projetos. Nesta análise se pôde compreender como se operacionalizou administrativa, jurídica e contabilmente a implantação da Proposta Brasil Joga Limpo em Estrela.

Trata-se de cinco volumes. Dois volumes contêm cópia do projeto original e documentos relativos aos que foram encaminhados pelo Governo de Estrela para habilitação ao edital no. 05/2001 do FNMA/Brasília. Constam destes volumes a tramitação do respectivo projeto no MMA/Brasília, inclusive às observações dos examinadores do MMA. Esta documentação foi paginada pelo próprio MMA. No setor de Projetos de Estrela foi encadernada em dois volumes: I e II. Identificados como AMPLIAÇÃO DA UTL 2001-2007, Contrato de Repasse 01262381/2001/FNMA/MMA/CAIXA – “Documentação que estava no Fundo Nacional do Meio Ambiente referente a este contrato”. Para facilitar a citação da referência neste estudo nomeamos como: Docs.FNMA/MMA/DF, volumes I e II.

Mais dois volumes são respectivos a readequação do Projeto feita pelo Governo de Estrela. Estes são identificados neste estudo como: Projeto de Readequação da UTL/Estrela, volumes I e II. O projeto original teve que ser aditado em 2003, tanto pedindo a prorrogação de prazo para aplicação de verba federal para a conclusão da UTL, como deveria incluir então o plano social para o trabalho com os catadores de recicláveis, ausência que tinha sido apontada como deficiente no projeto original.

Ainda um quinto volume produzido em 2007, o qual é identificado como Projeto de Complementação ao Projeto Original. Na totalidade analisamos em torno de 700 páginas de documentos (os volumes não apresentam uma numeração de folhas regular).

A documentação supra nos traz documentos técnicos e contábeis relativos a investimentos na Usina de Tratamento de Lixo. Procuramos então o Plano Social relativo a educação ambiental e atenção aos catadores. Obtivemos informações e dados junto à Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social do Município, onde nos foram disponibilizados cópias de arquivos digitais.

Ainda nesta etapa, com vistas a avaliar o programa e a influência que teve na vida dos beneficiados, foram realizadas entrevistas em profundidade com os Agentes da Gestão Municipal responsáveis pela implementação da proposta. Foram identificados os Atores locais, técnicos responsáveis pela consolidação completa da UTL até o ano de 2007, como também os que coordenaram o aspecto social/educacional do PBJL. Todos estes profissionais tem formação superior. Três destes profissionais são servidores do quadro efetivo³⁹ e em 2007 – quando da entrevista - ocupavam cargos políticos como Titulares de Secretarias Municipais.

Estes Atores Sociais, implementadores do Programa serão identificados como Agente (entendendo o masculino como genérico) e uma seqüência de letras: Agente A: que desempenhou a tarefa de elaborar o Plano Social em 2003 – é assistente social, servidora efetiva há 20 anos Município, ocupa cargo de Secretária da Saúde e Assistência Social. Agente B – é assistente social, trabalhou na coordenação da efetivação da proposta social em 2004. Agente C – assistente social contratada em 2005 para atenção aos catadores e outros aspectos sociais do PBJL em Estrela; Agente D – químico industrial contratado para gerir a UTL quando o Município retomou a gestão direta da sua atividade, Agente E – formada em administração de empresas, compõe o quadro efetivo do município, ocupa o cargo de Secretária da Fazenda - sua contribuição maior foi nos dar acesso às cópias dos documentos contábeis e administrativos supra identificados, Agente F – é bióloga e integra o quadro efetivo do município, ocupa o cargo de Secretária Municipal do Meio Ambiente e Saneamento Básico.

Estes seis profissionais responderam a entrevista constante do anexo 3. Assinaram antes o termo de consentimento de participação - anexo 2. As entrevistas foram gravadas e ocorreram em novembro de 2007 e março de 2008, totalizando 247

³⁹ Quando citamos “vínculo efetivo” e “servidor de carreira” trata-se da situação do profissional que prestou concurso público específico para a sua área.

minutos. Foram todas gravadas. A entrevistadora foi absolutamente bem recebida por cada um destes agentes públicos que não tiveram receio em falar sobre acertos e descompassos.

Terceiro: As ações sociais e educacionais do PBJL em Estrela contemplaram, inicialmente, grupos diferentes da comunidade. Também os catadores eram atendidos em ações diversas. Conforme observamos, o grupo de catadores contratado para a atividade de triagem na UTL é o que recebeu maior investimento em educação ambiental e assistência de uma maneira geral. Fizemos com estes a entrevista constante do anexo 4. Estas entrevistas foram realizadas no mês de novembro de 2007. Esta pesquisadora foi até o local de trabalho dos entrevistados – a UTL – sendo que lá o Agente C explicou o motivo da presença da pesquisadora naquele local. Todos os trabalhadores foram convidados a participar, porém, aderiam voluntariamente. Participaram 14 trabalhadores – com os quais conversamos totalizando 165 minutos. Todas as entrevistas ocorreram em espaço reservado na UTL e os entrevistados, de uma maneira geral, se sentiram muito a vontade durante a conversa expondo, sem receio as suas compreensões sobre as questões apresentadas - mencionam inclusive sobre suas práticas delituosas, sobre violência doméstica que sofreram e a dependência do álcool.

5. A POLÍTICA PÚBLICA BRASIL JOGA LIMPO

5.1. Cenário inicial

O município de Estrela já dispunha da UTL – Usina de Tratamento de Lixo - em funcionamento desde o ano de 2000. Contudo, o projeto não estava completamente instalado. Desta forma, a Administração Municipal fez busca de recursos para fazer a conclusão. Em agosto de 2001, o Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA fez chamada aos Municípios através do edital no. 05/2001/FNMA que tornava público a disponibilidade de R\$ 6.718.949,00 (seis milhões, setecentos e dezoito mil, novecentos e quarenta e nove reais) – recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente - para investir em projetos de GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS.

Estrela então se habilitou a receber recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente no ano de 2001, apresentando o projeto de ampliação da UTL. O orçamento do projeto era da ordem de R\$ 700.659,00. Para que o Município pudesse receber as verbas federais deveria já preencher uma série de pré-requisitos entre os quais destacamos: comprovar a inexistência de crianças trabalhando em lixões e o compromisso na erradicação de lixões. O projeto estrelense foi considerado apto a receber os recursos do FNMA.

Os recursos originários do Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA seriam da ordem de R\$ 548.240,00 – para investimento na compra de máquinas e equipamentos para a UTL, e a contrapartida do Município deveria ser de R\$ 152.419,00 a serem usados em equipamentos e também em programas de atendimento às pessoas que sobrevivem do lixo, portanto, os catadores. Houve a assinatura de convênio em 2001, o qual se estendeu até dezembro de 2007 quando foi feita a última prestação de contas.

Neste sentido então se envolvem os nossos objetos de estudo: a ação do Estado Democrático de Direito: representado no ente Federal – a União – e o ente mais próximo da população - o Município – que promovem conjuntamente uma política pública: o primeiro no alcance de recursos, na determinação de condições e de fiscalização, o segundo na efetiva execução da proposta. Política pública que é promovida para a sustentabilidade ambiental, na qual se propõe o adequado destino dos resíduos sólidos urbanos quer promover a inclusão social e sustentabilidade humana das pessoas que sobrevivem do lixo e a educação ambiental que atinja toda a comunidade.

5.2. Configuração da Política Pública a nível federal

Conforme a página do Ministério do Meio Ambiente⁴⁰ na rede mundial de computadores, a diretriz federal do PBJL objetiva efetivar as propostas da Agenda 21 para a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável. O Brasil é um dos países subscritores dos compromissos internacionais gerados a partir da Agenda 21, pelo qual assumiu o compromisso de estabelecer programas e ações nesta ordem: redução de resíduos, aumento de reutilização e reciclagem, depósito e tratamento e fomento aos serviços que se ocupam de resíduos. O mesmo site informa que o Programa Brasil Joga Limpo se inseriu no Plano Plurianual 2000-2003 do Governo Federal, integrando o programa Avança Brasil, e é gerenciado pela Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos – SQA.

O Programa Brasil Joga Limpo tem como objetivo geral: promover a melhoria da qualidade ambiental nos assentamentos humanos e incrementar a capacidade de gestão ambiental integrada no meio urbano e rural. O site oficial do Programa Avança Brasil⁴¹ informa que o Programa Brasil Joga Limpo está voltado para a gestão ambiental no meio urbano e rural. O objetivo do Programa, conforme este site, é reduzir a geração, aumentar a taxa de coleta e de disposição final adequada, a reciclagem, o reaproveitamento e o tratamento de resíduos e garantir meios de disposição ambientalmente adequados.

⁴⁰ Fonte: www.mma.gov.br.

⁴¹ Informação do site: <http://www.abrasil.gov.br/avalppa/elavalppa2002>.

Especificamente na gestão ambiental urbana (o aspecto que interessa a presente pesquisa), busca-se reduzir a geração de resíduos, a sua reciclagem, o gerenciamento integrado e a disposição adequada, por meio da implementação de Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos urbanos. Na sua concepção o Programa Brasil Joga Limpo está voltado para a gestão ambiental no meio urbano e rural. Os problemas ambientais urbanos afetam 82% da população nacional, que vivem hoje nas cidades. Embora haja outros aspectos que devam ser atacados e o tema seja amplo e complexo, o MMA atribuiu prioridade à questão dos resíduos sólidos urbanos por ser este um tema insuficientemente abordado por políticas públicas, coerentes com a sua gravidade e dimensão nacional e suas nefastas conseqüências para a saúde, o bem estar da população e a qualidade do meio ambiente.

Conforme continua o site do Programa Avança Brasil, a atuação do Governo Federal na área de resíduos sólidos urbanos, além de recente, encontra-se, também, pulverizada em diversos órgãos. O Programa Brasil Joga Limpo buscou cobrir, principalmente, o vazio institucional existente para suprir a demanda dos municípios com população urbana entre 20 e 100 mil habitantes. Neste contexto, o Programa deverá ter um escopo intersetorial, para de forma global abranger as ações do MMA, da Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano - SEDU/PR e FUNASA.⁴²

As diretrizes principais do MMA na implementação do Programa são baseadas na Agenda 21⁴³ para a gestão ambiental urbana; os quatro capítulos voltados ao manejo ecologicamente saudável dos resíduos (capítulos 19 a 22) e no capítulo 4, que trata de mudança nos padrões de produção e consumo. Cita que como principal estratégia de atuação do Programa a descentralização de recursos para municípios, por meio de convênios.

42 O Programa Brasil Joga Limpo também atua no Meio Rural: onde ataca as causas que resultam em impactos ambientais (desmatamento, erosão, enchentes, contaminação dos recursos hídricos, resíduos de agrotóxicos), que agravam a situação de pobreza na área rural e em cidades de pequeno porte. A atuação se dá na elaboração e disseminação de informações e/ou de normas, critérios e instrumentos tecnológicos e metodológicos de gestão, que orientem os assentamentos humanos no meio rural, nos aspectos relacionados ao uso adequado do solo, saneamento rural, proteção de matas ciliares e mananciais, uso e manejo dos resíduos sólidos do campo, oriundos de atividades agrícolas e não-agrícolas, incluindo a gestão de resíduos agroindustriais e domésticos. (Fonte: site Programa Avança Brasil). Face o nosso interesse de pesquisa ser relativo à política desenvolvida no meio urbano, focaremos as demais informações oficiais do programa voltadas especificamente para esta ação.

43 O texto integral da Agenda 21 está disponível no mesmo site www.mma.gov.br - linck agenda 21.

Na área urbana a estratégia adotada na implementação do **Programa é de articulação com o Fórum Nacional Lixo e Cidadania para o fortalecimento das ações do MMA**⁴⁴, no que diz respeito à implementação do Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Urbanos.

O PBJL é desenvolvido pelo MMA por meio de quatro ações, sendo três de responsabilidade da Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos – SQA⁴⁵ e uma a cargo do Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA. A que beneficiou Estrela é da atribuição do Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA, que desenvolve a ação de Fomento a Projetos de Gerenciamento e Disposição Adequada de Resíduos Sólidos. A finalidade desta ação é o apoio a projetos municipais, voltados para a implantação de Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos, obras de disposição final, unidade de tratamento e coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos.⁴⁶

O site do MMA divulga que no ano de 2001, por meio da ação “Projetos Demonstrativos Visando a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e Saneamento Ambiental” foi possível atender os projetos de gerenciamento integrado de resíduos de 114 prefeituras municipais de várias regiões do país. Informam o apoio geral a 120 projetos⁴⁷. Para a seleção dos projetos apresentados, foram definidos pela SQA os critérios técnicos, sanitários e sociais, constantes do manual intitulado: Orientações Básicas para Solicitação de Recursos - Exercício 2002 (disponibilizado no site da SQA). Em articulação com o FNMA, e consulta a técnicos de diversos estados da Federação, foram definidos como prioritários os municípios integrantes dos programas Comunidade Solidária ou Comunidade Ativa, municípios turísticos e potencialmente turísticos, municípios reconhecidos como patrimônio histórico, os que tenham retirado crianças dos lixões e os que possuam legislação específica de

44 Os grifos são desta pesquisadora. O objetivo é chamarmos a atenção para a relevância do Fórum Lixo e Cidadania que vem citado diversas vezes como Órgão orientador das ações do MMA.

45 Para termos a dimensão de todo o programa, são definidos como da responsabilidade do SQA: Projeto de Gestão Ambiental Urbana e Regional (desenvolvida através da Ação: Projetos Demonstrativos Visando a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e Saneamento Ambiental). Ação de Implantação de Sistema de Informação ambiental Relativo à Gestão Integrada de Resíduos. No Projeto de Gestão Ambiental Rural desenvolve a terceira ação: de Implantação de Instrumentos Tecnológicos e Metodológicos de Gestão Ambiental dos Assentamentos Rurais.

46 Citamos somente esta ação e seus resultados porque é o objeto do nosso estudo. Demais ações e seus resultados constam do site citado.

47 Entre estes projetos, está portanto, o do Município de Estrela.

resíduos sólidos, que tenham qualquer forma de cobrança para custeio dos serviços de limpeza urbana, dentre outros.

O *site* do Programa Avança Brasil avalia que o principal resultado do PBJL é a promoção da melhoria da qualidade de vida das populações urbanas. Este resultado é alcançado com a implantação de sistemas de gerenciamento integrado de resíduos sólidos (acondicionamento, coleta convencional e seletiva, tratamento e disposição final), por meio de investimentos, **desde que garantidos os conceitos básicos estabelecidos em conjunto como o Fórum Nacional Lixo e Cidadania: (1) erradicação do trabalho infantil no lixo; (2) assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público, para eliminação do lixão; e (3) elaboração de plano social, para inserção dos catadores no processo de coleta seletiva.**⁴⁸

Face à importância deliberativa do Fórum Lixo e Cidadania que vem bem caracterizado nestas informações oficiais, buscamos conhecer do que se tratava.

5.2.1. Fórum Nacional Lixo e Cidadania

Informações constantes do site oficial⁴⁹, o FÓRUM NACIONAL LIXO E CIDADANIA se formou no ano de 1998, composto inicialmente por 19 instituições. A organização teve o incentivo do UNICEF - conforme *site*⁵⁰ IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal) a primeira reunião aconteceu na sede do UNICEF em Brasília. O Fórum Nacional Lixo e Cidadania foi idealizado como um espaço social de articulação para o planejamento e implementação de ações de combate à erradicação do trabalho infantil, apoio e fortalecimento ao trabalho dos catadores de materiais recicláveis e a erradicação dos lixões no nosso país. As entidades que o compõem são órgãos governamentais, ONGs, entidades técnicas e religiosas que atuam em áreas relacionadas à gestão do lixo urbano e na área social.

48 Grifos desta Pesquisadora. O fato da citação do Fórum Nacional Lixo e Cidadania ter uma presença tão forte, fizemos pesquisa específica direcionada a este Órgão.

49 Fonte: www.lixoecidadaniapr.org.br consultado em 15.05.08.

50 www.ibam.com.br – acessos em março de 2008.

A motivação inicial para a realização do Fórum, conforme consta do site da ABES⁵¹ foi a preocupação com o resultado da pesquisa do UNICEF em 1998, que revelou a existência de 50.000 crianças e adolescentes⁵² vivendo no e do lixo no Brasil. A partir desta provocação inicial, órgãos públicos federais, organizações não-governamentais, o Ministério Público, Igrejas e Prefeituras com experiências em andamento – realizaram um *workshop* e criaram o Fórum Nacional Lixo e Cidadania, o qual envolve atualmente envolve 49 parceiros conforme site.

Durante a discussão, estes atores sociais, perceberam a complexidade do problema: não havia condições de atacar somente a problemática que envolve o trabalho infantil, mas também a necessidade de envolvimento e fortalecimento da família para a retirada das crianças do trabalho da coleta de materiais recicláveis. Devido ao fato dessas crianças, em sua maioria serem filhas e filhos de catadores de materiais recicláveis, o Fórum Nacional Lixo e Cidadania propôs instrumentos e mecanismos para a sustentabilidade dos catadores de materiais recicláveis, sendo eles: universalização da coleta, treinamento de pessoal, programas de educação e mobilização social, cobrança pelos serviços prestados e legislação específica.⁵³ “Em 1999, um ano após ter sido criado, o Fórum Nacional lançou a campanha Criança no Lixo Nunca Mais, para sensibilizar os governantes e a sociedade com o propósito de que todas as crianças e seus familiares tenham seus direitos sociais efetivados e uma vida digna e mais humana.”⁵⁴

Conforme informa o site do IBAM, foi o Fórum Lixo e Cidadania que colocou em discussão a questão social essencialmente atrelada à gestão de resíduos sólidos. Não se pode mais pensar no fechamento de um lixão, na construção de aterros e na implantação de sistemas de coleta seletiva sem paralelamente se preocupar com as pessoas que historicamente vivem dos materiais recicláveis e reaproveitáveis. Esta questão está clara tanto que, para os órgãos federais financiadores, a gestão de resíduos sólidos só pode ser feita de forma integrada e compartilhada, com a participação dos catadores. Todos falam a linguagem do Lixo e

51 Fonte: site ABES – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental. www.abes-sp.org.br/lixo_cidadnia/criação_forum1.php - acessado em 15 de maio de 2008.

52 Site do IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal – www.ibam.org.br – acessado em 18.05.2008 – cita que o número encontrado pela pesquisa da UNICEF é de cerca de 45.000 crianças e adolescente.

53 Fonte: site lixo e cidadania.

54 Fonte site IBES.

Cidadania e têm os princípios do Programa Lixo e Cidadania como uma política pública.

O Fórum nacional definiu como principais estratégias: 1 - A articulação das ações e das instituições no âmbito nacional para o cumprimento dos objetivos definidos; 2 - O incentivo à criação de fóruns estaduais e municipais para trabalharem em rede, buscando a implementação de soluções articuladas, integradas e complementares; 3 - O envolvimento do Ministério Público, para vincular legalmente o comprometimento das prefeituras municipais com a solução dos problemas do lixo. 4 - A articulação com os agentes financiadores, para ampliar e dar racionalidade aos investimentos feitos na área (site IBAM).

A partir da reflexão destas experiências, se consolidou uma nova forma de se tratar a gestão do lixo nas cidades, batizada de Gestão Compartilhada do Lixo Urbano, e que passa a inspirar o Programa Nacional Lixo e Cidadania.⁵⁵

Note-se que exatamente esta é a natureza dos projetos conforme delimitados pelo edital 05/2001 que deveriam ser beneficiados pelos recursos do FNMA, ao qual Estrela se habilitou: a Gestão integrada de resíduos sólidos urbanos. O programa Lixo e Cidadania pressupõe a articulação de todos os segmentos necessários à implantação de programas e projetos numa rede de solidariedade e parceria, para colocar em prática as ações que proporcionam a Gestão Integrada e Compartilhada de Resíduos Sólidos (site IBAM).

O site do Programa Avança Brasil⁵⁶ mostra a direta vinculação da política pública BRASIL JOGA LIMPO com o Fórum quando cita que a implantação do programa está trazendo inovações na área de gestão ambiental urbana. O Fórum – constituído por representantes de organizações governamentais e não-governamentais - é então entendido como o local da discussão e elaboração de propostas que vão orientar e até determinar as ações do Governo Federal através de fomento de projetos municipais de destinação de resíduos.

A partir das informações que logramos acessar, conclui-se que a possibilidade do Município de Estrela do Estado do Rio Grande do Sul receber verbas do FNMA

55 Fonte site IBES.

56 http://www.abrasil.gov.br/avalppa/relavalpppa2002/content/av_prog/295/prog295.htm

para a conclusão da UTL exigiu em contrapartida o trabalho de inclusão dos catadores, a erradicação do trabalho infantil e o compromisso de extinção de lixões. Estas exigências de contrapartida voltadas para a sustentabilidade humana e ambiental somente foram estabelecidas face a discussão democrática e interdisciplinar de atores, em nível federal, no espaço público do Fórum Nacional Lixo de Cidadania. Neste espaço público estabeleceu-se a discussão entre os atores que examinaram a questão sob o prisma da complexidade: não bastava extinguir os lixões para que as crianças parassem de trabalhar neles, era necessário lhes angariar outras formas de sobrevivência. As crianças eram membras de famílias que viviam da catação, e que, se se fechasse os lixões, estas milhares de pessoas perderiam suas únicas fontes de renda. Propõe o Fórum então a Gestão Integrada e Compartilhada de Lixo Urbano, orientando que, os Municípios não poderiam receber recursos do FNMA para demandas relativas a resíduos se não tivessem a proposta que visualizassem também a questão humana e social: propõe-se a erradicação de lixões, porém, de outra sorte, atende-se os catadores. Entendeu-se também necessário o chamamento do Ministério Público o qual deveria fazer uso da força coercitiva do Estado – sempre respaldado na Lei - para obrigar os Gestores Municipais a determinadas condutas: compromisso com a extinção de lixões e a erradicação do trabalho infantil.

Todo o processo encetado pelo Fórum Nacional Lixo e Cidadania somente é possível em um Estado Democrático de Direito. O Estado que, conforme Jacintho (2006), deve ser radicalmente democrático para que os influxos sociais cheguem ao poder (VIEIRA, 2005). Os influxos somente são possíveis através da movimentação de atores sociais (TOURAINÉ, 2002 e PORTILHO, 2005) e da capacidade reflexiva destes atores (GIDDENS, 2002).

Conclui-se que se não houvesse a exigência federal da inclusão dos catadores, esta proposta não teria sido trabalhada pelos gestores locais com a ênfase que recebeu, embora a questão ambiental em Estrela estivesse recebendo já considerável atenção⁵⁷. O interesse primeiro era o recurso do FNMA para a conclusão da UTL: houve descompasso no desenvolver do projeto físico com a

⁵⁷ Citamos: UTL já parcialmente instalada, a já instalação do CONDEMA, a campanhas de separação de resíduos domésticos já realizada em 2000. Também já trabalhos de assistência social com a organização de catadores: foram incluídos em programas de habitação e tentativa da sua organização em cooperativa.

implantação do programa social. Na verdade manifesta-se nisto limites na capacidade de gestão do Administrador Municipal, como também se gerou pela descontinuidade das ações face às trocas de Administração – e a falta de visão de alguns gestores da necessidade de visualizar-se esta ação em sua complexidade.

Conforme supra, a proposta do Fórum Nacional Lixo e Cidadania é de que se organizem os Fóruns Estaduais e Municipais Lixo e Cidadania, para que nestas instâncias se democratize as discussões nas questões que envolvem os resíduos urbanos. Os Fóruns nestas instâncias, a exemplo do nacional, deveriam ser o espaço democrático para o encontro dos atores locais na discussão sobre as questões da sustentabilidade, e no caso de Estrela, a orientação das ações sociais de PBJL e a discussão da gestão dos resíduos de forma geral.

5.3. Como a proposta se instalou em Estrela – histórico

O que motivou os gestores do Município de Estrela a buscar recursos federais, foi, portanto, a conclusão da instalação da UTL. O plano social visando inclusão dos catadores e educação ambiental se dá por uma exigência do FNMA em contrapartida aos recursos liberados. O Fórum Nacional Lixo e Cidadania que orienta as ações do MMA para que, com a destinação de recursos para projetos de adequado destino de resíduos sólidos, salienta que não se renegue a questão social e humana envolvidas nesta complexidade.

5.3.1. Histórico da instalação da UTL

A área de terras para a instalação de UTL foi desapropriada de forma amigável em 1998. O manual de operação da UTL/Estrela foi elaborado por convênio do Município com a FATEC – Fundação de Apoio a Tecnologia e Ciência – e a UFSM - Universidade Federal de Santa Maria. O projeto da UTL foi elaborado em 1998 (anexo 04, volume II, Docs/FNMA/MMA/DF). Na ocasião da inauguração em 2000, “[...] por falta de recursos não foram instalados todos os equipamentos necessários para atendimento das especificações do manual de operação.” (vol.II, Docs./MMA/Brasília, p. 92).

O município se habilitou para recebimento de verba federal (recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente) com a publicação do edital no. 5/2001 do Fundo Nacional do Meio Ambiente – publicado no Diário Oficial da União, na pag. 115, do dia 9 de agosto de 2001 (Docs.FNMA/MMA/DF, vol. I, p.269). O respectivo edital divulga que realizaria, então, a seleção de projetos de GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, prevendo a aplicação de R\$ 6.718.949,00 (seis milhões, setecentos e dezoito mil, novecentos e quarenta e nove reais) por meio de apoio financeiro a projetos com prazo máximo para execução de 24 meses. Puderam concorrer aos recursos instituições pertencentes à Administração Pública direta.

O governo de Estrela apresentou o projeto como o Título de “Ampliação da Infraestrutura da UTL ESTRELA e Implantação do Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos visando a implementação da Coleta Seletiva com Valorização dos Catadores” (Docs./MMA/Brasília, 2 volumes). Conforme consta do mesmo, no seu resumo: “O projeto foi elaborado com o objetivo de ampliar as linhas de operação e infraestrutura da Usina de Tratamento de Lixo Doméstico UTL/Estrela”.

No volume I dos Docs.FNMA/MMA/DF compilam todos os documentos mostrando que o Município de Estrela estaria em condições de receber a verba federal, entre os quais destacamos: “Termo o de Adesão ao Programa Lixo & Cidadania – conforme listagem da UNICEF” – a listagem do UNICEF foi juntada entre as fl. 205 a 211. Também consta da exigência do Termo de compromisso de Eliminação de Lixões – ao que consta no volume II dos Docs.FNMA/MMA/DF, fl. 78 que o “[...] antigo lixão de Estrela foi ‘desativado em julho de 2000’⁵⁸ uma vez que então já foi instalada a UTL e iniciou a primeira campanha de separação de lixo.

À fl. 270 do volume I, os técnicos analistas de FNMA, em sua avaliação sobre o projeto de Estrela argumentam: “Aspecto negativo: inconsistência do plano social: não está clara a absorção dos catadores e grupos afetados. Não apresenta detalhamento do programa de capacitação”, cita como ponto positivo: o já andamento da instalação da UTL, que consideram “satisfatória”. O projeto foi considerado “qualificado” (fl. 270). Diário Oficial da União do dia 19 de novembro de

58 Note-se que aqui estão as exigências estabelecidas pelo Fórum Nacional Lixo e Cidadania conforme pesquisamos na Política Pública a nível federal – item anterior.

2001 publica a chamada para assinatura do convênio de repasse dos recursos (p. 283, volume I Docs.FNMA/MMA/DF).

Conforme valor da consolidação orçamentária (fl. 277), os investimentos seriam de: originários do FNMA – R\$ 548.240,00; da CP (Contra-partida do Município) R\$152.419,00. Valor total do orçamento R\$ 700.659,00. O valor de repasse (conforme plano de aplicação p. 286 volume I) de recursos do FNMA será investido em obras, instalações, material permanente e outros aplicados na UTL. Da contrapartida do Município, R\$ 107.319,00 devem ser investidos em recursos financeiros e R\$ 45.100,00 na despesa do treinamento de catadores/plano social e despesa com responsável técnico, (no momento da elaboração do projeto era um engenheiro civil - fl. 286, vol I). O repasse de verbas para a UTL de Estrela foi aprovado na 15ª. Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional do Meio Ambiente – realizada nos dias 18 e 19 de outubro de 2001. (p. 288, vol I).

Em 14 de dezembro de 2001 foi assinado o Contrato de Repasse no. 012623811/2001/FNMA/MMA/CAIXA, na ementa do qual é definido como “Contrato de repasse que entre si celebram a União Federal, por intermédio do Fundo Nacional do Meio Ambiente, da Caixa Econômica Federal, e o Município de Estrela, objetivando a execução de ações relativas ao Programa Brasil Joga Limpo”. Da definição do papel de cada uma das pessoas jurídicas envolvidas no pólo do contratante, consta: a pessoa jurídica de repasse é a União Federal, por intermédio do Fundo Nacional do Meio Ambiente, que é identificado como Gestor do Programa, que por sua vez é representado pela Caixa Econômica Federal, instituição financeira sob a forma de empresa pública, que assume a qualidade de Agente Operador (p. 289, vol. I, Docs.FNMA/MMA/DF). A partir desta assinatura, os valores passaram a ser depositados em conta da Prefeitura Municipal de Estrela na Caixa Econômica Federal, Agência de Estrela, para serem investidos conforme plano de trabalho subscrito pelas partes. (p. 289, vol. I, Docs.FNMA/MMA/DF).

Conforme o edital, o convênio, uma vez assinado, teria 24 meses para realizar o seu objeto – o uso integral das verbas, a obra da UTL totalmente concluída e o plano de atenção aos catadores realizado. Os 24 meses se concluíram no final de 2003. Porém, ocorreram descompassos: o plano social foi elaborado em 2003 e as

primeiras ações sociais e educacionais ocorreram somente em 2004, a instalação da UTL se concluiu em dezembro de 2007 com o fechamento da prestação de contas. Durante a implantação, houve dois apontamentos de irregularidades pelo Tribunal de Contas do Estado do RS. Estas delongas exigiram e pedido de prorrogação de prazo de convênio e readequação do projeto.

Em 2005, já com nova Administração eleita, observa-se que a proposta se tornou efetiva como externa as palavras do Agente F: “Nós queremos e nós vamos fazer! Houve o comprometimento de todo o grupo com a retomada da UTL, a atenção aos catadores e com a realização do Fórum Lixo e Cidadania”. A UTL passa a cumprir com eficiência a sua tarefa a partir do momento que a administração direta retoma a sua gestão, há um interesse continuado pelos catadores e, a realização do espaço de discussões no Fórum Lixo e Cidadania Municipal se tornou compromisso mensal.

5.3.1.1. A readequação do Projeto

Desde a sua instalação em 2000, a UTL era gerenciada por uma Empresa prestadora de serviço terceirizada (Contrato consta do vol. II, dos Docs.FNMA/MMA/DF, fls. 124 a 128). Em vista de problemas de operacionalização desta empresa, em 2006, governo do Município de Estrela teve que fazer readequações (Plano de Readequação – Volume I, p. 3)

Conforme esses documentos, durante 18 meses, desde 2000, a UTL funcionou adequadamente, porém no “início do ano 2002 começaram a ocorrer inadequações operacionais na UTL que culminaram em situações críticas diagnosticadas em julho de 2002” (Plano de Readequação – Volume I, p. 3). Foi instaurada sindicância administrativa para apurar a situação. A própria Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Estrela, através dos seus profissionais, emitiu parecer técnico apontando a incapacidade da Empresa terceirizada de gerenciar a UTL e fazê-la cumprir a sua tarefa. Além disto, a licitação para compra global de todo os equipamentos para completar a instalação da UTL- usando dos recursos do FNMA que já se encontravam depositados em conta na Caixa Econômica Federal de Estrela desde 2001 - somente aconteceu em 2003. Esta licitação “[...] foi objeto de

apontamento pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul” (Plano de Readequação – Volume I, p. 4). Face estas circunstância, houve a rescisão do contrato com a terceirizada em junho de 2005. (Plano de Readequação – Volume I, fl. 5)

Em janeiro de 2005 a Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Saneamento Básico – SMMASB iniciou o processo de recuperação da UTL: após a rescisão com a terceirizada, foram contratados vinte e cinco (25) operários, dentre estes, vinte (20) catadores⁵⁹, para as tarefas a serem desenvolvidas. Foi contratado também, um Gerente em turno integral. (Plano de Readequação, 2006, Volume I, p. 7). Retomou-se o trabalho na UTL com a adequada destinação do lixo doméstico que ficou acumulado no pátio de compostagem da UTL, na seqüência foi implantada a coleta seletiva em todo o Município e lançada uma nova campanha para separação do lixo doméstico.

Face os entraves citados, se fizeram necessários pedidos de prorrogação de prazo para a conclusão do objeto do convênio, uma vez que também o processo licitatório para compra dos equipamentos de UTL teve que ser refeito. Conforme declara em entrevista da o Agente E: o processo de implantação da UTL e a respectiva prestação de contas junto ao FNMA – apresentado à Caixa Econômica Federal (Agente Operador⁶⁰) – foi concluído em dezembro de 2007.

5.3.2. Como se implementou o aspecto social proposto pelo PBJL

Passaremos a analisar agora como se deu a implantação da proposta social exigida pelo FNMA como contrapartida municipal a destinação dos recursos federais.

5.3.2.1. A compreensão dos gestores municipais anterior ao PBJL

Anterior ao PBJL, relata o Agente A, já havia o trabalho do município com relação à assistência aos catadores: houve a criação de loteamentos populares tirando as famílias de zonas alagáveis. “Isto tão logo que esta atividade (a catação)

⁵⁹ Nas suas entrevistas: os Agentes C e D afirmam que a empresa terceirizada que prestava serviços na UTL não tinha compromisso com o aspecto social do programa, a mão de obra era livremente contratada por ela.

⁶⁰ Conforme termo de convênio já citado.

surgiu como uma fonte de renda para os mais excluídos”. Nesta época - se refere ao período em que os catadores ainda trabalhavam no lixão que existiu até 2000 - havia já a intenção de organizá-los em cooperativa para terem melhor poder de barganha no momento da venda do produto do seu trabalho. Porém, conforme o mesmo entrevistado: “[...] face o alto grau de dependência que estes apresentavam, esta tarefa não se apresentou possível”.

O redator⁶¹ do Projeto **Ampliação da Infraestrutura da UTL ESTRELA e Implantação do Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos visando a implementação da Coleta Seletiva com Valorização dos Catadores** menciona o item aspectos sociais (Docs.FNMA/MMA/DF, vol. II, p. 78) que, com a desativação do lixão de Estrela em julho de 2000, os catadores então existentes foram todos transferidos para a usina de reciclagem e compostagem - UTL. Entende-se que foram contratados então pela terceirizada ali instalada. Continua afirmando o projeto que, porém, parte destes catadores “voltaram a catar na rua em função de não se adaptarem a um serviço com hora marcada e tarefas a cumprir.” (p. 78). O mesmo documento informa que levantamento prévio feito dá conta de que cerca de 5% dos resíduos sólidos urbanos de Estrela são coletados pelos catadores, e estes materiais comercializados com as cinco empresas que compram os resíduos recicláveis, os acondicionam e os vendem por um preço três vezes maior.

Já antes do convênio com o FNMA, o município de Estrela, quando da colocação em operação da UTL – julho de 2000, também já se lançou a campanha para a coleta seletiva de lixo, com o foco direcionado a toda a população, era slogan: “Invista na sua Qualidade de Vida”. Este projeto foi o ponto de partida aplicado na prática do plano de gerenciamento integrado de resíduos sólidos urbanos. Ocorreram diversas atividades com o comprometimento da população destacando-se o Fórum de Resíduos Sólidos onde foram debatidas as alternativas locais do empreendimento proposto, regulamentações e criação de Conselhos Municipais. (Docs.FNMA/MMA/DF, vol. II, p. 79).

61 A pessoa que assinou a redação do Projeto original encaminhado ao FNMA é falecida.

5.3.2.2. O descompasso inicial e o Plano Social

O Agente F informa que, quando da instalação do Programa Brasil Joga Limpo em Estrela houve, inicialmente, um descompasso entre a realização da parte social exigida e a consolidação da obra da UTL. “A obra começou a ser feita e o programa social não. No final da Administração anterior houve a pressão de outros órgãos fiscalizadores nossos que disseram: cadê o trabalho social?” Informa que então na Administração anterior (Gestão 2001 – 2004) contratou uma assistente social, fizeram a primeira reunião com os catadores, fizeram o primeiro Fórum de Cidadania Fórum Lixo e Cidadania. Que “[...] ocorreram dois Fóruns na administração anterior, e vinte e tantos agora.” relata o Agente.

De fato, somente em 2003 o Agente A foi chamado para redigir o Plano Social exatamente neste período de pressão quando a Caixa Econômica Federal exigia o a apresentação e a implementação do Plano Social. O Agente A argumentou com a administração municipal que os profissionais que constavam do quadro não poderiam assumir as tarefas que propôs para serem realizadas no Plano Social, indicando a necessidade de contratar um Profissional com dedicação exclusiva. A partir do ano de 2004 foi contratada uma Assistente Social somente para atender a contrapartida social do Município no Programa Brasil Joga Limpo. O assessor desta assistente social foi entrevistado como Agente B.

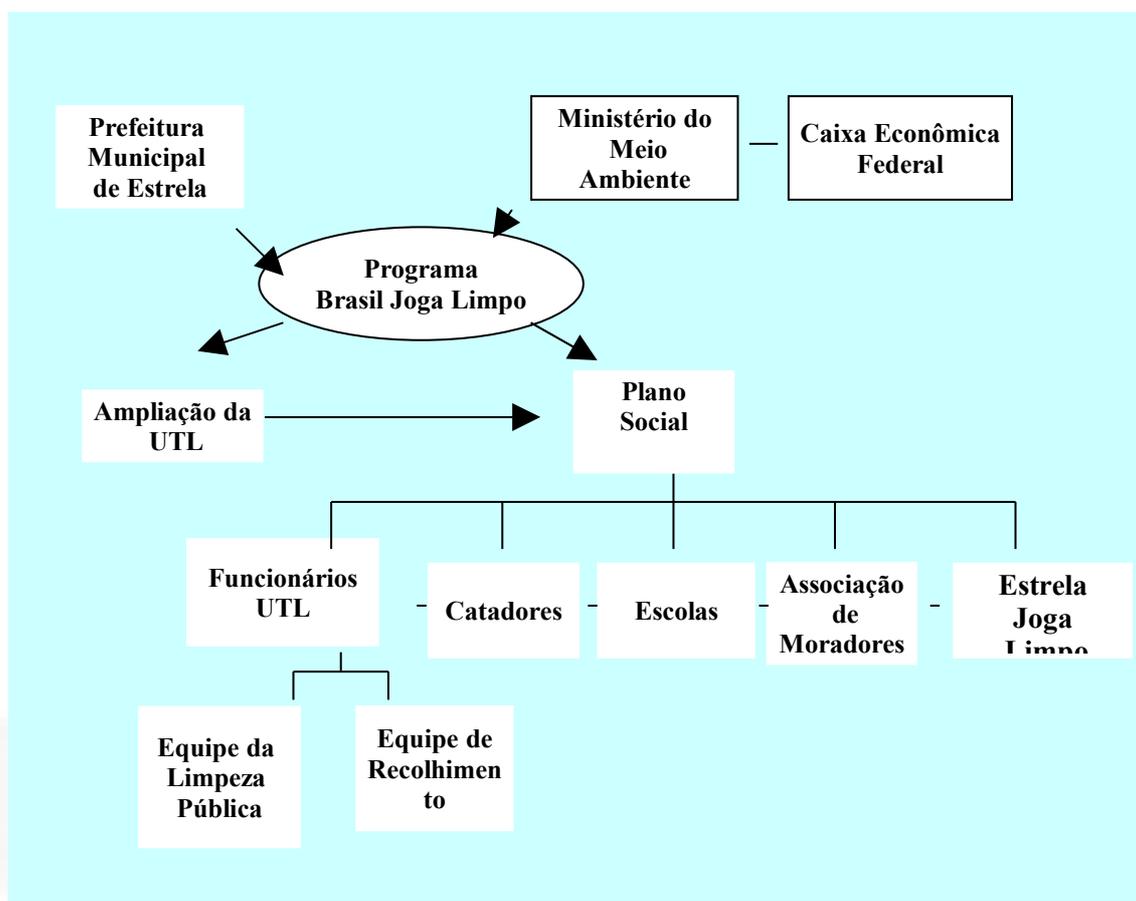
A partir de então, o PBJL se operacionaliza em duas frentes, conforme expressa o Agente D: “Uma parte do Programa Brasil Joga Limpo é a parte da otimização da própria usina, parte operacional. Junto tem a assistência social que é o trabalho com o pessoal da usina e os catadores da Cidade.”

5.3.2.3. Primeira etapa do programa social

Conforme o Agente A, o PBJL a partir de Brasília – sempre com a intermediação da Caixa Econômica Federal – exigia que deveria haver o plano social direcionado para a assistência aos Catadores e também de “envolvimento da Comunidade como um todo.” Buscou-se localizar o plano social original elaborado pelo Agente em 2003 - porém não houve êxito (não se sabia a exata localização deste documento impresso).

Na entrevista com o Agente B tivemos acesso ao plano social efetivado a partir do ano de 2004 salvo em arquivos digitais – sendo que informa que se trata do plano original, elaborado pelo Agente A, com algumas adaptações. Dos arquivos digitais que nos foram alcançados pelo Agente B extraímos as informações mais relevantes para se compreender como os gestores municipais visualizavam a proposta e como a trabalharam.

FIGURA 1 - Organograma do PBJL em Estrela elaborado em 2004.



Fonte: Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social de Estrela – Arquivo Agente B.

O organograma acima permite visualizar as instituições envolvidas e como a Administração se dispõe a implementar o Plano Social. Observa-se um leque muito amplo de pessoas e entidades que deveriam ser atingidas pela educação ambiental, desde os trabalhadores da UTL (que em 2004) ainda era operacionalizada pela empresa terceirizada, nestes se destacando a equipe de limpeza pública composta por servidores municipais e a equipe de recolhimento – profissionais que trabalham

no caminhão de lixo contratados por terceirizada. Os catadores são identificados como um grupo de pessoa dispersas (sem nenhum grau de contato de umas com as outras) e que viviam do recolhimento de recicláveis como atividade individual ou de colaboração dos familiares. Houve um forte foco na promoção de educação ambiental no ensino formal – escolas. Vê-se – conforme também informa o Agente B em sua entrevista – que se trabalhou com as associações de bairro na sensibilização dos líderes para a questão ambiental. O programa Estrela Joga Limpo foi uma proposta de conscientização dos servidores públicos de cada Secretaria para a separação de lixo no ambiente profissional, para tanto houve contatos para sensibilização e disposição de cestos de lixo específicos nas Secretarias.

Conforme observamos desta proposta do ano de 2004, os grupos a serem atingidos eram diversos. Especificamente com relação aos catadores se propunha como objetivo do Plano Social: “Capacitar catadores de lixo com vistas de propiciar organização, geração de renda, acesso à rede de serviços de atenção básica, mudanças de hábitos e costumes”.

Conforme já dito, a educação formal recebeu já então uma intensa atenção se tendo como objetivo no mesmo plano: “Capacitar professores como multiplicadores na melhoria da qualidade de vida da comunidade através da educação ambiental”. Também, volta-se à sensibilização das lideranças da comunidade propondo como objetivo: “Capacitar lideranças nas comunidades com vistas a comprometê-los na sensibilização e mudança de hábitos referentes a cuidados com o meio ambiente e coleta seletiva de lixo.”

5.3.2.3.1. Ações realizadas com os catadores em 2004

A primeira ação social realizada com os catadores foi visitá-los em seus *habitats*. Houve um primeiro cadastramento (entre agosto e novembro de 2004) das pessoas que sobreviviam da catação: encontradas 35 pessoas envolvidas diretamente que totalizavam, com as suas famílias, 91 pessoas. A partir deste cadastramento, construiu-se um primeiro perfil dos catadores moradores de Estrela:

Perfil catadores de Estrela, conforme levantamento realizado em 2004 por equipe onde participava o Agente B. As tabelas a seguir nos foram cedidas para

análise por este Agente, constante dos arquivos digitalizados da Secretaria Municipal da Saúde e da Assistência Social de Estrela. Foram reproduzidos no presente exatamente como os recebemos.

TABELA 1 -Faixa etária dos catadores de Estrela - 2004

Faixa Etária	Nº	%
25 a 30 anos	5	14,28
31 a 35 anos	1	2,86
36 a 40 anos	5	14,28
41 a 45 anos	8	22,86
46 a 50 anos	4	11,43
51 a 55 anos	5	14,28
56 a 60 anos	3	8,57
Mais de 60 anos	4	11,43

Fonte: Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social - Estrela/2004. Arquivo digital agente B.

Observa-se aí que os catadores encontrados em 2004 em sua maioria estão entre os 41 a 45 anos. Não consta destas informações se pessoas desta faixa etária majoritária estão na atividade informal porque não logram se recolocar no trabalho formal em vista da sua idade – o que pode ser deduzido. Também se verifica a presença de pessoas idosas, demonstrando-se que ainda o Estado democrático de Direito não logrou atender os direitos assistenciais da terceira idade, tanto que eles se vêem obrigados a buscar, na venda de recicláveis, uma complementação de renda – se pressupondo que todos tenham o benefício previdenciário.

TABELA 2 - Escolaridade dos Catadores – 2004.

Escolaridade		
Classificação	Nº	%
Não alfabetizados	06	20
Semi-alfabetizados	09	17,1
Até a 4ª série do Ensino Fundamental	15	48
Ensino Fundamental Incompleto	04	14,3
Ensino Fundamental Completo	00	0

Fonte: Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social - Estrela/2004. Arquivo digital agente B.

Os índices mais significativos são de pessoas analfabetas – 20% - e de pessoas com formação nas quatro séries iniciais – 48%. A pobreza é sempre marcante como característica de exclusão social (DEMO, 2006) porém, falta de capacidades humanas é também preponderante para a compreensão do tema conforme relatório de Desenvolvimento Humano da ONU de 2004. Esta falta de capacidades, que aqui se visualiza na baixa escolaridade, limita a compreensões de mundo e acessos importantes para estes sujeitos. A expectativa é que a educação ambiental fomentada a partir do PBJL, consiga empoderar estas pessoas a construir a sua autonomia no exercício da cidadania subjetiva, habilitando-os a, em um segundo momento, fazerem o exercício da sua cidadania horizontal e a exercer a sua cidadania vertical sem mais serem vítimas de clientelismo de políticos inescrupulosos. E, também, num terceiro estágio – que caminha junto com os demais – compreender-se cidadão do mundo no exercício da solidariedade planetária.

TABELA 3 - Origem da renda das famílias.

Origem da Renda		
Fonte	Quant.	%
Venda de materiais recicláveis	18	51,4
Venda de materiais recicláveis+Benefício Previdenciário	03	8,6
Venda de materiais recicláveis+ Programa do Governo Federal	08	22,7
Venda de materiais recicláveis+ Cesta Básica	03	8,6
Venda de materiais recicláveis+Benefício Prev. + Prog. Gov. Federal	01	2,9
Sem renda (doença, sem carrinho)	02	5,7

Fonte: Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social - Estrela/2004. Arquivo digital agente B.

Mais da metade das pessoas que foram encontradas em 2004 viviam exclusivamente do valor da venda dos recicláveis. Os demais, além da venda dos materiais, também contavam com benefícios assistenciais federais ou municipal. Duas pessoas informam que não dispunham de renda alguma.

TABELA 4 - Renda mensal dos catadores em reais – 2004.

Renda Mensal		
FAIXA EM R\$	Nº	%
0	02	5,7
30 a 60	02	5,7
80 a 100	08	22,9
130 a 180	07	20
200 a 290	07	20
300 a 400	08	22,9
500	01	2,9

Fonte: Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social - Estrela/2004. Arquivo digital agente B.

Conforme tabela 4 do presente, o levantamento de 2004 indica que somente um dos 35 catadores encontrados na época tem renda maior que R\$ 500,00 por mês. O maior número de pessoas se situa entre as faixas entre R\$80,00 a R\$ 100,00 e R\$ 300,00 a R\$ 400,00. Há de se considerar também que esta renda deve ser dividida entre os integrantes da família.

O Agente B esclarece que as informações constantes das tabelas 1, 2, 3 e 4 foram produzidas para serem usadas em reuniões com entidades (provavelmente as reuniões iniciais do Fórum Lixo e Cidadania) retratando o perfil dos catadores. Conforme este mesmo profissional, a proposta inicial era a formação de uma associação com os catadores. Face às dificuldades (a burocracia para implementação de uma cooperativa e as dificuldades de relacionamento dos próprios catadores), outras ações pontuais foram implementadas, consideradas mais essenciais: o acesso a documentos (RG, CPC, título de eleitor) e a inclusão nos programas de saúde e educação. Depois de cadastrar os catadores, a equipe passou a promover encontros e capacitações para eles. Permitir que eles se conhecessem; conforme afirma o Agente B: “[...] Não adiantava a gente os apresentar para a população em geral se eles não se conheciam.”

As ações sociais deste período, além de se direcionar para os catadores, também visaram outros grupos – conforme já exposto na figura 1 supra que mostra o organograma. “Nas escolas a receptividade foi muito boa”, afirma o Agente B. Foi feita a primeira mostra de trabalhos produzidos pelos alunos a partir do lixo. Outra vitória que cita como relevante foi conseguir incluir a educação ambiental no Plano Municipal de Educação. Entendemos que há um grande mérito nesta última

conquista, pois conforme veremos adiante na avaliação do Fórum Lixo e Cidadania ponto 5.4, as crianças e adolescentes, a partir dos processos de educação ambiental formal e no Fórum Lixo e Cidade, vêm se constituindo atores sociais pela divulgação das práticas sustentáveis, inclusive incentivando mudanças no cotidiano privado das famílias – que é o espaço da transformação - vide 2.8 do presente.

Para a divulgação das idéias de sustentabilidade e ações que estavam sendo implementadas também se usou dos meios de comunicação: rádio e jornais. A equipe dispunha de um programa de rádio aos sábados. Fazia-se a divulgação junto às reuniões das Associações de Moradores. Conforme o Agente B a preocupação era mostrar para os diversos públicos que o trabalho dos catadores é importante para toda a comunidade “[...] não só para o sustento dos catadores e da família destes. Que o trabalho deles tem haver com a visão de todo o Município. De dar sentido ao que eles fazem”. Mostra-se o esforço deste Profissional de promover a inclusão social dos catadores, expondo à comunidade de cidadãos incluídos a relevância ambiental do trabalho de reciclagem dentro do contexto da sustentabilidade do qual depende a vida de todos, na proposta de fomentar o respeito e a solidariedade para com os catadores face a relevância do papel social destes.

No ano de 2005, já então com outra Gestão na Administração Municipal, ocorreu a seleção para escolha de novo profissional encarregado da área social do PBJL, enquanto também, neste período, ocorria a ebulição em torno de se rever o contrato da empresa terceirizada que geria a UTL face as irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas do Estado-RS e a sua incapacidade de atender as demandas.

5.3.2.4. Segunda Etapa: Enfoque do trabalho social e ações a partir de 2005

Entende-se com base nas entrevistas dos Agentes, que a partir do ano 2005 e seguintes foi-se estabelecendo um suporte mais forte para as ações sociais do Programa Brasil Joga Limpo em Estrela. Há a composição da Equipe de Trabalho com um foco qualificado para o Meio Ambiente a partir do novo governo Municipal. Com este andar, o Agente C – nova assistente social selecionada para efetivar a

parte social do PBJL local - começou a exercer as suas atividades a partir da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Saneamento Básico e não mais a partir do Setor de Assistência Social da Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social. Paralelo a isto vem então a retomada a UTL pela Administração Municipal com a rescisão de contrato com a terceirizada, a contratação dos catadores agora vinculados ao emprego formal na UTL (contratos emergenciais) e a conclusão daquela obra com os recursos advindos do FNMA, a conclusão da execução do objeto do convênio – o que se consumou em dezembro de 2007 com a prestação de contas final. Este assumir de compromisso aparece muito forte na palavra do Agente F, quando se refere a 2005: “[...] E aí, eu acho que começou a haver o envolvimento: nós queremos fazer, nós vamos fazer!”

O Agente C não apresentou a esta pesquisadora um plano social escrito (novo). Afirma que orientou as suas atividades na compreensão de que as exigências do PBJL a partir de Brasília eram: a erradicação do trabalho infantil na catação, o enfoque na questão da coleta seletiva e a assistência aos catadores. Afirma que o enfoque local do PBJL é a questão da inclusão social dos catadores e a educação ambiental que é levada para as escolas em todos os níveis.

A primeira ação social direcionada aos catadores que esta nova equipe desenvolveu - ação conjunta entre o Agente C e F - foi a visitação nos seus *habitats*. Nestas visitas eram orientados/das individualmente para melhor exercerem a sua atividade. Também foram solucionadas questões básicas relacionadas à luz, habitação, saúde, higiene, a questão da presença de animais em área urbana (semelhante trabalho já tinha sido realizado pela primeira equipe de 2004 da qual participou o Agente B). O Agente F afirma que neste procedimento já se realizava a investigação sobre as crianças trabalhando com catação, fazia-se o encaminhamento dos mesmos para a escola e se inseria a família em benefício social a que tinha direito. Nestas visitas foi feito novo cadastramento e agora localizados 156 pessoas que viviam da coleta e venda de recicláveis. “[...] Em 2006 apareceram mais uns 20”, conforme Agente C. A partir desta informação interpreta-se que o grupo de pessoas que vivem de coleta e venda de recicláveis é volátil. Há um grupo de pessoas que se mantém mais constante. Porém, outras famílias imigram, se instalam em alguma casinha na periferia sendo identificadas como catadores face os volumes de

recicláveis que se acumulam no pátio, quando então são visitadas pelos Agentes, e orientados sobre a sua atividade se receptivos à visita.

A ação seguinte do Agente C foi a realização de reuniões com os grupos de catadores – promovendo o seu encontro coletivo - nas quais recebiam orientações de como realizar melhor o seu trabalho. Também puderam apresentar as suas reivindicações diretamente ao Prefeito. Reivindicaram então a construção de galpões para realizar o seu trabalho de separação após a coleta na via pública, com isto evitando-se o acúmulo de materiais nos pátios. Os galpões foram efetivamente construídos nos Bairros onde se concentravam as famílias.

No período em que foi rescindido o contrato com a prestadora de serviço na UTL, e a decisão pela Administração de assumir a atividade diretamente, foi feita reunião entre a Administração com a Caixa Econômica Federal para avaliar a possibilidade de contratar os catadores para trabalharem na triagem. Foram selecionados então 20 catadores entre os 156 que tinham sido identificados/cadastrados⁶² a partir do ano de 2005. “[...] Foi o primeiro emprego formal de todas estas vinte pessoas” conforme afirma o Agente C. Estes trabalhadores, ao assumirem a atividade na UTL, tiveram a orientação de psicóloga, de Agentes da Administração explicando a natureza do serviço público, de Bióloga explicando a relevância ambiental do trabalho de triagem junto às esteiras, são beneficiados com ginástica laboral, entre outros (Agente C).

Ainda durante o período das contratações de caráter emergencial, alguns dos catadores inicialmente selecionados não se adaptaram ao sistema formal de trabalho e voltaram para rua para catar, havendo alterações sucessivas no quadro. Porém, há o testemunho dos que não querem voltar para a informalidade e afirmam, conforme o Agente C: “[...] depois que eu conheci o trabalho de carteira (CTPS), eu nunca mais vou voltar a ser catador. Eu vi, que além de fazer reciclagem, tá contribuindo com o meio ambiente, eu vou ter a minha carteira assinada.”

Estes catadores eram contratados em caráter emergencial, adquirindo as vantagens relativas da CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas do Brasil. Porém, o Tribunal de Contas do Estado apontou como irregular “a reincidência do caráter

⁶² Conforme Agente C, muitos destes 156 foram encaminhados para emprego formal em empresas de Estrela e de Lajeado.

emergencial” dos contratos que vinham se reiterando a cada seis meses. A Administração teve então tomar “[...] uma decisão rápida: ou terceirizava novamente a atividade da UTL ou realização concurso público para suprir as vagas da UTL” (Entrevista Agente D). Em conjunto com os Agentes da Caixa Econômica Federal foi decidido pelo concurso que ocorreu nos primeiros meses de em 2007. O Agente C avalia que dos 20 catadores que se encontravam naquela oportunidade vinculados, somente dois não passaram no concurso. Então, 18 catadores do grupo original foram efetivados pelo Município para trabalharem na UTL.

Desde que o Município retomou a atividade da UTL, os materiais triados são vendidos em leilão público. Conforme Agente D, o leilão dos materiais recicláveis cobre em torno de 50% da folha de pagamento. Porém, devem ser consideradas outras despesas de infra-estrutura da UTL. Este profissional também afirma que muito do material nobre como os metais, não chega até a UTL⁶³. Ele é recolhido antes da rua pelos catadores que permanecem autônomos e negociam diretamente com as empresas recicladoras.

O grupo de trabalhadores da UTL recebe orientações constantes em reuniões periódicas com o Agente C. Os demais catadores continuavam sendo assistidos com visitas domiciliares e na orientação que eles buscavam diretamente junto à Assistência Social na própria Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Saneamento Básico.

5.4. Sobre o Fórum Municipal LIXO e CIDADANIA

Sachs (2007) propõe que as estratégias de ecodesenvolvimento não devem ser impostas de cima para baixo, mas sim devem ser projetadas e implementadas pela população, auxiliadas por políticas de capacitação eficazes. Novos comportamentos e atitudes devem ser propostos a partir da autonomia livre do indivíduo, no seu comprometimento com o global – a garantia da vida de todos é um processo coletivo: por mais que o indivíduo possa ter riquezas materiais, estas de nada lhe valerão dentro do colapso natural. Com esta orientação de Sachs queremos

⁶³ O Município de Estrela contrata um serviço de coleta por caminhões, sendo estas cargas de resíduos – em média 3 cargas por dia, o que equivale de 15 a 20 toneladas – levadas até a UTL onde o lixo (tanto da zona urbana quanto rural) é triado pelos trabalhadores. Conforme Agente D, são reciclados de 15 a 20 materiais diferentes.

analisar o Fórum Nacional Lixo e Cidadania e observar como foi a sua efetivação na versão municipal.

O Fórum Nacional Lixo e Cidadania é uma possibilidade de democratização dos processos de gestão – o que é possível dentro do Estado Democrático de Direito. As deliberações desse Fórum foram decisivas no gestar do Programa Brasil Joga Limpo a nível federal - conforme já estudado no ponto 5.2.1 e, inclusive interferiu no estabelecimento das condições de como os recursos públicos – no caso os recursos do FNMA – deveriam ser alcançados aos municípios interessados em estabelecer um programa adequado de destino dos resíduos sólidos urbanos. O Fórum Nacional representa então um espaço público de encontro dos atores sociais, que através da sua capacidade reflexiva (GIDDENS, 1996) num espaço de democracia dialógica, e também observando a complexidade da questão envolvendo os resíduos sólidos urbanos, orientaram a política pública PBJL para a sustentabilidade e para a cidadania inclusiva.

A experiência a nível federal foi considerada de tal forma exitosa que foi redigido um manual para a multiplicação da proposta, tendo este Guia o objetivo de “[...] capacitar os municípios que tenham interesse em aperfeiçoar o gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos e/ou que estejam recebendo financiamento para investimentos no setor, fortalecendo as ações implantadas e propiciando sua sustentabilidade, por meio da criação de um modelo de gestão participativo” (GUIA, 2003, p.4). A orientação era então para que o município de Estrela, como tinha recebido recursos, instalasse o Fórum Municipal Lixo e Cidadania para que neste espaço fosse discutida a “Gestão Participativa dos Serviços de Limpeza Urbana”. A recomendação era então que o Fórum Lixo e Cidadania ocorresse a nível municipal reunindo elenco semelhante e tendo a mesma finalidade do similar federal, qual seja, ser um espaço para fazer a discussão sobre a implementação da gestão integrada dos resíduos sólidos além de discutir as questões da sustentabilidade humana e ambiental envolvidas.

Com a implementação do plano social do PBJL, os Fóruns Municipais Lixo e Cidadania passaram a ocorrer desde 2004. Foram realizados em duas oportunidades com os moldes federais de ser um espaço de discussão entre os atores locais. A partir de 2005, muda-se esta orientação. Conforme o Agente C, continuava-se

compreendendo, como nos moldes de 2004, que o Fórum deveria ser um momento de debates, de diálogo entre as instituições da comunidade sobre a questão ambiental, “[...] mas como em Estrela, apesar da mobilização, eram pouquíssimas as instituições que iam ao Fórum, foi então resolvido levar o Fórum para as escolas, pra alcançar as crianças, adolescentes e professores.” Pretendia-se com isto que alcançando educação ambiental para as crianças e adolescente, estes teriam as informações para sugerir mudanças de atitude nas famílias.

Outra motivação da mudança de público também se deu pela falta de compreensão da situação dos catadores quando os representantes de instituições, nos primeiros Fóruns, se manifestavam no seguinte sentido: “[...] Ih, meu Deus, por mim podia ‘matá’ tudo!” (entrevista Agente C). Quando o assunto foi imigração, lideranças disseram que, se conhecendo a origem da família no cadastro produzido, se deveria mandar todos os catadores de volta para o município de nascimento.

Avaliaram os Agentes do PBJL que não havia um nível de consciência de sustentabilidade e solidariedade que permitisse discussões e decisões neste espaço, no qual se visualiza o autoritarismo cultural conforme é descrito por Dagnino (2004). Entendemos este preconceito excludente como determinante da cultura da população estrelense: valorizadora do trabalho como fator de dignificação e da educação formal (*self made man* de DEMO, 2002) perfil no qual não se enquadravam os catadores: de baixa escolaridade ou analfabetos, não adeptos ao trabalho formal, dependentes de assistência estatal, inicialmente invasores de áreas alagáveis do Município, sendo os primeiros que necessitavam de socorro em caso de enchentes. Pode-se observar neste público de cidadãos incluídos a falta de domínio de conceitos de sustentabilidade e solidariedade, pouco dispostos a abrir mão de seus “confortos”, além de terem as suas compreensões de mundo embasados nos conceitos utilitaristas do capitalismo (GIDDENS, 1996). Conforme alerta Garcia-Canclini (2006) e Giddens (1996) pode haver resistência do consumidor-cidadão para a adoção de condutas pela sustentabilidade, porque estes entendem que há invasão das determinações do público na sua esfera privada, que, conforme a cidadania liberal, é um espaço íntimo familiar, com ética própria, fechado ao interesse público. Esta conduta se observa na absoluta resistência da maioria da população em

separar os resíduos domésticos e na adoção de novas práticas fomentadoras de sustentabilidade.

Os Agentes consideraram que era necessário investir forte em educação ambiental e entenderam que as crianças e adolescentes do ensino formal seriam estes agentes e que poderiam mudar as concepções dos adultos, já que com eles são vinculados por uma relação afetiva - os cidadãos compreendem sempre a orientação do Estado como coercitiva, a rejeitando. Assim, conforme o Agente C a conscientização “[...] começa em casa, de casa vai para os arredores, dos arredores vai para a sociedade, da sociedade vai para a cidade, e da Cidade para os outros Municípios.” Nisto se confirma o pensamento de Portilho (2005) que as mudanças de conduta para a sustentabilidade devem acontecer no espaço privado, passando o cotidiano (GIDDENS, 1996) a ser o espaço da implementação das transformações. Compreendiam os Agentes que as crianças e adolescentes, munidos de educação ambiental, poderiam operar transformações de pensamento nas suas famílias e as transformações se irradiarem para adiante. Operacionalizada desta forma, as novas condutas não seriam impostas, seriam fruto da própria emancipação dos consumidores-cidadãos através da tomada de consciência do alcance dos seus hábitos de consumo.

Nestas condições, a educação ambiental torna-se um instrumento importante para mudar esta realidade a qual, conforme Loureiro (2005), tem a finalidade da construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento da realidade da vida e a atuação lúcida e responsável dos atores sociais individuais e coletivos no ambiente. O Agente E observa que “[...] tem que se insistir sempre na mesma tecla, tem que sempre fazer campanhas e mais campanhas”. O Agente F informa que (em novembro de 2007) “[...] já estamos na vigésima sexta edição do Fórum”.

Os Agentes C e F avaliam que a mudança de público do Fórum Lixo e Cidadania foi acertada. Agora, as crianças, através dos Fóruns, estão sendo as reprodutoras das idéias pela sustentabilidade e têm como mudar as concepções dos adultos, constatou-se “[...] que a visão dos pais em relação aos catadores e à educação ambiental já modificou bastante em vista das novidades trazidas pelas crianças da escola.” (Entrevista Agente C). As escolas também têm acesso a visitas

na UTL, lá as crianças e adolescentes “[...] chegam e dizem: que nojo [...] eu não sabia que era assim que eles mandavam o lixo, que era tudo misturado!” As crianças tiram então fotografias e as mostram em casa. “[...] Através da educação ambiental das crianças e adolescentes, os adultos têm sido levados à mudança de condutas.” considera o Agente C. O reflexo da mudança comportamental é observado no fato de agora a comunidade colaborar com os catadores: “[...] eles colocam o material separado na rua para os catadores levarem, as crianças também têm divulgado o valor de economizar água e também divulgam o uso da sacola retornável.” Conclui que: “[...] Nós devemos muito do que foi feito às crianças.”

Embora o objetivo do Fórum Lixo e Cidadania seja congregar atores para discussão da gestão dos resíduos urbanos, o deslocamento acabou por surtir este efeito positivo na promoção da educação ambiental: conforme a observação dos Agentes citados, as crianças e adolescentes se tornaram multiplicadoras dos novos conceitos ensinados nas palestras dos Fóruns Lixo e Cidadania do qual participavam, desta maneira contagiando os adultos, que já passam a ver os catadores com mais respeito e as questões propostas para a redução do consumo e da produção de resíduos com mais simpatia. Confirma-se a possibilidade apontada por Portilho (2005) e Garcia-Canclini (2006) de que o consumo serve para pensar. Nesta perspectiva, o cidadão-consumidor pode converter-se em ator social pela sustentabilidade, para tanto, sendo a reflexividade um dos elementos importantes para a mudança a pensamento a respeito da questão ambiental. Porém, para que haja de fato o compromisso, esta apropriação deve acontecer de forma democrática, passando pelo convencimento autônomo dos cidadãos para a tomada de novas atitudes.

As mudanças de atitudes dependem de um longo gestar. Entretanto, conforme Morin (2003), a noção de pertencimento de todo o ser humano, e o compromisso de todos com *Gaia* é inadiável. Entendemos que esta compreensão parte da educação ambiental que lhes possibilita o entendimento da relevância do trabalho dos catadores: este trabalho contribui para a manutenção do equilíbrio em *Gaia* (LOVELOCK, 2001) fazendo-os compreender que é necessária a solidariedade planetária – num avanço para a cidadania planetária. Esta compreensão do pertencimento biológico de todos (MOURÃO, 2005) nesta tarefa poderá diminuir o

fosso entre as duas humanidades descritas por Martins (1997) aproximando o mundo dos excluídos (ou incluídos de forma precária) e o dos incluídos (cidadãos-consumidores). A sustentabilidade planetária obriga a todos para a solidariedade (KESSELRING, 2007 e COMPARATO, 2006).

5.5. Avaliação do PBJL pelos Coordenadores

Uma vez escrita a histórico da implantação do PBJL em Estrela, compreendidas as suas intenções, tendo sido ouvidos os Agentes Municipais, propõe-se a avaliar alguns dos resultados alcançados conforme a visão destes profissionais, que, conforme Iorio (2002) fizeram e fazem o trabalho de agentes do empoderamento dos excluídos.

O Agente F faz avaliação positiva do PBJL: “[...] Estrela ganhou de duas maneiras: uma de ter o financiamento para fazer a UTL e a outra de ter este trabalho (social com os catadores) realizado.” Mais adiante acrescenta que: “[...] Claro que a gente não solucionou todos os problemas. Na verdade, nós sempre teremos pessoas trabalhando como catadores porque é a única fonte de renda que eles têm!”. Compreende-se da fala deste Agente que o trabalho social deveria tirar todos os catadores da atividade e incluí-los em um emprego formal.

Para a avaliação do PBJL segundo o parecer dos Agentes foram consideradas as seguintes categorias: promoção de cidadania, inclusão social, educação ambiental e auto-gestão.

a) Cidadania

O Agente B afirma que as ações desenvolvidas no seu período – 2004 - fortaleceram a cidadania dos catadores “[...] Embora pareça básica a estratégia inicial de confeccionar documentos, ela foi fundamental para estabelecer a individualidade de cada um dos beneficiados.” Continua afirmando que o “[...] os catadores assistidos passaram a ter cada vez maior autonomia, passavam a ter idéias, tinham sugestões, ficavam eufóricos!” Observamos nestas atividades as condições fomentadoras de uma cidadania subjetiva: a descrição da aquisição de autonomia e criatividade que chega a euforia é a emancipação que se propõe para o

cidadão que, a partir da descoberta do cosmos dentro de si, compreende o que é a verdadeira felicidade conforme a desejava Jeferson na interpretação do Comparato (2007) – vide 2.4, não a procurando mais no consumo.

O Agente C define que emancipação é o processo de criar autonomia: buscar alternativas sem mais assistência. Afirma que não se logrou incluir a todos no processo de socialização. Muitos que foram encaminhados para a UTL não se adaptaram (dificuldade de horário, presença, não aceitaram as regras de administração da atividade formal) foram substituídos e eles continuaram catando na rua. “[...] Porém, eles todos se tornaram indivíduos mais emancipados.” Este Agente entende que qualquer contato que um catador tenha tido com o PBJL já auxiliou em sua capacitação.

O Agente F considera que as pessoas passaram a se sentir melhor com o envolvimento no trabalho social. Acrescenta que: “Nem todos os assistidos melhoraram em termos de cidadania. Alguns não tinham nem condições de conversar conosco, tinham problemas de alcoolismo.” Porém, afirma que muitos outros queriam melhorar e muitos conseguiram esta melhoria através do emprego formal. Alguns conseguiram melhorar a saúde, os filhos, alugar uma casa para morar – revela-se a relação de dignidade material na estreita vinculação com cidadania. Afirma que nem todos aceitaram a proposta: “[...] muitos fecharam as portas quando a gente os queria visitar.”

O agente A avalia que: “[...] Só o fato deles entenderem a importância do trabalho, da reciclagem, já é um grande avanço na questão da cidadania.” Define este entrevistado que: “[...] a cidadania permeia cada uma das ações do nosso dia-a-dia, em questões bem pequenas como a própria decisão de ficar no trabalho formal, ou continuar no trabalho informal, eles poderem decidir, o processo de pensar, isso tudo é cidadania.” Conforme pode-se compreender, a entrevistada vincula a conquista da cidadania com a conquista da autonomia dos catadores e no seu empoderamento pessoal. Acrescenta também “[...] o exercício de cidadania na possibilidade deles ouvirem e serem ouvidos no trabalho em grupo, o que era absolutamente inédito para estas pessoas.” Há nesta fala o exercício da cidadania horizontal na sociabilização dos catadores – eles se compreendem participantes de um grupo que tem situações econômicas e problemas semelhantes.

O Agente C informa que enfoque de cidadania que trabalhou com os catadores foi “[...] ter direitos e deveres como cidadãos.” Acrescenta mais adiante que: “[...] é importante que saibamos quais são esses direitos, pra que possamos buscá-los. Se nós sabemos quais são esses direitos efetivados, a gente não vai ter como buscá-los e saber como buscá-los.” Mostra-se no pensamento deste Profissional pela autonomia pessoal e na busca de garantias sociais – o que próprio que se sugestione para as camadas desfavorecidas.

De uma maneira geral, analisando o discurso dos Agentes, o PBJL em Estrela fortaleceu-se inicialmente a dimensão da cidadania subjetiva: havia a necessidade de primeiro se estabelecer a individualidade deste cidadão onde a simples – e pode-se dizer – assistencialista confecção de documentos teve aspecto relevante. Além do que foram encontradas pessoas que não tinham acesso ao direito que a “racionalidade normal” já entende como “básico” que é o direito de votar, sendo necessário auxiliá-los na sua inscrição como eleitores. Conforme o Agente A, os beneficiados não haviam experimentado antes nenhuma espécie de promoção da sua cidadania horizontal, o que também foi trabalhado: a capacidade de olhar os seus semelhantes. Na visão de cidadania do Agente C vê-se muito presente ainda a vinculação de cidadania com a sua definição liberal: ter direitos e deveres que se estabelecem na cidadania vertical – buscar direitos no Estado. Esta noção de indivíduo portador de direitos foi a que se estabeleceu pelo paradigma cartesiano fortemente estruturado no individualismo, ao qual também se agregaram as garantias fundamentais sociais - permanece no senso comum como a única relação da cidadania, sendo cidadania = cidadão X Estado. Quem sabe, mesmo a partir da noção liberal, pode ocorrer uma mudança de enfoque quando o Agente orienta devem os “direitos devem ser buscados” estimulando-os assim à ação, orientando a que não se conformem com o assistencialismo puro.

b) Inclusão social

Observamos que a noção de inclusão social trabalhada pelo Agente C era inserir os catadores no mercado formal de trabalho, tirando-os da atividade informal de catação, afirma que “[...] muitos foram encaminhados para empresas e continuam empregados.”

O emprego de 20 dos catadores cadastrados como funcionários da UTL - ao invés de terceirizar novamente os serviços, o Município juntou o útil ao necessário: contratou os catadores, promovendo a sua inclusão - pela qual se atendia a exigência federal – com a própria demanda da operacionalização da UTL. Conforme o Agente F, este encaminhamento era economicamente mais vantajoso para o Município além de se considerar os ganhos humanos. Porém, o que esta opção exigiu, foi de fato a maior presença dos Agentes do PBJL face às dificuldades de administrar pessoas com toda sorte de dificuldades. O Agente D descreve assim o grupo de trabalhadores da UTL: Temos trabalhadores que “[...] são mais motivados, têm liderança, em aspectos positivos e outros negativos. Os que têm liderança positiva, a gente procura incentivar e mostrar que é um lugar de trabalho, que eles tem que valorizar.” Acrescenta que: “[...] Eles ganham salário básico, ganham vale alimentação, eles ganham hora-extra quando tem, transporte gratuito. Eles têm orgulho de trabalhar lá (na UTL).” Mais adiante continua este profissional: “[...] Têm os que estão acostumados somente a pedir, então se explica que o trabalho é um serviço de troca, as pessoas tem direitos e obrigações.” Demonstra-se o esforço, nesta fala, de se afastar a atividade de uma política assistencialista e clientelista.

O Agente A afirma que antes da PBJL, os catadores “[...] entendiam a catação como uma simples forma de sobrevivência, agora eles estão vendo que existem outras coisas por trás disso, que eles estão contribuindo com a sociedade como um todo, talvez eles não tenham todo o alcance”. Entende este agente que isto é inclusão. Acrescenta que existem pessoas extremamente preconceituosas em todos os sentidos, não falando somente em renda, opção sexual ou cor, mas eles têm preconceito com os catadores, os consideram perigosos, mal intencionados, dizem: “[...] o mundo seria melhor sem eles.”

A inclusão social ocorreu, afirma o Agente C: “[...] Os excluídos são os não vistos, os não valorizados, não ouvidos. Taxados como preguiçosos, não queriam emprego”. Esta visão que a sociedade de Estrela tinha dos catadores tem mudado, afirma. Acrescenta que antes de se envolverem no PBJL, os catadores se viam como “homens do lixo”, como se auto-definiam. Eles não se sentiam dignos e diziam que a maioria das pessoas “[...] os enxergava, mas era como se não os vissem”. Só passavam a ser vistos quando rasgavam uma sacola de lixo depositada na rua, pois

então as pessoas reclamavam. “[...] No momento em que e eles estavam (pelas ruas) coletando ‘adequadamente’, contribuindo para a preservação do meio ambiente, fazendo o trabalho de coleta seletiva, eles não eram vistos como cidadãos pela comunidade”. Estando mais adiantado o processo – março de 2008: “[...] Agora, eles não se definem mais como os ‘homens do lixo’, agora eles se definem como ‘contribuintes da preservação do meio ambiente’.” O Agente C afirma que os catadores se sentem dignificados, pois passaram a conhecer a importância do papel que executam. O Agente F concorda com os demais afirmando que, incluídos no PBJL, a auto-estima dos catadores melhorou muito.

O Agente A afirma que a oportunidade que o PBJL deu aos catadores de virem para o Centro da Cidade exporem o seu trabalho no Dia da Cidadania⁶⁴, promoveu a empoderamento destes e o sentimento de respeito dos outros cidadãos no reconhecimento da relevância sócio-ambiental do trabalho de catação. Por esta atitude temos a adequada inclusão dos catadores.

Agente D: “[...] Às vezes eles (os trabalhadores da UTL) são discriminados em alguns lugares...” Afirma que agora que compreendem a importância do trabalho que realizam gostariam que a atividade fosse mais reconhecido pela população. Acrescenta que: “[...] mas eu acho que isso tudo (o reconhecimento dos catadores) é uma questão de tempo e as coisas estão mudando, em vista das mudanças que estão acontecendo no Planeta. É por isso que se procura elevar a auto-estima deles e valorizar o trabalho deles.”

O Agente A acrescenta:

“[...] Não só a comunidade de Estrela, mas todo o ser humano tem a questão do individualismo: se me afeta, bem ou mal, eu vejo; mas se não me dou conta do que esta acontecendo é como se fosse comigo. Então, provavelmente, a maior parte da população não tem noção do que está sendo feito. Não tem noção do alcance porque não os está afetando diretamente, pelo menos visivelmente, porque esse tipo de trabalho que envolve o meio ambiente e cidadania afeta todos nós. Investir em assistência social, investir nas pessoas, na verdade, não gasta muito, porque tu tens retorno na área da segurança, na área da educação, na área

64 Trata-se de evento promovido pela Municipalidade e parceiros (Clubes de Serviços, entidades de empresários, ONGs e entidades diversas) que instalam em via pública para prestar serviços (medição de pressão, testes de visão, prestação de informações, documentos, exposição de trabalhos de escolas, apresentações culturais, etc). Neste espaço, os trabalhadores da UTL receberam espaço para expor o seu trabalho: fotografias, materiais achados no lixo, distribuem folhetos ambientais.

econômica, porque as pessoas acabam se inserindo mais, vão gastar mais e isso dá retorno. Ou eles olham com pena ou com raiva para os catadores (...) Porém os comportamentos também já estão mudando: muitas pessoas colaboram com os catadores da rua e entregam diretamente para eles os recicláveis já separados. Estes moradores já devem estar vendo os catadores como pessoas que podem estar contribuindo para o destino adequado dos resíduos. Vê-se a consciência aumentando (...) mas eu não sei se estas pessoas têm a noção do todo”.

Pelo que afirmam os Agentes locais pode-se entender como Morin (2003) que as mudanças para a instalação da sociedade-mundo e da compreensão de *Gaia* será um longo gestar. O egoísmo individualista, citado pelo Agente A, foi ensinado e promovido como valor absoluto durante os últimos séculos em que se estabeleceu o paradigma liberal/mecanicista, como também que a cidadania se bastava na relação vertical com o Estado, não havendo a necessidade de importar-se com o outro. A capacidade de ver o diferente como um parceiro na promoção da sustentabilidade e do exercício da solidariedade com os excluídos, possibilitando vencer a exclusão econômica e cultural através educação ambiental, aponta para uma possibilidade de mudança. Conforme afirmam os Agentes, já há manifestações que podem se observadas: não há a mesma presença de miserabilidade nas periferias da cidade de Estrela e os consumidores-cidadãos estão começando a entender a relevância do papel do trabalho da reciclagem para a vida de todos. Já os catadores, através da educação ambiental têm compreendido a relevância do seu trabalho, ampliado a sua auto-estima com capacidade de se fazer respeitar na sociedade.

Observa-se o sentimento de solidariedade altruísta que os Agentes municipais – pessoas graduadas e incluídas socialmente - têm para com os excluídos, sendo que este aspecto não deve ser relegado a simples obrigação profissional, mas considerado como um indício interessante no sentido da possibilidade dos dois públicos estabelecerem relações solidárias através do programa que tornou possível essa interação – o PBJL.

c) Educação ambiental e auto-gestão

O Agente C afirma que cerca de 80% de todos os catadores assistidos adotaram as condutas para a sustentabilidade ambiental ensinadas. Alega a dificuldade de compreensão: “[...] Muitas dessas pessoas são analfabetas: elas vêem e ouvem, mas têm dificuldade de compreensão.” Afirma que, com os encontros

promovidos entre eles, foram se conhecendo e havendo a sua socialização – porém, não havia ambiente para formar uma cooperativa, face o eminente caráter individual que cada um dava ao seu trabalho. O Agente B tem a mesma compreensão de C. O Agente A acrescenta que os catadores “não conseguem se ater a um projeto maior em vista do seu forte individualismo que existe pela própria condição deles, eles pensam primeiro na sobrevivência deles”.

O Agente C afirma que não foi possível efetivar uma cooperativa entre os catadores porque não estavam prontos para dividir um espaço coletivo: “não estavam preparados para manter o material conjuntamente, um pegava material do outro quando este se ausentava.” E continua: “[...] percebemos que os grupos deveriam ser antes trabalhados em prol do trabalho conjunto, do respeito, do compromisso, do comprometimento e principalmente com a questão de que eles soubessem o que é cidadania.”

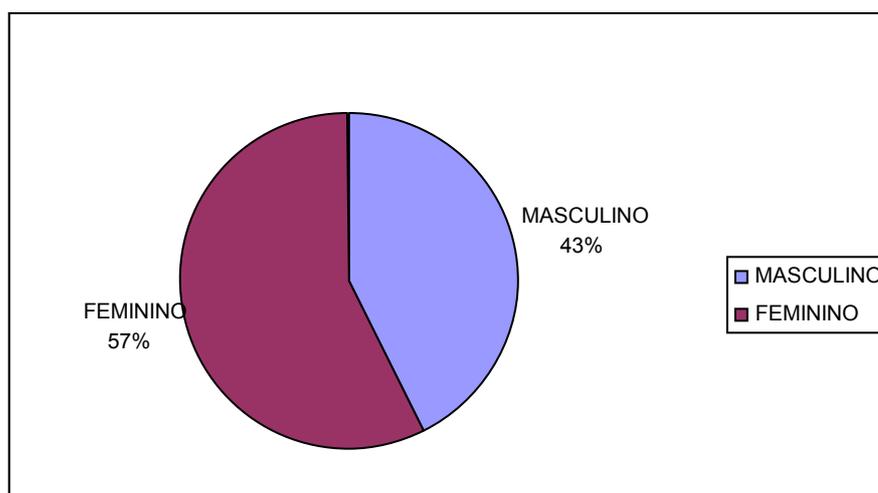
Conforme o Agente A: “[...] A questão social (exclusão social) está permeada por várias situações de vulnerabilidade juntas.” Considera ele que a partir do momento que há uma carteira assinada (contrato na UTL), não há mais como ter uma atitude paternalista com o catador. “[...] Aconteceu que muitos acabaram não sendo aproveitados, mas alguns sim. Outros voltaram para a catação informal.”

A conversão de um indivíduo em sujeito, após em ator social conforme propõe Touraine (2002) não é um processo que se realiza em poucos anos. Ainda de se considerar que os beneficiados do PBJL não tinham nem noção da sua individualidade como supra apontado, havendo a necessidade de primeiro se identificarem como pessoas e criarem a sua autonomia. Os Agentes locais observam a presença do individualismo na conduta dos catadores, o que é entendido como a busca individual da sobrevivência. Para assumir uma proposta associativista, a cidadania horizontal deve estar muito bem assimilada entre os envolvidos. A partir do momento que foram contratados para trabalharem na UTL já tiveram o primeiro contato com o mercado de trabalho, onde o Município deixa de exercer a sua função que até então podia ser considerada somente paternalista para fazer exigências de produtividade. O contrato na UTL pode ser um ensaio para uma proposta seguinte de auto-gestão já que, conforme afirma o Agente C: “[...] a idéia de formação da cooperativa continua.”

5.6. Perfil dos trabalhadores da UTL e avaliação do PBJL por estes atores.

Os dados e informações que exporemos a seguir foram coletados em entrevistas com as pessoas que trabalham na triagem de lixo junto a UTL. Num total de 18 trabalhadores, 14 aceitaram participar das entrevistas.

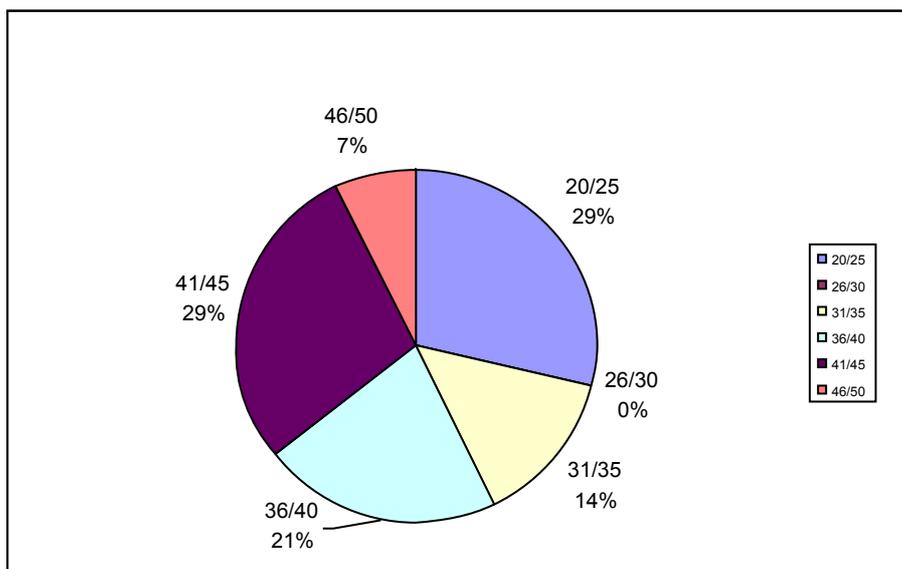
GRÁFICO 01 - Sexo dos trabalhadores



Fonte: Pesquisa de campo.

O trabalho na UTL tem sido procurado como fonte de renda pelas mulheres. Pode-se visualizar daí a baixa qualificação ainda da mão-de-obra feminina - a busca fora do lar de uma atividade que exige poucos anos de educação formal.

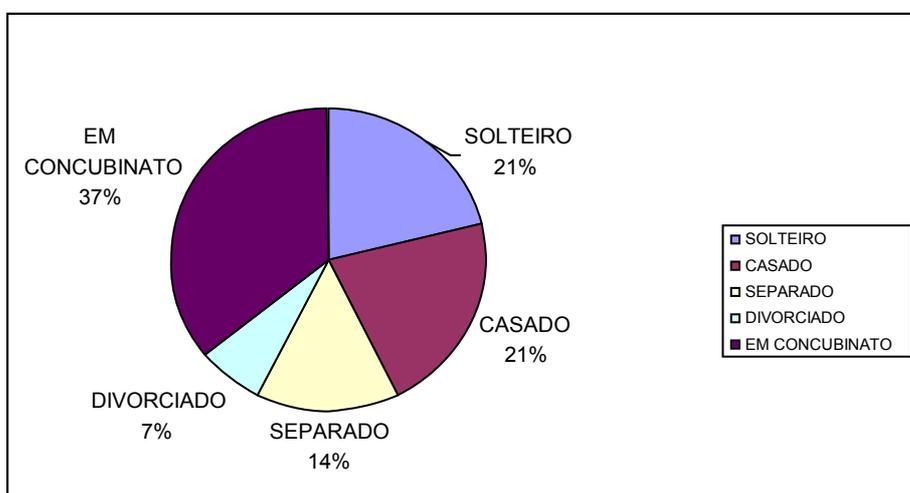
GRÁFICO 02 - Idade dos trabalhadores



Fonte: Pesquisa de campo.

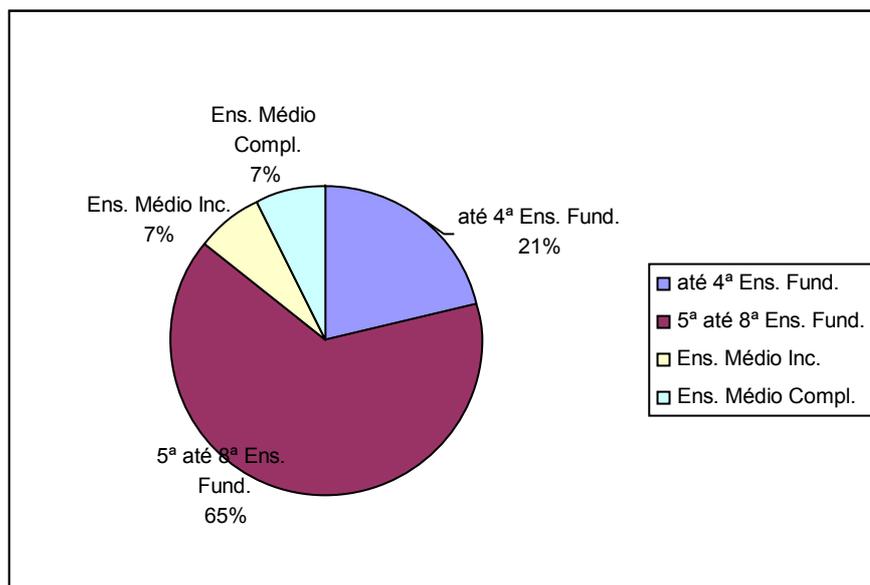
As idades dos trabalhadores são distribuídas por diversas faixas etárias.

GRÁFICO 03 - Estado civil dos trabalhadores



Fonte: Pesquisa de Campo.

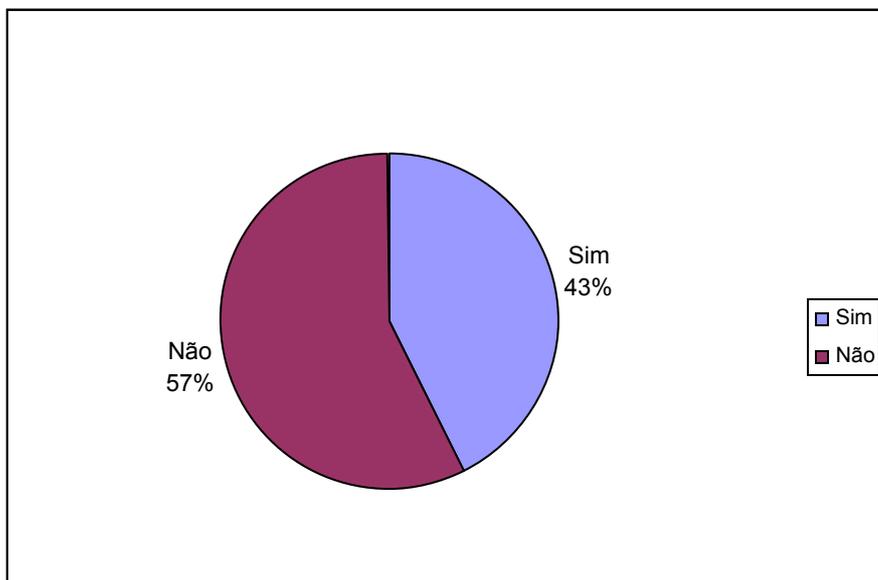
Excetuando os que declararam solteiros, todos os demais trabalhadores tem filhos que dependem da renda do trabalho.

GRÁFICO 04 - Escolaridade dos trabalhadores

Fonte: Pesquisa de campo.

A tendência é que este quadro tenha se alterado consideravelmente após o concurso realizado em 2007. A inscrição na seleção pública exigia a comprovação de escolaridade mínima das quatro séries iniciais. Era indispensável este nível mínimo de instrução, conforme Agente E, para que soubessem identificar o nome dos materiais reciclados e soubessem ler e interpretar orientações escritas. Excluiu-se, com o concurso, os analfabetos. De outra forma, acabou atraindo pessoas de outras atividades que buscavam a estabilidade e remuneração satisfatória pelo nível de exigência do emprego (entre os concursados está um ex-diretor de seção de supermercado). Esta situação fica evidenciada quando se compara a tabela 2 do levantamento feito em 2004, constante do item 5.3.2.3.1 do presente trabalho onde a soma dos não alfabetizados aos com instrução até a 4ª. Serie do ensino fundamental são de 85% do universo total encontrado. No gráfico supra, o maior universo é ocupado pelos que tem escolaridade maior do que 5 anos. O Agente C refere que dos 20 catadores que trabalhavam na UTL antes do concurso somente 2 não lograram ser aprovados. Deduz-se que provavelmente, em vista das dificuldades de adaptação dos catadores a um trabalho formal conforme argumentados por todos os Coordenadores, já se encontrassem na UTL, na época do certame público, os com maior instrução.

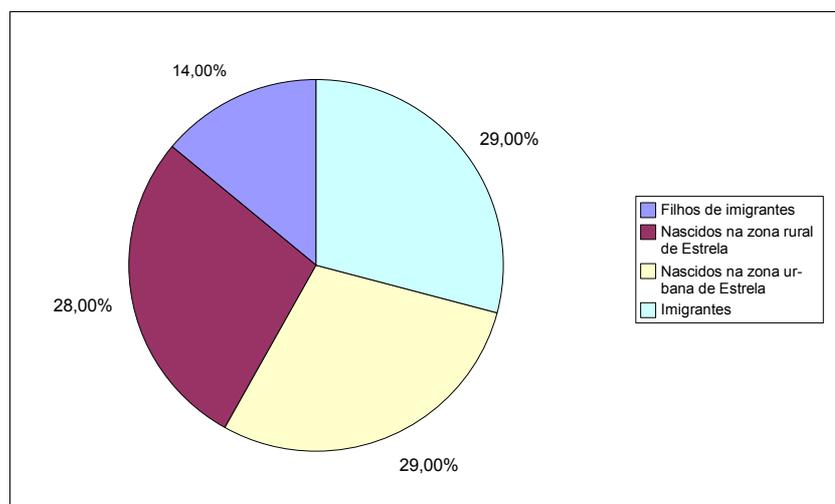
GRÁFICO 05 - Trabalhadores da UTL que já trabalharam com reciclagem antes de ingressarem pelo concurso público.



Fonte: Pesquisa de Campo

Este quadro se refere aos entrevistados que já trabalharam com catação antes de se empregarem na UTL. Entende-se que a presente constatação segue o que se manifestou na análise do gráfico anterior: os que habilitaram para trabalhar na UTL não são necessariamente pessoas que viveram da catação em via pública, mas são pessoas que buscam a inclusão no emprego formal e as garantias do concurso público.

GRÁFICO 06 - Origem dos catadores: migrações



Fonte: pesquisa de campo.

O tema migrações tem relevância quando se estuda exclusão social uma vez que, conforme Martins (1997), os excluídos são pessoas que emigraram face acomodações do capitalismo, buscando melhores condições de vida e renda e que, contudo, nos seus locais de destino não são reincluídas adequadamente.

A tabela 6 demonstra como diferentes processos migratórios atingiram a vida das 14 pessoas entrevistadas. 71% passaram por algum processo migratório; seja 28% em migração interna em Estrela com o abandono da agricultura na zona rural, conforme uma entrevistada: “[...] Meus pais trabalhavam na agricultura, o pai veio se empregar na Polar como guarda”. Ou se deslocaram de outros municípios e estados, sendo que nestas condições temos 29%. Outros 14% já são filhos/filhas de imigrantes.

A presença de filhos de imigrantes demonstra que as imigrações originárias são antigas: aconteceram há 15, 20 ou 25 anos e são oriundas de Municípios como Crissiumal-RS, outros municípios do Alto-Uruguai e da região oeste do Estado de Santa Catarina, e inclusive de outros países conforme a palavra de outra entrevistada: “[...] Minha mãe veio da Argentina, ela casou aqui em Estrela.”

Esta leitura da realidade confirma-se na palavra do Agente A que afirma que:

[...] as pessoas (que vivem da catação) vieram do Alto-Uruguai atrás de emprego. Elas largavam seus espaços, normalmente na área rural, muitos venderam e vieram pra cá, tentar a sorte na cidade, achando que iriam chegar e se incluir facilmente no mercado de trabalho formal. Quando chegavam, a realidade não era essa, emprego até tinha, mas elas não tinham capacitação, e acabam sem espaço para morar.

Os imigrantes foram invadindo as áreas verdes e formando bolsões. Somente depois se começou a trabalhar a questão habitacional para estas pessoas de baixa renda. “Houve um período em que vieram pessoas da Argentina” afirma a Agente A fazendo a leitura do que constatamos junto com os trabalhadores da UTL.

As famílias migraram para Estrela em busca de trabalho no período do auge Empresa Polar (hoje fechada) e da exportação da indústria calçadista - isto explica o fato das migrações mais volumosas terem ocorrido há duas décadas, tendo estes imigrantes atualmente já constituído famílias e gerado filhos. Eles próprios (observar

no gráfico 02 a grande disparidade de idades entre os trabalhadores da UTL) ou os filhos trabalhavam com coleta de recicláveis e agora estão empregados na UTL.

Também vieram buscando melhores condições de vida com acesso a escola e postos de saúde na zona urbana. Neste sentido testemunha um catador: “A mãe viúva veio da colônia para cá, com 8 filhos, atrás de melhores condições de vida. Eu era criança e nós fomos morar lá nuns ‘morenos’ na barranca do arroio. Depois ganhamos uma casinha na Marmitt”⁶⁵. Afirma que vieram para ter escola e hospital e poder trabalhar.

As atividades industriais, que há duas décadas eram chamariz, atualmente estão estagnadas, não havendo, neste momento movimentos migratórios numericamente significativos fluindo para o município de Estrela. As imigrações, que se configuram atualmente, são para acessar as políticas públicas locais. O que se afirma também na compreensão de Martins (1997) como uma das motivações para a movimentação da população, que vão em busca de serviços públicos. Conforme afirma o Agente A “[...] As pessoas vêm porque o Município oferece qualidade nos serviços públicos, principalmente saúde.” Afirma que as pessoas de outros municípios ficam na casa de parentes enquanto dura o tratamento e depois retornam a terra de origem. “Isto tem demonstrado a qualidade dos serviços públicos oferecidos” afirma o Agente A.

No que se refere a acesso à políticas públicas, o município de Estrela tem garantido a cidadania inclusiva para os dependentes do trabalho com resíduos sólidos: a totalidade dos filhos dos trabalhadores da UTL tiveram/têm acesso à educação: são assistidos em escolas ou creches públicas e frequentam ONGs. Os trabalhadores mais jovens dizem que puderam estudar. Outros querem voltar a estudar face estímulo que vem recebendo na UTL. Todos têm acesso a Posto de Saúde.

Passaremos a analisar, da fala dos trabalhadores da UTL, as seguintes categorias: cidadania, inclusão social, educação ambiental e auto-gestão.

⁶⁵ Marmitt é o nome de um loteamento que foi organizada pelo poder público municipal para acomodar as populações originárias dos processos migratórios do período citado.

a) Cidadania:

Todos os entrevistados apresentaram familiaridade com o tema cidadania. Quatro vincularam o termo com a cidadania política/liberal, na relação vertical com o Estado: “Cidadania é cumprir obrigações e leis”, “Sou cidadã porque eu sou eleitora, voto e gosto.” “Acho que sou cidadã porque pago impostos.” “Cidadania é fazer as coisas certo!”.

Os demais entrevistados – 10 pessoas – ampliam a sua noção e vinculam o termo com a cidadania horizontal, com responsabilidade social local e com dimensionamento planetário: “Cidadão é aquele que ao invés de destruir, vai lá e ajuda e protege... Separar o lixo também é cidadania”; “Eu me sinto cidadã por causa do trabalho e também do tipo de trabalho que faço.” Afirma que “não sabe responder bem o que é cidadania, mas se sente bem em Estrela: Cidadania é viver bem com os outros.” “Me considero cidadã porque faço a minha parte.” “Cidadania é as pessoas te conhecer, te respeitar”. “Cidadão é ser amigo de todo o mundo, todo mundo confiar na gente e não perder a confiança”. “Para ser cidadão tem que participar ativamente, tem que ir na Câmara de Vereadores e reclamar com eles.”

Dois destes trabalhadores ampliam a sua noção de cidadania para a esfera planetária: “Cidadania é ajudar os outros... O trabalho ambiental faz parte da cidadania: tu tá reciclando, separando lixo, pra não poluir todo lugar. Se todos fizessem, a gente não teria tanta poluição, tanto lixo jogado no rio.” “Acho que cidadão é a pessoa que participa no desenvolvimento da sociedade onde vive no Município, participa das decisões, escolhe seus governantes paga os impostos certinho. Sustenta a sua família.”

Observa-se da fala destes trabalhadores, que o contato com o PBJL ampliou as noções cidadania para além do conceito liberal, embora este continue presente face a forte vinculação do cidadão com o Estado de Direito. Os entrevistados relacionam o compromisso cidadão com a sustentabilidade da vida no planeta e com o eco-desenvolvimento, compreendem que a sua atividade de reciclagem também é cidadania.

b) Inclusão social:

A integralidade do grupo fala que sofre de preconceito. Quando falam que trabalham no lixo as pessoas demonstram nojo “como se revoltasse o estômago”. “Nos primeiros dias em que eu entrava no ônibus, fechavam o nariz. Agora perguntam do salário e como faz para entrar.” “As pessoas se apavoram porque trabalho no lixo, mas depois que sabem do salário, eles têm vontade de vim trabalhá aqui.” Entrevistada afirma que a questão do reconhecimento do valor do trabalho pelas outras pessoas é mais “salarial do que ambiental”. O jovem trabalhador da UTL sofreu muita gozação dos seus amigos jovens. “[...]As pessoas de mais idade respeitam mais.” Afirma ele em continuação: “[...] As pessoas em Estrela só sabem olhar o seu nariz, são egoístas”. “Há outros que apóiam, dizem que este lixo tem que ter um destino.” Garante que “[...] Antes não se ouvia falar deste negócio de meio ambiente... agora está melhor.”

Pode-se compreender da fala dos entrevistados que os resíduos domésticos continuam sendo entendidos pela população em geral como ‘sujeira’ e que depender do trabalho com estes resíduos não é digno. Estas mesmas pessoas mudam de opinião quando constatarem que é um bom emprego em vista do salário que o município paga. Um dos entrevistados faz aposta na educação ambiental: “[...] agora que se houve falar mais sobre ambiente” ele vem sentindo que as pessoas respeitam mais o seu trabalho.

c) Educação Ambiental e auto-gestão

Todos os entrevistados fazem a separação do lixo doméstico desde que começaram a trabalhar na UTL – alguns acrescentam que já tinham esta conduta anteriormente. Todos os entrevistados repassam os seus conhecimentos sobre separação do lixo doméstico. Todos já alcançaram o seu grupo familiar. Os que estão há mais tempo em contato com o PBJL afirmam que já divulgaram o conhecimento para vizinhos, um cita que ensinou um condomínio a separar lixo e transformá-lo em fonte de renda. Também ensinam como acomodar adequadamente materiais como cacos de vidro para não machucar os recolhedores e os triadores. Afirmam que aprenderam a importância da reciclagem e da questão ambiental na UTL, nas reuniões que aconteceram com os Agentes. Também referem a escola,

onde eles próprios estudaram e onde os filhos estudam. Também do que viram na TV.

Todos os entrevistados compreendem que o seu trabalho é importante para o meio ambiente e para o Planeta. Afirmam: “O trabalho serve para todo o mundo.” “É muito importante: se ouve falar de aquecimento global, do lixo que vem com a enchente.”

Todos os entrevistados se consideram portadores de dignidade. Dos quatorze entrevistados, somente um não sabia definir dignidade. Dois entrevistados vincularam dignidade com caráter moral. Dez dos entrevistados relacionam dignidade com estar empregado e com trabalhar honestamente. Dois mencionam que sua dignidade passa por se liberar do vício do alcoolismo, o que conseguiram fazer com o auxílio do PBJL. Duas pessoas vinculam dignidade com a sua auto-imagem: “[...] ... é se gostá de si mesma, em primeiro lugar, ter auto-estima”. Um dos entrevistados amplia: “[...] Ter dignidade é ter acesso a moradia, habitação, saneamento público, luz elétrica, água encanada, casa própria se pudé. Acho que as pessoas merecem, tem que se esforçá, não pode ganhá tudo de mão beijada.” De outro entrevistado: “[...] A questão do lixo trouxe dignidade porque deu trabalho.”

Observa-se a adesão dos beneficiados aos valores ensinados através da educação ambiental no PBJL. O entendimento da importância ambiental da atividade que desempenham empodera estas pessoas – conforme a definição de Iorio (2002) com a capacidade do poder-de-dentro. O PBJL, através da ação dos agentes locais, é identificado como fonte do conhecimento que os fortalece. Face este sentimento de dignidade pessoal constroem a sua auto-estima que não se deixa mais abalar pelo preconceito social que citam no item anterior. Embora a sociedade não os inclua adequadamente, eles se sentem pertencentes à sociedade porque a sustentabilidade ambiental - que garante a vida de todos - depende (também) do trabalho que realizam – há a presença do exercício da solidariedade, já com a compreensão de uma dimensão planetária. Além de terem construído a sua autonomia – num exercício de cidadania subjetiva – tem se habilitado também como atores sociais pela sustentabilidade quando multiplicam os conceitos que aprenderam com as suas famílias, vizinhos e moradores do bairro.

Dos entrevistados, 100% responderam que optaram por se empregar na UTL para ter renda ou melhorar a renda que já tinham, para ter a garantia de carteira assinada, para ter direitos ou para ter melhores condições de trabalho. Afirmam que, com carteira assinada há benefícios, o concurso dá segurança, o horário melhor, menos stress. “Na rua, às vezes acha um monte, às vezes tu não acha nada. E tem muito catador na rua.” “Gosto de trabalhar com reciclagem, vou onde pagam melhor!” A renda líquida de cada um dos trabalhadores conforme uma das entrevistadas “Com vale e tudo, dá R\$ 620,00... ganho mais que meu marido!”. Porém, a catação na rua, embora incerta, pode render mais: “Catando na rua, se dedicando, tira mais... Dá prá tirá de R\$ 150,00 a R\$ 200,00 por semana”

Somente dois dos entrevistados se expressaram de maneira positiva sobre a cooperativa e o sistema cooperativado. Outros disseram que não sabiam como iria funcionar. A maioria nega a idéia de formação de uma cooperativa entre eles, afirmando que é melhor que a Prefeitura mantenha a coordenação, e que é mais seguro para eles ter a carteira de trabalho assinada. Que na cooperativa “[...] todos ganham igual, mesmo que um trabalhe o dobro do outro.”

Embora na resposta anterior os entrevistados tenham demonstrado o conhecimento da relevância da sua atividade para a sustentabilidade, o trabalho com resíduos é uma questão sobrevivência. Os catadores trocam a possibilidade de ganharem mais em um trabalho autônomo pela garantia de uma relação de emprego mais segura, sem a necessidade de se auto-administram. Todos os trabalhadores da UTL, quando perguntados por que estão na atividade, dizem que é para obtenção de renda. Acrescentam que o emprego formal garante mais direitos. São avessos a idéia de formar a cooperativa entre eles (com exceção de dois) consideram mais tranqüilo se a atividade é administrada pela Prefeitura, argumentando não acreditarem na sua auto-organização onde um dependa do outro. De fato, estes trabalhadores que passaram em concurso estão estabilizados numa situação confortável. Todos se declaram absolutamente satisfeitos com o salário (em torno de R\$ 700,00) e com as condições de trabalho. Declaram que têm um padrão de conforto – que relacionam com dignidade - como nunca tiveram. (Note-se que alguns já estão se acomodando no conforto do seu consumo). Somente dois falam que gostariam de trocar esta atividade por serviço de vigilância, porém para tanto

“[...] tem que estudar mais” e ser vigilante “[...] é menos tranqüilo.” Vê-se então que os excluídos, na verdade, querem a sua inclusão no sistema de confortos que o avanço capitalista/estatal/social logrou alcançar. O emprego com razoável remuneração lhes proporciona esta satisfação – há o sentimento de justo proporcional que lhes garante a satisfação das pretensões (KESSELRING, 2007). O salário que lhe é pago lhes alcança dignidade quando considerados em seus aspectos materiais.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho se conclui, após mais de dois anos de extensas leituras e reflexões sobre as complexidades dos temas estudados: cidadania e ambiente, e na compreensão de como o Estado Democrático de Direito pode intervir na promoção de inclusão social e sustentabilidade. O estudo foi extremamente desafiante e demandou muita dedicação, e o desempenhamos com afinco. Além de atender os objetivos da pesquisa, queríamos também responder curiosidades desta pesquisadora no sentido de que rumos se apontam no horizonte face aos problemas sociais com os quais nos deparamos no dia-a-dia, notadamente a exclusão que gera a violência e a instalação de uma ética paralela. Nem tudo o que se estudou pôde constar no presente trabalho face à necessidade de objetivação, porém, foi fundamental para a capacitação humana desta mestranda.

Os temas de estudo foram desafiantes: ambiente e sustentabilidade são assuntos em ebulição e com os quais a humanidade necessariamente deve se confrontar se quiser controlar os desequilíbrios ambientais provocados pelo modelo de desenvolvimento capitalista predatório que explora indiscriminadamente os recursos naturais e emite resíduos poluentes. Os riscos desta ação antrópica atingem extensões planetárias – no que está o seu perigo. Embora, de outra sorte, o paradigma liberal/mecanicista tenha promovido avanços tecnológicos e proporcionado acesso a confortos, ele não logrou resolver o problema da exclusão social que está diante de uma cidadania apática. Aliás, a cidadania – face às conquistas sociais – tem se arrefecido no sentimento de igualdade e felicidade proporcionado pelo consumo. Também se deve entender que a exclusão social não compreende somente a incapacidade econômica, mas também a ausência da noção de pertencimento social face à exclusão cultural e o autoritarismo social.

O conceito liberal de cidadania não tem mais conseguido abarcar todos os aspectos que os confrontos planetários têm exigido da capacidade de ser cidadão. É preciso se ampliar o conceito face à globalidade das relações e dos valores necessários diante dos desafios ambientais, devendo ser vencido o individualismo – o substrato da cidadania liberal. Para compreendermos todos os aspectos considerados como necessariamente pertencentes ao conceito de cidadania fizemos o seu tri-dimensionamento, sendo: a dimensão do eu – na construção da cidadania subjetiva, na segunda ordem colocamos a dimensão político-social que inclui a cidadania liberal e social em relação vertical com o Estado e horizontal com os demais cidadãos, e a dimensão planetária em cujo espaço se quer fomentar a ecocidadania. Nenhuma destas dimensões se basta, não podendo se ausentar uma das outras, elas, na verdade, se contém uma nas outras. O fato originário é o lançamento do ser humano ao mundo da vida. Todas as dimensões se reúnem na noção de ecocidadania na amplitude da sociedade-mundo. A ecocidadania passa a ser então o espaço – necessariamente democrático – onde os atores sociais praticam o respeito à diversidade e desenvolvem condutas pró-ativas a favor da sustentabilidade, sendo que a solidariedade ética - com base nos direitos humanos, que dá legitimidade para esta cidadania valer além das fronteiras do Estado-Nação. A cidadania planetária não permite mais exclusões; os excluídos devem ser empoderados para se constituírem sujeitos de dignidade pertencentes ao grupo social. A educação ambiental será o instrumento adequado para a promoção dos valores para sustentabilidade e solidariedade.

A educação ambiental e o empoderamento dos excluídos podem ser promovidos por diversos atores, já que organizações diversas têm florescido na sociedade. Contudo, o Estado continua tendo papel fundamental que pela sua própria natureza o vincula diretamente à cidadania; o Estado Direito só existe porque existem cidadãos livres que o constituíram com base em lei. Estado de Direito, cidadão e exercício de direitos se condicionam e se legitimam mutuamente.

Inicialmente, quando da sua concepção liberal, o Estado é estabelecido unicamente para resguardar a liberdade do indivíduo, que é a centralidade da sua constituição. Cidadão era uma categoria homogênea de pessoas livres e proprietárias – estas duas condições eram pré-requisitos que conferiam acesso aos

direitos civis e políticos que a constituíam. Porém, paulatinamente mais indivíduos, que não portadores dos citados pré-requisitos, reivindicavam ser incluídos na cidadania política. A cidadania amplia a capacidade do seu conteúdo para incluir os diferentes. Então, cidadania não é mais o encontro de iguais, mas o encontro de desiguais que, por uma questão de justiça, exigem a sua inclusão em um *status* que é conferido por um Estado do qual eles também querem participar.

Assiste-se a expansão da categoria de cidadãos e a necessidade de agora ter um Estado que não mais se abstenha como o liberal (já que naquelas sociedades de cidadãos, todos eram teoricamente iguais e limitavam a sua liberdade na liberdade do outro), mas que agora intervém para garantir e proteger os seus cidadãos hipossuficientes. Alçados à categoria de cidadãos, os hipossuficientes têm neste aporte estatal um direito e não um favor assistencial. O *Welfare State* vem para implementar uma justiça social que não foi possível ser estabelecida pelo sistema econômico capitalista. Porém, não há a capacidade do Estado alçar todos nos mesmos padrões de renda, mas sua função é promover o mínimo de dignidade. Note-se que o fato de tantas categorias diversas de pessoas serem incluídas na condição de cidadão não lhes garantiu a sua inclusão social, o que era diferente na cidadania do Estado liberal quando o *status* de cidadão era idêntico a de ser incluído – o *status* se dava por mérito – alcançando o mérito, o indivíduo passa a se incluir a um grupo seletivo que mutuamente se respeitava e se considerava.

Nesta rejeição ao diferente (não vencida também pela cidadania social) está a presença da natureza biológica do ser humano – o semelhante atrai porque é identificado como pertencente ao seu bando – o diferente afasta porque o desconhecido traz insegurança. O excluído social é o não pertencente à sociedade, do qual os cidadãos-consumidores se afastam por medo do diferente. Nisto pode estar uma das prováveis motivações para que o conceito de cidadania não tenha conseguido se desvincular da sua concepção individual e da relação que a liga diretamente ao Estado – é o Estado que reconhece e legitima os direitos de cidadania conferindo-os, porém, de uma forma divisível individualmente. Já, na sociedade o exercício da condição de cidadão não estabelece o reconhecimento e o respeito espontâneo dos seus co-cidadãos, portanto, não se vincula naturalmente a cidadania com sociedade.

Está realidade tende a mudar face o necessário exercício da solidariedade para que *Gaia* subsista. O meio ambiente é direito de todos os cidadãos, mas trata-se de um bem coletivo, não apropriável individualmente, e cuja sustentabilidade depende da ação de todos. Na cidadania planetária não é mais a busca de uma igualdade material que prepondera, mas a conquista do respeito à diversidade, já que é a diferença que garante o equilíbrio. Forçosamente a sustentabilidade deve levar à solidariedade e ao comprometimento coletivo, sendo esta a condição de sobrevivência. O Estado de Direito continua mantendo centralidade nas discussões e ações agora como garantidor da sustentabilidade ambiental - já que garantir a sua preservação é dever estatal, como é seu dever promover a inclusão social face o direito à dignidade de todos os seus cidadãos.

Em vista da centralidade, é fundamental que este poder estatal seja legítimo, e ele se legitima se for delegado pela soberania popular. O princípio democrático deve necessariamente ser a orientação do Estado que se propõe a respeitar os direitos humanos. O exercício da democracia neste Estado não se restringe somente à participação popular com exercício do voto (embora esta seja básica), mas é um Estado que abre também diferentes espaços de participação e decisão para os atores sociais, inclusive permitindo interferências diretamente na gestão.

As ações positivas do Estado Democrático de Direito em meio à sociedade se chamam políticas públicas. E através destas ações, então, que se promoverão os objetivos para os quais foi constituído, onde estão, como já citamos: os direitos dos seus cidadãos de acesso ao bem coletivo do ambiente preservado, a inclusão social e a sustentabilidade. E estas políticas públicas serão tão mais legítimas quanto mais se democratizar as discussões que as planejam.

Com base no suporte do ordenamento constitucional, mais os compromissos assumidos na Agenda 21 e com a legitimidade dada pelo Fórum Nacional Lixo e Cidadania, o Estado brasileiro – a União – através do seu Governo, lançou o Programa Brasil Joga Limpo. Esta política pública visa financiar projetos nos Municípios para a sustentabilidade ambiental com o destino adequado dos resíduos sólidos urbanos. Porém exige na contrapartida o trabalho social da promoção da inclusão social das pessoas que sobrevivem da coleta de resíduos recicláveis: os

catadores. Ainda propõe, como espaço de democratização das decisões na gestão dos resíduos sólidos, que se instale o Fórum Municipal Lixo e Cidadania.

Observar se a aplicação do PBJL constitui-se uma ação estatal adequada para promoção da sustentabilidade – uma vez que estimula o adequado destino de resíduos sólidos, promovendo a eliminação do sistema tradicional dos municípios depositarem os resíduos nos lixões foi o objetivo desta pesquisa. Também para observar se, com as ações propostas, houve adequada construção da cidadania e da inclusão social dos seus beneficiários no município de Estrela. Ainda, se logrou alargar a noção de cidadania através da educação ambiental habilitando-os a compreender a relevância planetária das suas ações e o compromisso solidário com toda a humanidade.

A tarefa foi cumprida atendendo-se os objetivos específicos que a dirigiram, em primeiro plano, na compreensão de como o PBJL foi concebido originariamente, num segundo momento de como ele foi implantado no Município de Estrela e se (e como) os valores transmitidos através da educação ambiental foram apropriados pelos catadores. Entendemos, portanto, que conseguimos alcançar adequadamente as metas às quais nos propusemos dando respostas às questões levantadas.

Avaliamos que o PBJL teve êxito na sua proposta em se compreendendo que a emancipação de indivíduos e a formação de consciência social ecológica é um processo que exige paciência e muita insistência com adequada educação ambiental e que, se de fato tomamos a democracia como valor absoluto, compreender-se-á que este processo deve ser construído através do comprometimento autônomo do cidadão com a sustentabilidade. O PBJL então financiou a ampliação da UTL de Estrela para que ela pudesse atender as sua finalidade de ser um equipamento para operacionalizar o adequado destino dos resíduos sólidos, triando os matérias recicláveis da matéria orgânica e se dando o fim sustentável, promovendo paralelamente a ecocidadania.

O PBJL não teve em suas metas a educação pela redução de consumo – conforme prevê a política dos 3Rs estabelecida a partir da Agenda 21, seja nesta ordem: reduzir, reutilizar e reciclar. Embora a redução do consumo seja uma questão urgente, deve-se compreender necessárias muitas transformações da cidadania

subjetiva para aceitação de restrição aos confortos individuais face a felicidade no consumo ter garantido a noção de igualdade na contemporaneidade. Também não se deixando de entender que consumo tem centralidade do sistema capitalista. São questões para a continuidade da discussão democrática em meio a sociedade e para implementação de futuras políticas públicas de sustentabilidade que objetivem diretamente a questão do consumo predatório, embora, de outra sorte, o PBJL através das discussões nos Fóruns, as tenha por certo, tangenciado.

Os catadores de recicláveis não teriam recebido toda a atenção que se constatou no presente pesquisa se não houvesse a exigência na contrapartida do investimento feito na UTL a partir da política pública federal. Embora a Assistência Social do Município de Estrela já tivesse dirigido políticas habitacionais e buscado a sua organização, com o PBJL estes sujeitos ganharam centralidade. As noções de sustentabilidade que lhes foram transmitidas lhes deu a compreensão da importância social e ambiental da tarefa que desempenham, empoderou-os de tal forma que passaram a se entender como cidadãos merecedores do respeito da sociedade, tanto que não se deixam mais abater pelas condutas antipáticas e preconceituosas dos cidadãos-consumidores que ainda não são sensibilizados para a causa ambiental. Muito pelo contrário, além de adotarem nos seus ambientes domésticos as condutas que aprenderam, também vêm assumindo a condição de multiplicadores das ações sustentáveis. Entendemos que se construíram portadores de dignidade e compreendem, além do exercício político e social da sua cidadania, a relevância planetária da sua atividade e a identificam como um exercício de cidadania.

É certo, porém, que o PBJL não conseguiu atender todos os catadores de Estrela. Um grande grupo permaneceu sem atendimento algum. Houve também descontinuidade nas ações com as trocas de gestão. Caracterizou prejuízo face a necessidade legal da realização de concurso público para lotar o quadro efetivo da UTL – do qual, conforme demonstrado no gráfico 05 do item anterior – afastou os analfabetos, sendo que atualmente menos da metade dos efetivados são originários da catação. Porém, este permaneceu como o grupo que mais foi beneficiado com educação ambiental.

A idéia da cooperativa de auto-gestão dos beneficiados ainda não prosperou. Também de observar a idéia nem sempre foi essa: de congrega todos os catadores

em uma cooperativa para obterem melhor renda do seu trabalho – eventualmente muitos dos líderes que poderiam gestar uma cooperativa foram encaminhados para o emprego formal em outras empresas. Também, pode ter havido pouco tempo para esta realização: de considerar que o trabalho social iniciou em 2004, até o período em março de 2008 em que fizemos a última entrevista. Pode estar também ocorrendo uma acomodação dos beneficiários na estabilidade do concurso público e na garantia da carteira de trabalho assinada. Muitos destes incluídos afirmam que não tiveram antes o nível de conforto e segurança que estão tendo com o emprego na UTL – é necessária a vigília para não ocorrer uma acomodação no consumo, continuando o desafio para a sua auto-gestão.

Observa-se o quanto é necessário, para a efetivação das políticas públicas a nível municipal, a capacidade técnica e de gestão dos servidores públicos locais. Inicia-se na capacidade administrativa do/da Prefeito/a, também com os olhos voltados para a sustentabilidade ambiental e entendendo que os profissionais, nas áreas específicas, devem ter formação técnica para desempenhar as suas atividades. Bem certo que, se o Estado Democrático Brasileiro quer ser eficiente nas suas práticas, deve eliminar eventuais resquícios de clientelismo.

Na verdade, o objeto do convênio estabelecido entre o Município de Estrela e o FNMA, intermediado pela Caixa Econômica Federal, deveria estar concluído no final de 2003. Como o pedido de prorrogação e demais adaptações, realizou-se por completo no final de 2007. Em tese o compromisso de promover a cidadania dos catadores se encerrou, porém, conforme soubemos, a atividade deve continuar, como também continua ativa a idéia da organização da cooperativa.

O PBJL apresenta-se como uma política pública local, procurando gerir junto à comunidade as principais questões ambientais. Entretanto, é preciso ter clareza que as políticas públicas locais precisam estar articuladas com outras políticas públicas mais amplas (nacional, global) para que obtenham o êxito pleno nas suas metas. Os resultados desta política pública que logramos avaliar podem ser considerados elementos importantes da realidade local face às transformações tanto econômicas e culturais na vida dos beneficiados. Outras políticas públicas, que orientem os cidadãos para práticas sustentáveis na atividade cotidiano do seu consumo e na descartabilidade dos resíduos, se fazem necessárias. Porém, todo processo precisa

vir acompanhado de estratégias educacionais, pois a mudança na forma de pensar para um novo modelo paradigmático inclui ações e o comprometimento dos cidadãos com a sustentabilidade do Planeta.

A importância de ter se realizado o estudo sobre o tema está exatamente em se buscar uma resposta às demandas que afligem a atualidade: efeitos dos impactos ambientais, exclusão e a apatia da cidadania. Com o exame da ação positiva do Estado nestas questões deve animar os atores no sentido de que há receptividade na sociedade para as mudanças paradigmáticas exigidas para a garantia da sustentabilidade em Gaia, devendo-se receber com alegria cada pequeno avanço - uma vez que ele é uma conquista alcançada através de um processo democrático e que se operou através de transformação da subjetividade de cada um de que delas participou, sendo este novo agente capaz de ser multiplicador dos novos valores. Tomara que este contágio positivo chegue a todos os seres humanos em tempo de garantir a vida desta nova sociedade solidária.

Quando se discute a ampliação da compreensão e o exercício da cidadania pelos catadores, analisamos sob o aspecto do seu tri-dimensionamento: a emancipação do indivíduo até a sua transformação em ator social, que, junto com os seus pares em processo democrático, tem capacidade de pleno exercício da cidadania vertical e horizontal, como também, através da educação ambiental adquire a noção de que faz parte da sociedade-mundo e no exercício da solidariedade, tem o desafio de manter o equilíbrio em Gaia. Todas estes empoderamentos, em suas instâncias, são fundamentais para o estabelecimento da plenitude do ser.

a) Primeira dimensão: o empoderamento do 'eu'

Observa-se que as primeiras ações do PBJL em Estrela são de caráter assistencialista: confecção de documentos, inclusão em benefícios federais, questões de água e luz... . Neste contexto pode encontrar suporte a crítica de Demo (2002) ao *Welfare State* paternalista. Mas se observamos a nova noção de cidadania, estas ações dentro de uma política pública que tem por pano de fundo a sustentabilidade, foram relevantes para a conquista de autonomia do 'eu': as ações de assistência direta, como a confecção da documentos, foi fundamental para a

pessoa se individualizar, se identificar: “Quem sou eu? Para após se entender como cidadão de direitos”. A noção da sua subjetividade é primeira dimensão do exercício de cidadania – como as ondas propagadas sobre a superfície do lago após o lançamento da pedra ‘indivíduo’.

E este processo de construção do sujeito por ser educacional, exige paciência. Os Gestores municipais relatam a dificuldade de administrar os trabalhadores da UTL: há os que têm dificuldades com alcoolismo, problemas familiares (violência doméstica), são desregrados com horário e tarefas. As carências de primeira ordem estão presentes, sempre necessitando da intervenção da coordenação. No momento em que se tornaram assalariados, os catadores devem superar as suas inaptidões pessoais, porque entrando em definitivo no sistema capitalista devem render no seu trabalho, não podendo mais ser protegidas por atitudes paternalistas, já que o ‘empreendimento’ UTL tem que atender a sua finalidade – até por uma justificativa dos investimentos públicos. O grupo integrado na UTL tem compreendido esta noção de compromisso com esta tarefa, porém, nem todos conseguiram se adequar a esta lógica e voltaram a sua atividade informal.

b) A segunda dimensão de cidadania: cidadania horizontal e vertical.

A confecção de títulos de eleitor permitiu que diversas destas pessoas, que ainda estavam excluídas⁶⁶, pudessem exercer um dos direitos que são alcançados pela cidadania liberal: a capacidade política. O PBJL permitiu também nesta esfera, o desenvolvimento da sociabilidade dos beneficiados; conforme o Agente F, muitos não tinham nem a condição de se comunicar adequadamente.

Porém, a idéia de se associarem economicamente tem alto índice de rejeição. De fato, isto tem relação com a necessidade da luta pela sobrevivência que a catação representa que é instintiva, não lhes sendo ainda possível ver as vantagens da organização coletiva do seu trabalho. A idéia do trabalho formal é apontada como questão de dignidade quando foram questionados. Presente também a questão cultural. Sentimos que, neste momento do desenvolvimento da sua cidadania, têm necessidade da segurança do emprego formal, do concurso, e dos técnicos do

66 Encontrar pessoas sem acesso ao ‘básico’ direito de votar foi um dos aspectos que mais estarreceu esta pesquisadora. É corrente a desconsideração à relevância da cidadania política, quando na verdade, o seu exercício, ainda, não se encontra pleno para todos os cidadãos.

Município fazendo a administração da atividade, uma vez que um não confia no outro com portador destas capacidades.

Do grupo de confronto, logramos entrevistar uma catadora já atendida pelo PBJL, e que não passou no concurso. Quando questionada, esta prontamente disse que hoje estaria disposta para a cooperativa: interpretamos da sua fala que, como está excluída, correria o risco, agora, de se associar sendo então reincluída no PBJL. Observamos também, que uma entrevistada do grupo de confronto, que exerce atividade em recicladora empresa privada, afirma ser seu ‘sonho’ trabalhar na UTL, pois lá o tratamento é mais humano: são alcançados equipamentos de proteção, há ginástica laboral, os empregados são auxiliados em suas questões pessoais.

Temos a entender que se o Estado eventualmente se ausentasse, poderia haver a tentativa de uma auto-organização. A resistência, neste momento, deve-se ser interpretada como insegurança: há de se considerar que uma pessoa, que mal se compreende como indivíduo, não tenha de imediato condições de avançar para uma gestão participativa.

c) A planetariedade

A integralidade dos trabalhadores da UTL compreendem a importância do seu trabalho para a sociedade e para o planeta – estabelecendo-se a noção da repercussão global do seu exercício de cidadania. Embora sofram de preconceito face a matéria prima com a qual trabalham que lhes impregna de odor após o dia de atividade, têm conhecimento da relevância social e ambiental do trabalho que executam, o que os empodera, se considerando portadores de dignidade. O que podemos interpretar das suas falas é que: “o ambiente precisa de mim, a sociedade precisa de mim, por isto eu sou importante”. De tal forma estão fortalecidos e empoderados que reagem ao preconceito divulgando a relevância do trabalho e ensinam outros cidadãos a reciclarem. Todos separam o lixo nas suas casas e adotam outras práticas ambientais (cuidado com as barrancas dos rios, por exemplo) e foram também, assumindo a condição de educadores de práticas sustentáveis: “ensinei toda a minha família, os vizinhos e moradores da rua a separar o lixo”, “falei com os homens no bar sobre como separar o lixo”. Constituíram-se, portanto, promotores da sustentabilidade. Promovendo a sustentabilidade, promovem também

o desenvolvimento sustentável. Observamos que, quanto mais tempo tem contato com o PBJL, mais fortalecidos eles estão e mais convictos em divulgar os seus valores.

Entende-se que o PBJL em Estrela foi fundamental para a construção do sentimento de dignidade dos que sobrevivem do lixo. Nota-se que antes consideravam vergonhosa a sua atividade. No momento em que passaram a compreender a relevância do que fazem, se sentiram merecedores do respeito dos demais cidadãos - uma vez que a continuidade da vida de todos passa, entre outros aspectos, pelo adequado destino dos resíduos sólidos. Do sentimento de exclusão, passaram a sentir-se pertencentes e necessários a todo o conjunto social humano. “De ‘homens do lixo’ passaram a se definir como ‘contribuintes da preservação do meio ambiente’.”

Nesta compreensão, concluímos que a ação do Estado Democrático de Direito através do PBJL tem mostrado boa eficiência em Estrela: há investimento na promoção da sustentabilidade com o adequado destino de resíduos sólidos urbanos. Junto com a sustentabilidade ambiental, promove a sustentabilidade humana: mudanças vêm se mostrando efetivas em corações e mentes dos catadores que foram mais beneficiados pela aplicação direta de educação ambiental. A educação ambiental tem atingido também os cidadãos-consumidores pela via indireta: valores sustentados pelas crianças e adolescentes no interior das famílias, também do uso campanhas além da presença do discurso ambiental na mídia. Todo este processo se operacionaliza de forma democrática, sem imposições, movida por atores locais face o seu compromisso com a globalidade, a partir de uma política pública planejada a nível federal, que porém, na sua implementação, respeitou em absoluto as peculiaridades locais, no que tem seu mérito. O PBJL conseguiu portanto promover: sustentabilidade, inclusão social e cidadania – esta última compreendida como a nova cidadania na dimensão planetária.

É possível civilizar o capitalismo através da cidadania. Entendemos que o capitalismo/liberalismo também é civilizável pela presença do Estado Democrático de Direito que intervém – conforme cada sociedade – na regulação das relações sociais e econômicas com vista da estabelecer o mínimo de dignidade para cada um dos

seus cidadãos. A garantia de dignidade, quanto em aspectos materiais quanto ao empoderamento pessoal, foi possível através da aplicação do presente programa.

A dignidade vem com esta orientação de direito humano que resume o acesso mínimo de cada cidadão ao sistema de benefícios do *Welfare State* e do capitalismo social, e é o valor mínimo de acesso que devem ser garantido na promoção da inclusão dos excluídos economicamente. Neste sentido, a noção de dignidade vem substituindo, na nossa concepção, a igualdade material. A História provou que a igualdade material é um valor impossível de se realizar face a necessidade de respeito à subjetividade de cada um e as peculiaridade de cada cultura. A cidadania liberal conseguiu estabelecer a igualdade formal como valor absoluto, a igualdade material era um vir-a-ser que nunca se realizou. Houve a tentativa da imposição de igualdade no totalitarismo socialista, o que gerou prejuízos a subjetividade e criatividade dos indivíduos.

A cidadania planetária, contrário a cidadania clássica, onde a igualdade (material) era a tônica, vem cada vez mais assumindo a condição de arena de encontro de desiguais. A eco-cidadania é, portanto, encontro dos desiguais, mas de mútuo respeito às diversidades, face a compreensão que a diversidade de tudo e todos é fundamental para a manutenção do equilíbrio em *Gaia*. A arena do encontro dos desiguais é o espaço público, democracia é o espaço para fazer respeitar as desigualdades. A democracia pressupõe uma sociedade ativa, espaço de ação criativa dos atores sociais, que também devem se fazer inserir nos espaços de participação do política. O fosso entre as duas humanidades deve ser aproximado neste espaço de mútuo respeito: todos não terão o mesmo poder de consumo, mas todos devem ser portadores de dignidade. A igualdade no consumo não aproximará os dois mundos, mas a noção de pertencimento ao destino comum da manutenção da sustentabilidade sim. Devemos, pois superar o autoritarismo social.

As revoluções não pressupõe mais as inversões de classe, não são violentas e podem acontecer lentamente. O espaço para as transformações com vistas à planetariedade é o cotidiano. Porém estas transformações dependem de um longo gestar. Todas as ações que promovam a dignificação e inclusão do ser humano e sustentabilidade da vida no Planeta são revolucionárias pois pressupõe quebra de paradigmas. Esta mudança de ponto de vista deve ser estimulado através da

educação ambiental. A experiência do PBJL em Estrela, embora seus percalços, mostra que vale a pena insistir!

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Livia. **Sociedade de consumo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2004.

BARCELLOS, Ana Paula de. **A eficácia jurídica dos princípios constitucionais: O princípio da dignidade da pessoa humana**. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

BAUDRILLARD, Jean. **A sombra das maiorias silenciosas: o fim do social e o surgimento das massas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **A sociedade de consumo**. Edições 70, Lda. Lisboa: Portugal.

BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In

BECK, Ulrich, GIDDENS, Anthony, LASCH, Scott. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista. 1997.

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisas em ciências sociais**. 4. ed. São Paulo : Hucitec, 1999.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo e Sociedade: para uma teoria geral da política**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra. 2001.

_____. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus. 1992.

_____. **Liberalismo e Democracia**. São Paulo: Brasiliense. 1997.

_____. **Direito e Estado no Pensamento de Emanuel Kant**. São Paulo: Mandarim, 2000.

CALDERONI, Sabetai. **Os milhões jogados no lixo**. 4. ed. São Paulo: Humanitas Editora. 2003.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de Mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente**. São Paulo: Cultrix. 1988.

COMBLIN, José. **O neoliberalismo: ideologia dominante na virada do século**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2000.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Promulgada em 5 de outubro de 1988.

COSTA, Wagner Veneziani, AQUAROLI, Marcelo. **Dicionário Jurídico**. São Paulo: Madras. 2006.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In _____ (Org.) **Anos 90: Política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004. P. 103-115.

DEMO, Pedro. **O charme da exclusão social**. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FERNANDEZ, Fernando A. S. **Aprendendo a Lição de Chaco Canyon: do “Desenvolvimento Sustentável” a uma Vida Sustentável**. Texto baseado em palestra proferida em 30 de junho de 2004 em Conferência Nacional 2004 – Empresas e Responsabilidade Social – Instituto Ethos, São Paulo. Atualizado junho 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 23. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

GARCIA-CANCLINI, Nestor. **Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. 6 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 2006.

GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita. O futuro da política radical**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

_____. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2002.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record. 2000.

GORCZEVSKI, Clovis. 2005. Direitos Humanos, Educação e Cidadania. In: LEAL, Rogério Gesta, REIS, Jorge Renato dos. (Org). **Direitos Sociais & Políticas Públicas: Desafios Contemporâneos**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC. 2005/A t. 5. p. 1279-1303

_____. **Direitos humanos: dos primórdios da Humanidade ao Brasil de hoje**. Porto Alegre: Imprensa Livre. 2005/B

GRIPPI, S. **Lixo, reciclagem e sua história**: guia para as prefeituras brasileiras. Rio de Janeiro: Interciência. 2001.

GUIA METODOLÓGICO PARA IMPLANTAÇÃO DO FÓRUM MUNICIPAL LIXO E CIDADANIA E SISTEMA DE GESTÃO PARTICIPATIVA DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA. Ministério do Meio Ambiente. Brasília. Junho de 2003.

GUTIÉRREZ, Francisco. **Ecopedagogia e cidadania planetária**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire. 1999.

HELLER, Agnes, FEHÉR, Ferenc. **A condição política pós-moderna**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002.

HOBSBAWN, Eric. **Era dos Extremos**: o breve século XX - 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras. 2007.

IORIO, C. Algumas considerações sobre estratégias de empoderamento e de direitos. In: ROMANO, J. O.; ANTUNES, M. (Org.). **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro : ActionAid Brasil.2002.

JACINTHO, Jussara Maria Moreno. **Dignidade humana – princípio constitucional**. Curitiba: Juruá. 2006.

KESSELRING, Thomas. **Ética, Política e Desenvolvimento Humano**. A justiça na Era da Globalização. Caxias do Sul, RS: Educus, 2007.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 9. ed. São Paulo : Perspectiva, 2006.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico**. 6ª ed. – São Paulo : Atlas. 2001.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. O Cinismo da Reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. In LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo, LAYRARGUES, Philippe Pomier, CASTRO, Ronaldo Souza de (Org). **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania**. 3 ed. – São Paulo: Cortez. 2005.

LÉVI-STRAUSS, C. **De perto ou de longe**: entrevista a Didier Eribon. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade e complexidade, poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LEMOS, Iara. No coração do Haiti. Como os haitianos encaram a morte. **Zero Hora**, Porto Alegre. 22 de abril de 2008. p. 28-29.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Teoria social e questão ambiental: pressupostos para uma práxis crítica em Educação Ambiental. In LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo, LAYRARGUES, Philippe Pomier, CASTRO, Ronaldo Souza de (Org). **Sociedade e meio ambiente**: a educação ambiental em debate. São Paulo: Cortez. 2000.

_____. Educação Ambiental e Movimentos Sociais na Construção da Cidadania Ecológica e Planetária. In LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo, LAYRARGUES, Philippe Pomier, CASTRO, Ronaldo Souza de (Org). **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania**. 3 ed. – São Paulo: Cortez. 2005.

LOVELOCK, James. Gaia – um modelo para a dinâmica Planetária e Celular. In THOMPSON, William Irwin (Org.). **Gaia: uma teoria do conhecimento**. 3 ed. – São Paulo: Gaia, 2001.

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. **O que é cidadania**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense. 2006. Coleção Primeiros Passos.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar. 1967.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão Social e a Nova Desigualdade**. São Paulo: Paulus. 1997.

MONDAINI, Marco. O respeito aos direitos dos indivíduos. In, PINSKY, Jaime, PINSKY, Carla Bassanezi. **História da Cidadania**. 3.ed. São Paulo: Contexto. 2005. p. 114-133.

MORIN, Edgar. **O enigma do Homem**. Rio de Janeiro. Zahar, 1975.

_____. **Ciência com Consciência**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

_____. e KERN, Anne Brigitte. **Terra-pátria**. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2005.

_____. A mundialização plural. MORAES, Denis de (org.). **Por uma outra comunicação**. Rio de Janeiro: Record. 2003. P. 349- 366.

MOURÃO, Lais. Pertencimento. Artigo apresentado no II Congresso Internacional da Transdisciplinaridade – Vitória – ES. Julho/2005.

OUTHBAITE, William e BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Social do Século XX**. RJ: Jorge Zahar Editores. 1996.

PEDROLLO, Cimone Maria. A RECEPÇÃO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA AO TEMA MEIO AMBIENTE A PARTIR DA CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO. Acessado no site www.ventosul.org.br em 22.05.08

PIOVESAN, Flávia. Cidadania Global é possível. In PINSKY, Jaime (org.). **Práticas de Cidadania**. São Paulo: Contexto. 2004. p. 259 a 266.

PORTILHO, Fátima. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2005.

RÉE, Jonathan. **Heidegger. História e verdade em Ser e tempo**. São Paulo: Editor UNESP, 2000. – (Coleção Grandes Filósofos).

RESENDE, Enio. **Cidadania: o remédio para as doenças culturais brasileiras**. 2 ed. São Paulo: Summus. 1992.

RICHARDSON, Roberto Jarry; colaboradores José Augusto de Souza Peres...et al. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. – São Paulo: Atlas, 1999.

ROMANO, J. O.; ANTUNES, M. Introdução ao debate sobre empoderamento e direitos no combate a pobreza. ROMANO, J. O.; ANTUNES, M. (org.). **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil. 2002.

ROSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**. Coleção A Obra-Prima de Cada Autor. São Paulo : Martin Claret. 2004.

SACHS, Ignacy. 2000. Sociedade, Cultura e Meio Ambiente. **Mundo & Vida**. Vol. 2. (1), p. 7 – 13.

SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI. _____. **Rumo à ecossocioeconomia** – teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 11. ed. São Paulo: Cortez. 2006.

_____. Para uma reinvenção solidária e participativa do Estado. In: PEREIRA, L.E.B. (Org). Sociedade e Estado em transformação. São Paulo: Unesp. 2001. P. 243-271.

SANTOS, Rodrigo. Para onde vai tanto lixo? **Zero Hora**, Porto Alegre, 27 de julho de 2006. Caderno Ambiente, p. 5.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. 7. ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SARLET, Ingo Wolfgang. As dimensões da dignidade da pessoa humana: construindo uma compreensão jurídico-constitucional necessária e possível. In SARLET, Ingo Wolfgang (org). **Dimensões da dignidade: ensaios de Filosofia do Direito e Direito Constitucional**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Ed., 2005. P 13 – 43.

_____. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 6. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Ed. 2008.

SCHRADER, Achim. **Métodos de Pesquisa Social Empírica e Indicadores Sociais**. Clarissa Eckert Baeta Neves e Emil Albert Sobottka (orgs.). Porto Alegre : Ed. Universidade/UFRGS. 2002.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 19 ed. São Paulo: Malheiros. 2001.

SOFFIATI, Arthur. Fundamentos filosóficos e históricos para o exercício da ecocidadania e da ecoeducação. LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo, LAYRARGUES, Philippe Pomier, CASTRO, Ronaldo Souza de (Org). **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania**. 3 ed. São Paulo: Cortez. 2005. P. 23 – 67.

SORRENTINO, Marcos. Desenvolvimento Sustentável e Participação: algumas reflexões em voz alta. LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo, LAYRARGUES, Philippe Pomier, CASTRO, Ronaldo Souza de (Org). **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania**. 3.ed. – São Paulo: Cortez. 2005. P. 15-21.

TELLES, Vera da Silva. Sociedade Civil e a construção de espaços públicos. In DAGNINO, Evelina (Org.) **Anos 90: Política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004. P. 91-102.

TOURAINÉ, Alan. **Crítica da Modernidade**. 7 ed. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2002.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Gramond. 2005.

VELLOSO, Marta Pimenta. 2006. Os catadores de lixo e o processo de emancipação social. **Ciência & Saúde Coletiva**. V. 10. supl. O Rio de Janeiro. Set/dez. 2005.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 2004.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e Globalização**. 8. ed. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Record.. 2005.

_____. **Os Argonautas da Cidadania**. Rio de Janeiro: Editora Record. 2001.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Martin Claret. 2004.

WESCHENFELDER, Susimara. Participação cidadã nas Políticas Públicas através do terceiro setor. COSTA, Marli M. M. da. (Org). **Direito, cidadania e políticas públicas II** – Direito do cidadão e dever do Estado. Porto Alegre: Free Press, 2007, v 2. p. 301- 313.

YUDICE, George. **A Conveniência da Cultura: usos da cultura na era global**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2006.

Meio eletrônico:

<http://www.abrasil.gov.br> – acessos em março de 2008.

www.dhnet.org.br – acessado em 20 de setembro de 2007.

www.estrela-rs.com.br - consultado no dia 05 de junho de 2007 e 17 de julho de 2007, e 23 de maio de 2008.

www.ibam.com.br – acessos em março de 2008

www.ibiss.com.br/catadoresvida.html - consultado em 17 de julho de 2007.

www.ibge.gov.br – acessos em março de 2008

www.mma.gov.br/ - Ministério do Meio Ambiente

www.mte.gov.br – 26, 27 setembro de 2007

www.movimentodoscataadores.org.br - consultado em 17 de julho de 2007.

www.wikipedia.com.br – acessos em março de 2008.

www.ventosul.org.br – acesso em 22 de maio de 2008.

www.catadoresdavidacom.br – acessos em março de 2008.

ANEXOS

ANEXO A – Objetivos, fontes, procedimentos e detalhamento.....	162
ANEXO B – Termo de consentimento.....	165
ANEXO C – Questionário dirigido aos responsáveis técnicos profissionais diretamente envolvidos no Projeto Brasil Joga Limpo.....	166
ANEXO D – Questionário dirigido aos trabalhadores da UTL.....	167

ANEXO A – Objetivos, fontes, procedimentos e detalhamento

Objetivos Para quê?	Fontes Onde? Quem?	Procedimentos teóricos Como?	Detalhamento O que quer saber.
Caracterizar o Projeto de Estado Brasil Joga Limpo como proposta de política pública a partir do Estado Federal, identificando os objetivos, as metodologias/estratégias originariamente propostas para a questão dos resíduos sólidos e para os catadores.	- Bibliografia específica junto ao MMA – Ministério do Meio Ambiente e Caixa Econômica Federal – CEF, busca em sites e impressos do ao projeto original e outras informações.	Pesquisa bibliográfica e documental. Entrevista com Agentes da Caixa Econômica Federal, gerente local e encarregada da CEF para o programa. Leitura de convênios e contratos originais.	- Conhecer e descrever a proposta originária política pública – Brasil Joga Limpo. Conhecer a sua essência. Qual é a orientação de cidadania proposta. O que se propõe para a coleta e destino de resíduos sólidos. Como a proposta original cita os catadores.
Historicizar como o Projeto Brasil Joga Limpo foi implantado em Estrela, conhecendo o que motivou, a nível local, os agentes políticos e públicos a buscar esta alternativa.	- Documentos, coordenadores do projeto ao longo da sua existência	Analisar o acervo de documentos, relatórios, fotografias e outros, produzido pelo PBJL (Programa Brasil Joga Limpo) até a presente data. Entrevistas em profundidade com todos os coordenadores do Projeto, desde a sua implantação e com os atuais responsáveis.	- Como se deu a implantação do Projeto em Estrela? - Qual a idéia inicial de implementação? - A proposta originária da CEF foi implementada tal qual, teve que ser alterada, ou ela foi se construindo à medida em que a proposta estava sendo implementada?
Verificar que ações o Projeto Brasil Joga Limpo realizou desde a sua implantação e, o que especificamente propõe para a questão dos resíduos sólidos e para as pessoas que sobrevivem da catação;	Documentos, Entrevistas	Entrevista em profundidade com a Assistente Social, Secretária do Meio Ambiente e Encarregado do Usina de Lixo.	Conhecer quais são as atuais ações da política pública. Caracterizar Sempre foram as mesmas, foram adaptadas, se houve abandono de alguma proposta – Por quê?
Identificar quais as estratégias utilizadas pelo Projeto Brasil Joga Limpo para a divulgação de informações relativas a questão ambiental.	Entrevistas	Conhecer com os coordenadores quais as estratégias que o PBJL usou em Estrela para divulgar a educação ambiental. Conhecer se estas estratégias foram eficientes.	Avaliar com os coordenadores e com os beneficiários se as estratégias foram eficientes. Se se apropriaram dos novos conceitos. Se adotaram as condutas aprendidas no seu cotidiano.

<p>Identificar quem foram e são os principais atores responsáveis pelo Projeto Brasil Joga Limpo de Estrela e junto com eles avaliar os resultados que foram alcançados.</p>	<p>Entrevistas com os encarregados desde a instalação do programa</p>	<p>Identificar os profissionais que já trabalharam e que trabalham com o PBJL. Entrevistar em profundidade estes profissionais. Fazer a interpretação das suas narrativas.</p>	<p>Como estes atores avaliam o programa. A proposta é importante ou não, ou somente um a exigência ou obrigação inafastável do Município. Como vêem a cidadania. O programa auxiliou na dignificação dos catadores. O que mudou nele-nela como ser humano com o envolvimento com a proposta. Qual foi o enfoque que cada um deu ao seu tempo no trabalho, como fazia o seu trabalho de coordenação, é este trabalho de coordenação. Se há/havia liberdade para adaptação local da proposta.</p>
<p>Caracterizar as pessoas que procuram ou procuraram o Programa como via de renda.</p>	<p>- dados cadastrais dos interessados. - dados não disponíveis devem ser obtidos em outras fontes.</p>	<p>- análise das informações constantes dos cadastros já existentes. - estudo estatísticos dos envolvidos.</p>	<p>Identificar – coletando dados sobre as pessoas que procuram a Política pública como alternativa de renda: quem são, como são, da onde vêm, quantos abandonaram, etc.</p>
<p>Analisar como o Projeto Brasil Joga Limpo interferiu na vida destas pessoas e auxiliou, ou não, na construção da ecocidadania.</p>	<p>O saber dos próprios catadores.</p>	<p>- entrevistas com grupo selecionado – atuais trabalhadores da UTL e também os que não aderiram ao programa.</p>	<p>Saber o que mudou na sua vida com a participação no programa, se sentem mais dignos e cidadãos.</p>

<p>Identificar como as ações de educação ambiental estão sendo incorporadas pelos catadores.</p>	<p>O saber dos próprios catadores</p>	<p>Entrevistas em profundidade com os catadores</p>	<p>Conhecer como os catadores se apropriaram das informações que lhe foram repassadas, a sua opinião sobre o seu trabalho, por que fazem o que fazem, se isto faz a diferença para a melhoria da humanidade e na preservação do Ambiente.</p>
--	---------------------------------------	---	---

ANEXO B – Termo de consentimento

Sou Mestranda no Programa de Pós-graduação em Ambiente e Desenvolvimento da Univates, Lajeado/RS e estou realizando uma pesquisa sobre o Projeto Brasil Joga Limpo de Estrela. Meu orientador é o Prof. Doutor Valdir Morigi.

O estudo será realizado com pessoas que participaram e estão participando do programa. As entrevistas serão gravadas e escritas e de uso exclusivo da mestranda e de seu orientador e ficarão guardadas de forma sigilosa.

Preciso de sua autorização para realizar a referida entrevista e preenchimento do questionário. Você poderá desistir a qualquer momento de participar desta pesquisa.

Esclareço que este Projeto dará origem à minha Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Ambiente e Desenvolvimento.

Estou à sua disposição para qualquer esclarecimento.

Desde já, agradeço.

Márcia Scherer

Após devidamente lido e explicado, manifesto a minha concordância com os termos acima.

em

ANEXO C – Questionário dirigido aos responsáveis técnicos profissionais diretamente envolvidos no Projeto Brasil Joga Limpo

Formação Profissional:

Função no Projeto Brasil Joga Limpo:

- Quais os resultados alcançados pelo Programa? Pontos positivos e negativos.

Como os coordenadores avaliam o programa.

- Como o projeto foi implantado no município.

- principais ações que são realizadas são as exigidas pela proposta federal.

O que é exigido pela proposta federal?

- A proposta é importante ou não, ou somente cumprimento de uma exigência ou obrigação inafastável do Município em vista da verba recebida?

- Como o entrevistado vê a cidadania, o que é cidadania?

- O projeto auxiliou na socialização dos catadores.

- Eles passaram a ser incluídos na sociedade estrelense/mais respeitados, houve somente inclusão no mercado de trabalho?

- A visão deles mudou sobre meio ambiente. Eles adotam esta conduta nas suas casas?

- O programa auxiliou na dignificação dos catadores.

- Melhorou a auto-estima destes?

- Adianta fazer este trabalho com os catadores?

- Por que alguns não aderiram, quais eram as dificuldades de adaptação?

- Qual é a visão que a Comunidade tem dos catadores?

- O/A Senhor/a considera que é possível melhorar a imagem que as pessoas tem dos catadores através do PBJL?

- O que mudou no coordenador/coordenadora como ser humano e profissional com o envolvimento com a proposta e com os catadores?

- Qual foi o enfoque que o Sr./Sra deu ao seu tempo no trabalho, como fazia o seu trabalho de coordenação, como era este trabalho de coordenação. Se há/havia liberdade para adaptação local da proposta.

- O tempo de dedicação era o suficiente, o que devia ser melhorado.

- Por que a cooperativa não deu certo? O que é bom e o que é ruim na proposta, o que devia ser melhorado?

ANEXO D – Questionário dirigido aos trabalhadores da UTL

NOME

Sexo () masculino () feminino

Grau de escolaridade:

Endereço

Bairro

Onde nasceu?

Quanto tempo mora em Estrela?

Estado civil

Renda antes..... após..... inclusão no programa.

Residência própria aluguel outros

Empregos anteriores.

Ultimo emprego/tempo

Composição familiar. Quantos dependem da catação?

Filhos..... menores de 18..... Estão na escola?

Como o/a Sr/Sra. define o seu trabalho?

O/A Sr./Sra. acha que seu trabalho contribui para a preservação do meio ambiente?

Como?

Como você chegou a trabalhar nessa atividade? Por que?

Você gostaria de trabalhar em outra atividade? Qual? Porque?

Por que você resolveu entrar no programa?

O/A Sr./Sra. se adaptou/ficou no programa?

() sim () não

Por que?

O que melhorou na sua vida com o programa?

Como as outras pessoas vêem o seu trabalho? É melhor estar aqui, ou puxando carrinho na rua?

Por que não deu certo fazer a cooperativa? É importante a participação da Prefeitura para organizar as pessoas que vivem do lixo?

O que é dignidade,

O que é cidadania? Trabalhar pelo meio ambiente é cidadania?